Crítica à Democracia Liberal págs. 30 a 33 • **Kaminsky: a arte da falsificação** págs. 38 a 40 • **Recordar Alcindo Monteiro** pág. 48

mapa : Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como na pág. 3

NÚMERO 31
JULHO-SETEMBRO 2021
TRIMESTRAL / ANO IX
3000 EXEMPLARES
PVP: 1,5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Manuel Buíça

Transição Extrativista

O que é o Extrativismo e o que representa num mundo apostado na transição energética? Como se unem as lutas dos povos indígenas às populações em luta contra as minas em Portugal e nos territórios devastados pelo Capitalismo Verde? Testemunhos e algumas pistas para uma reflexão crítica e urgente

Entrevista a Godofredo Pereira págs. 5 a 7

Chile: já quase não há flamingos no salar de Atacama págs. 8 a 10

Lutas Agrárias no Sul
págs. 11 a 17

Do «mar de plástico» das estufas do litoral alentejano ao «deserto verde» das monoculturas do interior do Alentejo e Algarve, a agricultura camponesa é condenada à seca e os trabalhadores à exploração.

Truques de ilusionismo
págs.3, 4, 18 a 20

Na mineração e noutros projetos com impacte no território as populações são convidadas a fazer parte do espetáculo chamado «participação cidadã» sem voto na matéria.

Zapatistas na Europa
págs.2, 24 e 25

A primeira delegação zapatista desembarcou na Galiza. A ela juntar-se-ão outras vindas de Chiapas, México, ao encontro das lutas da Europa insubmissa e dos de baixo.

A viagem zapatista pela vida

FILIPE NUNES
ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

A Europa recebeu no passado dia 22 de junho, em Vigo, o Esquadrão 421, a primeira delegação zapatista da Viagem pela Vida composta por 4 mulheres, 2 homens e 1 *outroa*, como se chamam as zapatistas que não cabem na visão binária do género. Depois de uma breve, mas emocionada, escala na ilha da Horta, nos Açores, a delegação indígena maia que cruzou o oceano Atlântico a bordo d'A Montanha, foi recebida com efusão na cidade galega por mais de uma centena de pessoas vindas de geografias de toda a Europa e do mundo: Grécia, Alemanha, França, Suíça, Itália, República Checa, Suécia, México, Irão, País Basco, Portugal, Catalunha e várias outras partes da Península Ibérica, e, claro, de várias partes da Galiza. Como relatou a Guilhotina.info, que cobriu presencialmente esses dias, a Assembleia de Vigo da Xira pola Vida acolheu, a salvo das fortes chuvas que assolavam a região, pessoas das mais diferentes origens e contextos num ambiente de resistência, de encontro, criação e discussão. No relato de uma das muitas assembleias então realizadas, «uma pessoa do México fala emocionada da vontade de estar com as suas irmãs zapatistas e a "poeta analfabeta" e antifascista galega, Luz Fandino, relembra o legado do franquismo no estado espanhol e a importância da união face àqueles que nos querem "roubar a vida". Na mesma assembleia decide-se, por fim, uma data e hora para a recepção da delegação zapatista: terça-feira, dia 22 de junho, pelas 17 horas.»

E à hora marcada deu-se início à «invasão zapatista» acolhida em alegre «rendição» pelas diferentes geografias da Europa de baixo, como foi designada o destino da Viagem pela Vida. No desembarque, as terras do «velho» continente foram rebatizadas pelos insurgentes maias de SLUMIL K'AJXEMK'OP, que significa «Terra Insubmissa» ou «Terra que não se resigna, que não desmaia».

Até meados de julho cerca de 150 zapatistas estão previstos chegar por avião a Paris, uma vez ultrapassados os deliberados obstáculos que o estado mexicano se empenhou em colocar na atribuição dos passaportes. Os zapatistas em diferentes grupos percorrerão a Europa determinando e procurando conciliar uma agenda certamente escassa para os muitos convites que lhes chegaram nos últimos meses.

Pela região portuguesa

À data de fecho da edição do Jornal MAPA não existia uma agenda de atividades, a qual aguarda a definição pelos zapatistas. Mas os desejos conhecidos são já bastantes. Como referia o Subcomandante Galeano no fim de junho às gentes na geografia europeia, a missão principal assumida pelos zapatistas resulta em «ouvir, preencher-nos de perguntas, partilhar pesadelos e, claro, sonhos». «É por isso que aceitamos principalmente os convites daqueles que querem ouvir e falar. Porque o nosso principal objectivo não é eventos de massas - embora não os excluamos - mas a troca de histórias, conhecimentos, sentimentos, avaliações, desafios, fracassos e sucessos». «Porque, no que diz respeito às questões sociais, temos em alta estima a análise e avaliação daqueles que arriscam a sua pele na luta contra a máquina, e somos cépticos em relação àqueles que, do exterior, dão a sua opinião, avaliam, aconselham, julgam e condenam ou absolvem.»

Os convites na região portuguesa, no seguimento do expresso por Galeano, partem de cada um dos contextos locais, mas com evidentes pontos de contacto. No Baixo Alentejo, entre Odemira e Ferreira do Alentejo, há um desejo de partilha das lutas em torno do extrativismo e das agroindústrias, assim como à volta das relações dos migrantes e comunidades, nesse cenário de transformação do território, sem esquecer a autonomia das comunidades locais e a neoruralidade. Este é um fio condutor que se estende para os montados de Montemor-o-Novo, onde pesa ainda querer-se falar dos processos de gentrificação que já chegaram ao meio rural.

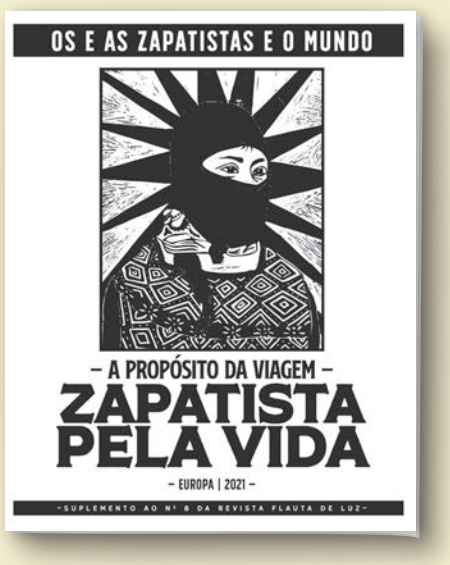
Outra linha mestra que encontramos nesses e em todos os demais lugares portugueses que endereçaram convites, passa pela vontade em encontros de mulheres e ou de pessoas queer/não binárias. Em Coimbra há ensejo para um encontro para refletir sobre o corpo como território: resistências e lutas de mulheres e transfeministas do local ao global. Em Lisboa a ideia de um encontro das mulheres zapatistas com mulheres negras.

Na capital as vontades reunidas expressam sobretudo a importância em dar a conhecer as comunidades racializadas, cruzando zapatistas com os territórios constantemente em resistência e luta. Bairros como a Cova da Moura, Boba ou Jamaica poderão vir a ser percorridos pelos zapatistas, com um convite à conversa sobre o quotidiano das lutas contra a violência policial e racial, ou em torno das questões da habitação. Temas que se repetem nas partilhas desejosas de falar da habitação a partir das repúblicas estudantis de Coimbra, como das lutas de outros moradores. Nessa cidade ganha forma ainda o desejo de um encontro com as comunidades ciganas e as suas lutas.

> Deu-se início à «invasão zapatista» acolhida em alegre «rendição» pelas diferentes geografias da Europa de baixo.

Ao encontro dos contextos de lutas locais uma outra ideia estruturante nos convites, mais públicos ou mais privados, são efetivamente as lutas pelo território da região e as movimentações várias em torno das lutas ecológicas. Algo bem presente no proposto acolhimento nas serranias beirãs do centro de Portugal, assim como no norte do país. Aí perspetiva-se a possibilidade de um encontro com os zapatistas nas Terras do Barroso nalguma das muitas ocasiões que os movimentos e aldeias que lutam contra a mineração prometem vir a agitar este verão.

Outras ideias e desejos terão chegado aos zapatistas. E todos eles vêm acompanhados de um igual convite de mesas corridas, cantares, música, bailes e jogos de futebol.



OS E AS ZAPATISTAS E O MUNDO

A PROPÓSITO DA VIAGEM ZAPATISTA PELA VIDA – EUROPA | 2021 –

Textos de Jérôme Baschet (No âmago da experiência zapatista: a construção da autonomia) e Sylvia Marcos (Um bosque de mulheres: carta às zapatistas; Género e reivindicações indígenas; A esperança não cessa: mulheres indígenas e resistência global)

O suplemento ao nº 8 da revista flauta de luz (2021), pode ser adquirido por 2€ ou preço livre a reverter integralmente para os gastos da vinda zapatista à região portuguesa

Pedidos para **geral@jornalmapa.pt**

NIB **0035 0774 00143959530 98** | MBWAY **+351933291635**
PAYPAL **vaquinha@jornalmapa.pt** (enviar como donativo)

O sol que queima a paisagem

A megalomania dos parques solares ameaça o meio rural. Em Cercal do Alentejo a revolta fez-se ouvir exigindo uma transição energética participada pelas populações.

FILIPE NUNES
GUILHERME LUZ

«Fizeram tudo à vontade deles e à última da hora é que a malta soube». A indignação percorre as palavras de Alberto Cópio, agricultor que se deu conta que ali nas terras onde «diziam que era uma zona protegida, não se podia fazer uma casa, não se podia fazer nada, agora já se pode fazer painéis, já se pode fazer tudo». Em sessão de esclarecimento pública, marcada nas vésperas do fim da consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), a população de Cercal do Alentejo foi alertada para uma megalómana central fotovoltaica a 1 km da vila e uma linha de muito alta tensão associada (400 kV) de 25,6 km até Sines. Uma área somada de 816 hectares, 323,07 ha de área fotovoltaica. Dias antes, também a aldeia de São Domingos, no mesmo concelho do litoral alentejano, Santiago do Cacém, fora surpreendida com o corte de um eucaliptal para dar lugar a parte de uma ainda maior central fotovoltaica (CSF THSiS) de 1262 ha, cuja vedação chegará a atingir os 30 km de extensão.

A análise da associação ambientalista ZERO às nove centrais solares que estiveram em consulta pública no primeiro trimestre do ano, alerta para o perigo da «concentração dos projetos em determinadas regiões e em áreas sensíveis (…) como que "alcatifando" o território (…) numa enorme alteração da paisagem e artificialização de áreas rurais, com inevitáveis impactes negativos para o ambiente e para as populações que aí residem. A própria atratividade dos territórios é posta em causa, o que pode trazer perdas para o potencial turístico e para a valorização do património natural da região».

Em testemunho divulgado pelo Juntos pelo Cercal, Celeste Nunes, auxiliar de apoio domiciliário há 28 anos na região, afiança que «há muita gente sem saber o que se passa e quando chegarem a descobrir ficarão revoltados, porque as nossas raízes e tudo o que diz respeito à nossa história de vida vai desaparecer tudo».

Acabar com o espaço rural

Se em torno da CSF THSiS, o maior isolamento e despovoamento não logrou que houvesse entre os habitantes uma discussão e contestação ao projeto, já na vila do Cercal do Alentejo rapidamente os ânimos aqueceram. Em causa está a relocalização e concentração junto à vila de cinco centrais fotovoltaicas, num investimento da Cercal Power de 164,2 milhões de euros. As cinco fotovoltaicas dispunham já de licença de produção atribuída por parte da Direção Geral de Energia e Geologia, justificando-se o seu agrupar no EIA por «questões técnicas, económicas e ambientais, permitindo tirar sinergias pela utilização de infraestruturas comuns», nomeadamente da linha de MAT a ligar à Subestação de Sines. Desse cálculo económico, prevê-se que estejam afetos à exploração da Central quatro postos de trabalho efetivos.

A revolta de Alberto Cópio encontrou eco numa mobilização popular que mostrou o seu incómodo na sessão de esclarecimento pública. Em tempo recorde foram entregues mais de 200 participações e constituiu-se o movimento Juntos pelo Cercal. A questão para a população não está, como refere o movimento, na falta de consciência «quanto à bondade das energias renováveis e que estas se revestem de uma importância inquestionável para o futuro da humanidade, desde que equacionadas com conta, peso e medida. A questão não é o investimento em energias renováveis mas sim a dimensão/desproporcionalidade dos terrenos "sacrificados" e a escala das mudanças abruptas, particularmente as adjacentes à Vila do Cercal.» Como reconhece o EIA, «a presença da Central Fotovoltaica induz, inevitavelmente, uma perda de valor cénico natural da paisagem. Os campos de culturas arvenses existentes na área da Central Fotovoltaica, que são ainda um testemunho atual da forte atividade agrícola na região, darão lugar a manchas de painéis fotovoltaicos».

Para o Juntos pelo Cercal esta concentração de painéis «significa alterar todo um ecossistema e uma paisagem rural, penalizando os cidadãos que investiram em unidades agrícolas e turísticas, bem como em atividades paralelas». «A beleza identitária da sua paisagem de montado não é compatível com milhares de hectares de painéis fotovoltaicos junto a pequenos povoados».

Para o movimento «o processo de transição energética deverá acontecer, mas de acordo com modelos participativos, com inclusão ativa das populações afetadas e, principalmente, respeito pelo património rural e por todos aqueles que apostaram no desenvolvimento da região, numa lógica de investimento sustentável».

Que modelo de energia?

Com uma decisão favorável condicionada da APA, que se anunciava nas vésperas do fecho da edição do Jornal MAPA, ao demonstrado desrespeito pelo direito de informação e à participação pública, soma-se uma segunda questão: a fragilidade dos argumentos dos EIA à localização e escala dos parques fotovoltaicos. Como assinala a ZERO, «mega centrais que artificializem solos com importantes valências ambientais não podem ser a solução de futuro» pelo que defendem a sua exclusão de Áreas Protegidas, da Rede Natura 2000 e da Reserva Agrícola Nacional, optando-se pela sua instalação em áreas já artificializadas: «áreas degradadas (pedreiras inativas, minas abandonadas, zonas industriais, áreas com solos contaminados, áreas urbanas desocupadas, áreas com solos degradados situadas em zonas em risco de desertificação), de preferência junto a centros urbanos». Uma opção não considerada em Cercal do Alentejo, tendo em conta o vizinho e vasto perímetro industrial de Sines.

Uma terceira ordem de reflexão prender-se-á com o modelo que privilegia a opção do «grande solar», associada aos leilões de potência solar elétrica, que resulta na concentração da infraestrutura de geração fotovoltaica em grandes grupos económicos. A aposta já está bem presente desde a elaboração do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, em 2019, em que se prevê instalar 5.5GW centralizado entre 2020-30 e 1.5GW de descentralizado no mesmo período. Neste contexto, para além de todas as questões ambientais e sociais que envolvem os projetos, há que questionar o próprio modelo de produção energética em causa: centrais de dimensões desproporcionais quando comparadas com as dimensões dos locais onde se inserem, e nas quais nem as comunidades ou empresas locais, nem os municípios, ou as juntas de freguesia têm participação social ou económica.

Sendo consensual que as metas das renováveis terão de ser cumpridas, e talvez ultrapassadas, é importante perguntar: Seria possível serem atingidas através de modelos de produção energética mais descentralizados, dispersos no território e dimensionados para os locais onde se inserem? Nesse sentido contribuem as chamadas Comunidades de Energia Renovável (CER), uma forma de organizar e gerir a produção, armazenamento, compra, venda ou partilha de energia assente em princípios de democracia energética e cooperativismo. Uma CER pode, por exemplo, gerir um sistema fotovoltaico coletivo cuja produção é partilhada entre vários membros, sendo dimensionado para os seus consumos agregados e as necessidades, sejam eles residenciais, comerciais ou até mesmo industriais. Sendo um modelo em grande expansão por toda a Europa, mas ainda numa fase experimental em Portugal, as CER constituem uma oportunidade para as autarquias, que podem constituir CER, e fortalecer a autonomia energética dos aglomerados populacionais, relegando a participação e os dividendos à escala local.

É nesse contraponto que o caso do Cercal do Alentejo, juntamente com os muitos outros projetos a tomarem forma em Portugal, contrariam a possibilidade de se construir um modelo energético democrático, descentralizado e organizado de baixo para cima.

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 15 euros
Europa | 6 números | 20 euros
Resto do mundo | 6 números | 25 euros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 30 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

Preenche o formulário em www.jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada; NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL

Minho em Alta Tensão

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

As linhas de Muito Alta Tensão (MAT), estruturas necessárias e nevrálgicas da distribuição energética, acarretam um problema extensível ao desenrolar inocente do mercado da venda de energia. São infraestruturas nocivas. Os perigos sobre a saúde pública, demonstrados pela comprovação a longo prazo dos efeitos das elevadas frequências eletromagnéticas, deveriam reforçar-lhes o princípio cautelar preventivo. Este fator é minimizado pela declaração de alguns impactes, que obrigam as linhas de MAT a legitimar-se através de processos de avaliação ambiental, ainda que assentes em projetos já caucionados à partida pela sua classificação de interesse público.

Em meados de dezembro de 2020, as sapatas de uma das torres instalada em Perelhal foram parcialmente cortadas.

No Minho e no norte do país, onde a densidade de povoamento não facilita a existência de corredores sem casas coladas às torres de 400.000 volts, ao longo dos anos, diversos têm sido os protestos das populações atingidas. Afastadas dos processos de deliberação e escolha dos traçados nas fases preliminares e decisórias (ver nesta edição do Jornal MAPA a reflexão sobre os processos de avaliação e consulta pública), as suas lutas assumem no terreno uma forte componente de ação popular, mas, na maior parte dos casos, isoladas, à margem dos ativismos ambientalistas e reféns das lutas políticas locais e regionais.

A luta contra a linha de Muito Alta Tensão em Perelhal

A população desta localidade minhota situada entre Esposende e Barcelos resistiu à imposição desta linha nociva praticamente sobre o centro da sua aldeia até ao momento em que, durante o segundo confinamento (setembro 2020 – abril 2021), o «distanciamento social» e as circunstâncias impostas policialmente à circulação de pessoas quebraram a agitação popular. Tornou-se impossível a reação à sentença judicial favorável à continuação da instalação das últimas torres de MAT, travadas pela resistência dos habitantes e por uma providência cautelar avançada pela Junta de Freguesia e pela IPSS Associação Perelhal Solidária. O empreiteiro entrou em obra em diversas frentes, acompanhado por uma forte presença da GNR e com segurança privada reforçada. As torres ergueram-se em tempo recorde, sem esperar pela negociação que os proprietários se viram forçados a assumir. A Junta de Freguesia manteve a sua posição e não reclamou qualquer dividendo.

Por essa altura, a linha de MAT estendia-se já desde os concelhos de Famalicão a Ponte de Lima, com o objetivo de se conectar à rede europeia energética, na Galiza, escoando o negócio da «energia limpa» das barragens do Gerês e dos parques eólicos. Perelhal era um entrave aos planos e, desde 2019, sucediam-se os protestos: marchas lentas de tratores, bicicletas e automóveis; boicotes eleitorais; vigilância das bouças; manifestações na cidade e mesmo sabotagem de torres construídas no seu território.

A contestação dos habitantes de Perelhal foi tornada pública nas eleições Europeias de 2019, depois de um apelo ao voto nulo que resultou na maior percentagem de nulos a nível nacional, o que se repetiu nas legislativas do mesmo ano. Antes da última providência cautelar, em finais de setembro de 2020, com o alerta do início do abate de árvores, os habitantes organizaram-se em turnos para vigiar as bouças e declararam-se dispostos a ir «até às últimas consequências» para fazer parar obras fortemente vigiadas por segurança privada. Nos meses anteriores, haviam visto indeferida a providência cautelar interposta pelo Município de Barcelos para travar a linha de MAT, considerando o Supremo Tribunal Administrativo que os prejuízos «sempre seriam facilmente indemnizáveis». Por isso, a população saíra às ruas em protesto em marchas na Nacional 103-1, que liga Barcelos a Esposende, com declarações contundentes à comunicação social de que «se tivermos de cortar linhas e postes, vamos fazê-lo». De acordo com o que foi tornado público, em meados de dezembro de 2020, as sapatas de uma das torres instalada em Perelhal foram parcialmente cortadas.

Tudo isto aconteceu durante os últimos anos, de forma auto-organizada pela população, numa resistência somente fragilizada por não se estender às demais freguesias afetadas. A REN (Rede Elétrica Nacional), com um EIA aprovado em 2014, não esteve disposta, nesta fase, a atender à alternativa de traçado menos nefasta apresentada pela Junta de Freguesia. Em 2020, a obra estava em curso e Perelhal era a única freguesia onde ainda faltava negociar os terrenos das torres com os particulares. A irredutibilidade, porém, ao contrário do que se poderia esperar, coube ao governo. Manifestada pela sobranceira e prepotente incapacidade de diálogo com que o presidente socialista da Junta de Freguesia, Fernando Miranda, classificou a atitude do Secretário de Estado João Galamba depois de uma reunião em que foi alertado que a resistência ordeira tinha no povo os seus limites e que estes estavam a ser ultrapassados.

O «distanciamento social» e as circunstâncias impostas policialmente à circulação de pessoas quebraram a agitação popular.

O projeto total implicará estender a linha de MAT entre Vila do Conde e Fonte Fría (Santiago de Compostela) e muitas populações dos dois lados da fronteira – de Ponte de Lima a Melgaço e de Arbo a Fonte Fría – prometem resistência, apesar da resignação e dos jogos de circunstância que impedem uma oposição mais estruturada.

Na paisagem de Perelhal resta o aço elevado a 75 metros sobre as casas, as leiras e as bouças. Dos cabos virá para ficar o zumbido dos 400.000 volts a soar acima das cabeças da população, numa ameaça à sua saúde, pela constância das frequências eletromagnéticas, secundarizada em nome do interesse público da REN e do escoamento transfronteiriço da venda de energia.

O QUE É O «EXTRATIVISMO»
conversa com Godofredo Pereira

Godofredo Enes Pereira, arquiteto e professor no Royal College of Art de Londres, foi membro da *Forensic Architecture* onde coordenou o Atacama Desert Project, uma investigação sobre as relações entre violações de direitos humanos e violência ambiental no deserto do Atacama, Chile. Desde 2012 que tem colaborado com comunidades indígenas e grupos de advocacia do Atacama na luta contra a destruição socioambiental provocada pela mineração do cobre. Em 2017 iniciou o projeto de investigação *The Lithium Triangle*, sediado no Royal College of Art, sobre os impactos socioambientais da mineração do lítio no Chile, Bolívia e Argentina; e está neste momento a escrever o livro *Ex-Humus: Collective Politics from Below*, no qual teoriza o papel de exumações no âmbito de processos políticos contra-hegemónicos na América Latina. Godofredo iniciará neste número uma colaboração com o Jornal MAPA à volta do tema do «Extrativismo», um conceito para ele bastante mais abrangente do que à primeira vista pode parecer. Para enquadrar esta colaboração, eis uma breve entrevista a Godofredo Pereira.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

JORNAL MAPA: Como chegaste ao interesse pelas lutas das populações locais contra os ataques extrativistas aos seus territórios? E que territórios tens estudado mais profundamente?

Godofredo Pereira: O interesse sempre o tive, mas só na última década percebi de que modo o meu trabalho, com formação de base na arquitetura, poderia contribuir para estas lutas. Com vista a providenciar alternativas a um pensamento da arquitetura muito fechado sobre si mesmo, senti a necessidade de a entender no contexto de relações de produção mais alargadas. Comecei então uma investigação sobre políticas do território, na sua relação com histórias capitalistas/coloniais e extrativistas. Nesse âmbito, dei por mim a investigar conflitos em torno da extração de recursos naturais na América Latina e em particular no Chile e na Venezuela (cobre e petróleo). Nesta altura deu-se o início da *Forensic Architecture*, um projeto coletivo que procurava usar as ferramentas da arquitetura e das artes em disputas humanitárias. Nessa lógica, comecei no Chile a usar as minhas ferramentas de trabalho enquanto arquiteto (desenho, mapeamento, coordenação de diversos materiais visuais) com vista a apoiar comunidades do deserto em luta contra a mineração. Daí começou a emergir um modo de trabalho colaborativo com as pessoas na linha da frente das lutas ambientais.

JM: A tua definição de «extrativismo» ultrapassa, em muito, a referência clássica à indústria mineira, de prospeção de gás ou petróleo. Podes explicar isso melhor? Ou, posto de outra forma: se a verdade é que o ser humano sempre extraiu coisas de que necessitava da natureza, em que é que o «extrativismo» é uma coisa nova?

G.P.: O extrativismo é um termo que foi muito trabalhado pelo Eduardo Gudynas, ecologista uruguaio, e que, em termos latos, nomeia uma forma de desenvolvimento predicada na extração em quantidades massivas de recursos naturais – sem tomar em consideração as capacidades regenerativas dos ambientes afetados – e com vista à sua exportação. Nesse sentido identifica algo muito diferente da mineração pré-capitalista. Por recursos naturais deve entender-se não só a extração de petróleo ou de minério, mas também a desflorestação pelas indústrias madeireiras, as monoculturas, as atividades do agronegócio. Mas eu prefiro alargar o termo para além disso, pois a lógica extrativista é central aos mecanismos de operação capitalistas. No uso que faço do termo, extrativismo refere-se igualmente à extração de seres humanos, quer no sentido da escravatura, quer no sentido da exploração dos trabalhadores. O processo é o mesmo. Seres humanos que são desumanizados, reduzidos a natureza, pronta para ser trabalhada e explorada pelos que se acham «desenvolvidos». E a partir daqui, também o capitalismo imobiliário, que extrai valor da superfície da terra, convertida em propriedade privada, o extrativismo financeiro, o extrativismo dos afetos como vemos hoje com os *social media*, etc. Ou seja, o termo extrativismo nomeia os diversos processos de extração, através dos quais o capitalismo coloniza os mais variados aspetos das sociedades.

JM: Fala-se muito em transição digital e transição energética, coisas para as quais seriam necessários os minérios que se pretendem explorar em Portugal e no Estado espanhol. Tu costumas dizer que «a transição é uma forma de planeamento». Queres explicar melhor?

G.P.: A transição energética deveria ser planeada por forma a enfrentar o colapso climático, não só mitigando os seus impactos (visto que o clima já está a mudar e a afetar pessoas por todo o mundo), mas também para precaver o futuro, desenvolvendo formas de produção e coexistência mais justas. Convém notar que não se trata só das emissões de Co2, mas também de outras «ruturas metabólicas» associadas, como a extinção de espécies, perda de biodiversidade, desertificação, acidificação das águas, e o que estas implicam ao nível das possibilidades de subsistência e sobrevivência. Perante isto, é importante notar como o colapso climático é a manifestação mais visível (mas não a única) dos modos de produção capitalistas. Digo isto não só para nomear a sua origem, mas porque esta consciência é necessária para planear o futuro. Isto porque o capitalismo é estruturalmente incapaz de abordar o colapso climático, pois é incapaz de planear o seu próprio fim. Vejamos como isto se manifesta na reacção às propostas de GND (*Green New Deal*) que têm aparecido: as propostas Ocasio-Cortez/Sanders nos EUA, e a proposta conjunta Lucas/Lewis (Greens/Labour) no Reino Unido,

No deserto de Atacama os geoglifos, extensas figuras desenhadas no chão, são testemunhos imemoriais dos povos indígenas

levantaram pontos importantes ao argumentar que as respostas à emergência climática se devem alinhar com os princípios de uma Transição Justa, reunindo novas propostas em torno de empregos e formas de trabalho, transportes, alimentação, água e infra-estruturas energéticas, no contexto da política municipal e nacional. Também o Projecto para a Transição Justa da Europa, produzido pelo grupo GND para a Europa, incluiu um apelo para uma Comissão de Justiça Ambiental com dimensões de justiça internacional, interseccional e intergeracional. Mais recentemente, o *Pacto Ecosocial del Sur* e o *Red Deal* problematizam como enfrentar a realidade colonial/racial de qualquer GND de natureza capitalista e a sua dependência de uma expansão infinita de fronteiras extrativistas. Mas estas propostas, mesmo na sua fase inicial e diagramática, têm sido ou ignoradas ou ridicularizadas. Ao mesmo tempo, as propostas do *Green Deal* da UE não fazem muito mais do que camuflar o consumo existente e viver sob a aparência de ajustamentos «verdes» fragmentados. Não tenhamos dúvidas: a sustentabilidade que lhes interessa é a do capitalismo. E aqui está o problema que tantas pessoas das lutas antimineração levantam: não se trata de evitar totalmente a mineração. Todos os seres vivos, das bactérias aos humanos, existem em relação simbiótica com a terra. Mas, dado o estado miserável em que se encontra o meio ambiente, a mineração só deveria ser autorizada por relação com um planeamento que apresente garantias para todos os afetados. Mas esse planeamento não existe. Onde está o plano sistemático de reforço do transporte coletivo na Europa? Onde está a redução do transporte aéreo? Onde está o plano de transição laboral? Onde está o reforço dos processos de verificação de impacto ambiental? Onde estão os processos democráticos de consulta às populações afetadas? Onde estão os direitos da natureza? Onde está a legislação sobre os direitos das gerações vindouras? Onde está o compromisso de desinvestir em energias fósseis? A transição energética requer planeamento. Tapar o sol com a peneira e passar a responsabilidade para os que se seguem não é planeamento.

Não se trata de evitar totalmente a mineração (...) mas, dado o estado miserável em que se encontra o meio ambiente, a mineração só deveria ser autorizada por relação com um planeamento que apresente garantias para todos os afetados. Mas esse planeamento não existe.

JM: Alguns dos movimentos antiminas em Portugal afirmam que a União Europeia está a construir uma política de maior fechamento sobre si própria e que quer construir uma espécie de «mundo inteiro» dentro do seu território, reservando uma parte para a exploração de matérias-primas e a produção de bens e a outra para o seu usufruto. Um colonialismo mais caseiro, digamos assim. Concordas com esta análise?

G.P.: Claro que sim, mas a fortaleza-Europa já aqui anda há muito tempo, basta ver a relação com as migrações do Norte de África e do Médio Oriente. A Europa do pós-guerra nunca foi outra coisa que um projeto fechado sobre si mesmo, construído dessa maneira para enfrentar outros projetos semelhantes no resto do mundo (quer no quadro da Guerra Fria, quer posteriormente em relação aos EUA e aos BRICS). O problema reside no que se considera o «si mesmo» neste contexto. A Europa sempre se viu como o centro do mundo, numa lógica colonial. Mas progressivamente o seu interior, o «si mesmo», tem-se reduzido, primeiramente devido aos movimentos de descolonização, mas porque também tem vindo a perder influência nesses territórios que durante muitos anos se mantiveram em posições de dependência económica neocoloniais. O investimento europeu em *aid&development* sempre teve em vista esse acesso a *cheap natures*, como diz o Jason W. Moore, quer seja mão de obra ou minerais. E não tenhamos dúvidas, sempre que a UE conseguir externalizar empregos precários, trabalho escravo, violência militar, impactos ambientais no tratamento de lixos tóxicos, impactos derivados da mineração, não vai deixar de o fazer. O problema é que esta externalização é sempre feita em competição com outros blocos geopolíticos. E no caso específico do lítio, tal como indicado na introdução da série «Testemunhos do Capitalismo Verde» (pág. 8), a China domina as principais empresas de extração, com a Ganfeng e a Tianqui e com ações na SQM e na Albemarle. E apesar de as principais reservas de lítio se encontrarem em territórios colonialmente ligados à Europa, nomeadamente Chile, Argentina, Bolívia ou Austrália, a UE não tem quase nenhuma presença nesse primeiro passo da *commodity chain* (a Alemanha está a tentar com Chile e Bolívia, mas sem grande sucesso). A prioridade passou a ser a de conquistar alguma autonomia no acesso futuro a um recurso muito cobiçado – mas isto independentemente desse recurso vir a ser mais ou menos relevante para uma real transição energética! E assim voltamos à questão anterior do planeamento. Por mais que as recomendações do IPCC ou dos UNFCC falem de coordenação e colaboração entre os diversos países – a paranoia da competição geopolítica toma sempre precedência. O termo «pulsão de morte» que para o Freud remetia a um retorno ao inorgânico parece-me muito acertado para descrever a mentalidade da política internacional no que respeita ao extrativismo: *death-drive*.

JM: Em lutas como aquela que cresce por cá contra a mineração, há muitos interesses em conflito que, nesta altura, estão do mesmo lado da barricada. Ou seja, neste momento, há caçadores, veganos, latifundiários, agricultores, a indústria do turismo de natureza, os movimentos ecologistas, todos unidos contra as minas. Vês nisto uma riqueza ou um potencial de

autodestruição? Como resolver esta questão? Ou não tem de ser resolvida?

G.P.: Tenho o maior respeito e admiração por todos aqueles que dão parte da sua vida aos processos de luta. São processos muito importantes de coletivização, de estabelecimento de laços de solidariedade e apoio mútuo. Todas as lutas que reúnem diferentes classes, origens geográficas, experiências vividas, perspetivas, são espaços com enorme potencial contra-hegemónico, pois permitem a articulação de equivalências entre diferentes processos anteriormente desligados entre si. Nesse sentido não há nada a resolver. O problema é quem vai aproveitar/trabalhar este potencial do ponto de vista discursivo/político: as lutas contra a mineração vão ser vistas como um problema de governantes corruptos de Lisboa e nesse sentido descurar a análise estrutural das relações de produção? Vão levar a que a transição verde seja vista como uma hipocrisia e nesse sentido ajudar a que se abandone ou que se abrande essa responsabilidade coletiva? Ou vão ser vistas como o resultado do capitalismo, equivalentes às lutas contra a monocultura no Alentejo, contra a gentrificação em Lisboa e Porto, contra o trabalho precário nas estufas de Odemira? Levar à coletivização das lutas e das redes de apoio? Parece-me que as lutas constituem sempre uma infraestrutura, na medida em que organizam ritmos e abrem espaços em que diversas pessoas se juntam para trocar ideias, desenvolver estratégias e pensar o mundo. A tarefa das esquerdas deve sempre ser a de reconhecer a legitimidade das perspetivas e conhecimentos desenvolvidos nestes processos de luta – e ao mesmo tempo lutar também para que a discussão destas questões não se limite às circunstâncias locais e a particularismos, e promovendo o seu posicionamento num quadro de lutas anticapitalistas mais alargadas.

Todas as lutas que reúnem diferentes classes, origens geográficas, experiências vividas, perspetivas, são espaços com enorme potencial contra-hegemónico (...). O problema é quem vai aproveitar/trabalhar este potencial do ponto de vista discursivo/político.

JM: Dás muita importância à ligação entre movimentos antiminas de vários pontos do globo e, em cada geografia, à ligação entre movimentos de várias lutas. Vês aí um caminho de emancipação que se poderia abrir? Em que sentido(s)?

G.P.: Parece-me evidente que o que há de comum entre lutas contra a mineração, lutas contra a monocultura, contra a segregação de populações, contra o racismo, contra a violência sobre escolhas sexuais ou de identidade de género, contra a turistificação, contra a gentrificação, contra a violência policial, é, obviamente, o capitalismo. O capitalismo, e em particular os mecanismos culturais, institucionais, legais, políticos e militares, à escala local, do Estado ou supranacional, dos quais faz uso. Trazer várias lutas em contacto umas com as outras permite que estas não se deixem cair sobre si mesmas e se reconheçam umas nas outras; permite trocar experiências e estratégias; permite aumentar a massa crítica e as redes de apoio e solidariedade; mas ao mesmo tempo obriga a dar conta de que soluções que funcionam num certo local ou período histórico não funcionam noutro necessariamente, e nesse sentido ajuda a pensar pragmaticamente. Como é que comunidades do Norte de Portugal afetadas pela extração de lítio se revêem em comunidades do Sul de Portugal afetadas pela monocultura? E nas comunidades urbanas afetadas pelo extrativismo da turistificação? Como pensar estas lutas ao mesmo tempo? Uma resposta possível é a terra. Podemos notar que a terra, a retoma da terra, é um dos aspetos mais comuns das lutas anticapitalistas de todo o mundo. Esta retoma da terra originalmente refere-se à resistência dos povos indígenas ao estado colonizador. Mas muito para além disso, como expressão, refere-se a um amplo leque de lutas socioambientais e anticapitalistas que reconhecem a terra como crucial para qualquer projeto contra-hegemónico de cuidado pelo meio ambiente: o controlo da terra é necessário para resistir à expansão das fronteiras extrativistas; para resistir a expropriações e apropriação de terras por governos e corporações; para evitar as expulsões e segregação racial das grandes cidades; para encetar reformas agrárias; para criar níveis de autonomia necessários para a sobrevivência e o bem-estar de muitos povos; para prevenir o desmatamento e a desertificação; para explorar formas coletivas, cooperativas ou comunais de coexistência. De Standing-Rock à Palestina, do Atacama a Montalegre, da Amadora a Odemira, para qualquer transformação nas relações socioambientais, é fundamental que pensemos estratégias de retoma da terra. Por outro lado, os caminhos de emancipação não dependem só da luta pela forma de enunciar os problemas, mas igualmente da capacidade de gerar mecanismos de solidariedade entre as lutas anticapitalistas nos seus diversos campos: nas ruas, nas instituições, na academia e na opinião pública. Gerar militância que seja transversal a várias escalas e contextos. A Vandana Shiva fala das «monoculturas da mente» para descrever o problema ambiental que sofrem as populações subjugadas ao capitalismo, que não vêem outra alternativa a uma visão patriarcal e machista do modo de habitar o mundo. Também Guattari falava das ecologias da mente, lembrando que não lidamos apenas com violência ambiental no seu sentido material, mas de todo um regime de poluição das relações sociais, do inconsciente e das imaginações. Não podemos pensar que essa poluição ou monocultura da mente afeta só alguns. De certeza que nos afeta a todos, mesmo os que militam contra o capitalismo. Por isso eu diria que a transversalização das lutas é essencial também para manter uma boa saúde mental no seio das práticas militantes.

Testemunhos do capitalismo verde

Hoje em dia a corrida ao lítio, justificada pela «transição verde» com vista à descarbonização dos atuais modos de produção, está em aceleração por todo o mundo. O lítio faz parte de um grupo restrito de metais (como o cobalto, o cobre e as terras raras) que são cruciais na mudança para a mobilidade elétrica. Infelizmente, os impactos de mais uma expansão da fronteira extrativista são frequentemente deixados de fora da comercialização das «energias limpas». Até agora, a «transição verde» tem sido encetada a partir de um quadro económico neoliberal, animada pelo mercado dos carros elétricos e pela abertura de novas fronteiras de mineração. Além disso, se os produtores de baterias se encontram distribuídos uniformemente pelo norte global, em termos de acesso aos recursos a China lidera com a Gangfeng e a Tianqi, num *big four* que é completado pela SQM (Chile) e pela Albemarle (EUA). Por esta razão, e numa lógica de competição em vez de colaboração, a Europa juntou-se à corrida extractivista. Assim, a mineração do lítio deve ser entendida como uma nova fronteira de expansão capitalista e de competição geopolítica, convertendo a «transição verde» num dispositivo de relações públicas.

A série «Testemunhos do Capitalismo Verde» procura pensar a transição energética «a partir das vozes situadas nas suas linhas da frente». Nos próximos números do Jornal MAPA, publicaremos entrevistas com líderes indígenas, agricultores, advogados ou cientistas, vozes daquelxs que, estando na linha da frente, são frequentemente ignoradxs, apagadxs ou, em muitos casos, silenciadxs com o recurso à violência. Testemunhos que põem em evidência a natureza racial, genocida e ecocida do capitalismo, assim como a sua dependência de estruturas legais e políticas com uma lógica colonial e imperialista.

Se nos principais meios de comunicação social as críticas à mineração no âmbito da atual transição energética são descartadas como NIMBY[1] ou como manipuladas pela indústria petrolífera, os testemunhos que compõem esta série ajudam a desmistificar tais enquadramentos. São vozes que revelam um pensamento desenvolvido a partir do contacto direto com as realidades da transição energética, recusando a redução dos processos de justiça ambiental e climática a narrativas lineares e simplistas. Um pouco por todo o lado o mesmo problema se repete: não se trata de uma oposição à transição energética mas, pelo contrário, de uma luta por revelar que a transição energética, se for efetuada nos atuais moldes, não permitirá transição nenhuma.

A série *Testemunhos do Capitalismo Verde* reunirá vozes do Chile, Argentina, Austrália, Portugal ou Sérvia, todas elas afetadas pela mineração de lítio. Em cada uma delas, poderemos encontrar um compromisso comum de cuidar da terra e do ambiente nas suas dimensões materiais e sociais. A série será publicada no Jornal MAPA e, num futuro próximo, também noutras línguas e partes do mundo. O seu objetivo é o de apoiar a partilha de experiências entre comunidades na linha da frente da luta contra o extrativismo.

1 NIMBY, acrónimo de *Not In My Backyard*, é um termo derrogatório usado desde os anos 1980 para caracterizar a oposição popular a projetos de transformação urbana ou ambiental, sugerindo que essa oposição não teria lugar se o projeto fosse proposto para outro lugar. Não deixando de haver várias lutas que emergem de uma perspectiva NIMBY, o uso do termo ou de outros semelhantes (por exemplo o «velho do restelo») é também uma tática comum para descredibilizar a oposição a projetos de expansão capitalista - implicando que as populações afetadas são ignorantes e reacionárias.

«Queremos a nossa terra de volta para a administrar e proteger»

Entrevista a Rolando Humire Coca

GODOFREDO PEREIRA

Rolando Humire Coca é um bioquímico, agricultor e líder indígena. Foi presidente do *Consejo de los Pueblos Atacameños*, uma associação que reúne 18 *ayllus* [aldeias, mas também oásis] localizadas na bacia hidrográfica do salar de Atacama, no Chile. Rolando foi o único representante indígena na Comissão Nacional do Lítio, no Chile, entre 2014 e 2016, onde teve um papel crucial na contestação das lógicas extrativistas do governo Chileno e na articulação das perspetivas do povo Atacameño, ou Lickanantai. É membro do Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile. A entrevista foi conduzida em Janeiro de 2020, na sua casa em San Pedro de Atacama, durante um período de enormes manifestações contra o governo neoliberal de Sebastian Pinera, que varreram todo o país.

Rolando Humire Coca na sua casa em Solcor, San Pedro de Atacama, Março, 2020.

Godofredo Pereira (GP): Podes falar-nos um pouco sobre ti e sobre a tua participação na Comissão Nacional do Lítio?

Rolando Humire Coca (RHC): Eu nasci aqui, no *ayllu* de Solcor, parte de San Pedro de Atacama, Chile. Vivi aqui toda a minha vida até ao momento em que fui estudar Bioquímica para a capital, Santiago. Fiquei lá muitos anos mas, a certa altura, comecei a desenvolver uma curiosidade pelo movimento indígena que estava a emergir no Atacama e a começar a ganhar importância. Naquela época, o movimento era muito fragmentado, mas as pessoas tinham vontade de se juntar. Dadas as minhas origens, senti uma espécie de responsabilidade histórica. Resolvi então comprometer-me com o movimento e fazer parte dele, contribuir com o meu conhecimento, informação e experiência. Mais tarde, fui eleito líder de dezoito comunidades locais (*Consejo de Pueblos Atacameños*). Foi por volta de 2013, quando o frenesi do lítio e a transição para a mobilidade elétrica estavam nos seus inícios. O principal desafio durante a minha gestão como líder foi a Comissão Nacional do Lítio, criada pela presidente Michelle Bachelet em 2014. Deu muito trabalho.

Nessa altura conseguimos defender um pouco a nossa visão enquanto povo, porque, quando esta comissão de especialistas foi formada, não consideraram o povo do Atacama. Nessa altura, vieram até Peine, uma pequena aldeia no extremo sul do salar de Atacama. Vieram e convidaram-nos para uma cerimónia, onde nos descreveram o que tinham decidido fazer no nosso território, como o iam «desenvolver» e mais nada. Mas eu tenho uma personalidade muito forte. Levantei-me e disse ao ministro da mineração que eles não fariam nada sem a nossa bênção porque esta terra é nossa. Não porque um pedaço de papel o diz, mas por causa da história.

Eu faço uma comparação: está provado que povos antigos vivem aqui desde há mais de 10.000 anos. Considerando que a República Chilena chegou aqui depois da guerra do Pacífico de 1879-84, então, se compararmos 10.000 anos com aproximadamente 100 anos, são 100 vezes. Por isso temos a certeza de que esta terra é nossa, e esse é o nosso objetivo, recuperá-la. É essa a nossa luta. São cerca de 3 milhões de hectares, todo o distrito de San Pedro de Atacama. Temos a certeza de que não será uma tarefa fácil recuperar as nossas terras com reconhecimento de propriedade (títulos). Mas o Chile passou a fazer parte da OIT169 [Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais] desde 2008, e essa convenção tem algumas particularidades: a mais importante é que obriga todos os países signatários a consultarem as primeiras nações/povos indígenas sempre que quiserem tomar uma decisão que possa ter algum impacto sobre as comunidades e os seus territórios. O que nos permite ir contestando e resistindo.

Mas, voltando ao que estava a dizer, foi criada a Comissão Nacional do Lítio, eu reclamei por não fazermos parte dela e, no seguimento da minha intervenção, fui convidado por unanimidade a ingressar nela. Claro que tinha formação científica e, por isso, conseguia entender muito bem o que eles estavam a planear. Os problemas eram bastante técnicos: como funciona o salar, a hidrologia das águas subterrâneas e tantos outros conceitos que os mais idosos das comunidades locais não entendem na totalidade. Mas foi uma conversa difícil, porque os «peritos» estavam cheios de ideias antiquadas, pensavam que éramos estúpidos, que caminhávamos seminus e que morávamos em cavernas... Mas ficaram a perceber que sabemos muito sobre o salar de Atacama. Há muito tempo que usamos sal e salmoura. Usávamos muito sal, ervas e ovos de flamingo quando ainda eram abundantes. Eu comia-os quando era criança. Hoje não são muitos. Os flamingos são tímidos. Se virem ou ouvirem algo em que não confiam, voam para longe. Já quase não há flamingos no salar de Atacama.

Se queremos recuperar a nossa terra, é porque queremos protegê-la e preservá-la. Porque, infelizmente, o Chile depende da exportação dessas matérias-primas. Cobre, lítio, madeira das florestas do Sul e assim por diante. A terra não recebe muito em troca. Os minerais são exportados para outra parte do mundo. A maneira como extraem o lítio certamente que não é sustentável. O processo consiste em evaporar milhões de litros de água todos os dias num deserto, o deserto mais seco

Laguna Chaxa, salar de Atacama. Trata-se de uma lagoa de água doce, caracterizada por uma biodiversidade única ao nível microbiano, mas também animal. A imagem permite ver o solo de caliche que cobre o salar, e que resulta da evaporação de toda a humidade do chão. Podem-se também avistar alguns flamingos à distância e, em pano de fundo, a cordilheira dos Andes. Fevereiro, 2019.

do mundo. Além disso, nem governo nem companhias mineiras têm informação científica que possa assegurar que, se se extrair água de um ponto, isso não afetará outras áreas. Ninguém sabe até que ponto é que o deserto pode resistir à extração de água. É por isso que nestes últimos anos houve vários processos judiciais contra a SQM [*Sociedad Química y Minera de Chile*][1] e outras empresas, a fim de reduzir a quantidade de água que estão a bombear dos poços. Mas as companhias também precisam de mudar a forma como obtêm o lítio. Já existe tecnologia que pode extraí-lo sem ter de evaporar a água. Mas a tecnologia é cara e consome muita eletricidade. O problema é que o atual processo de evaporação com o Sol não custa nada, é muito mais barato.[2]

Essa é a luta que temos hoje em dia, mas é difícil. O problema é que levará muito tempo para desenvolver uma verdadeira democracia, porque temos a certeza de que esta que temos hoje é uma falsa democracia. Nunca saímos da ditadura de Pinochet. Herdámos a constituição dessa altura e queremos mudá-la. Mas, infelizmente, os políticos nunca se interessarão por isso, apenas querem lucros, não se importando com os custos para as comunidades locais ou para a natureza. O Chile é um país bizarro, não existe outro país no mundo onde toda a água seja privada, por exemplo. É o país mais capitalista do mundo.

GP: Mencionas diferentes tecnologias. O que achas das propostas feitas pelas companhias como a SQM e a Albemarle, para re-injetar água nos sítios de onde foi extraída?

RHC: Com certeza que eles não vão re-injetar a água exatamente no local de onde ela é extraída. Além disso, a água é dinâmica, tem um gradiente de densidade que varia dependendo dos locais de onde está a ser bombeada, seja na periferia e nas zonas mais superficiais de água doce, seja no centro, no núcleo de salmoura. A água tem uma tensão superficial forte - é por isso que não flui em gotas, mas como um fluxo contínuo. Portanto, se bombearmos da salmoura, esta será imediatamente compensada com a água circundante, sem que se tenha um conhecimento exato da hidrologia do salar[3]. Portanto, a água que se re-injetar irá para algum lugar, mas as coisas nunca vão ser como antes da extração.

> Os «peritos» estavam cheios de ideias antiquadas, pensavam que éramos estúpidos, que caminhávamos seminus e que morávamos em cavernas.

GP: O que achas do facto do lítio extraído do Chile ser levado para outros países, do Norte?

RHC: Supostamente, esta é a segunda maior reserva de lítio do mundo, mas aqui há vantagens, em comparação com o resto do triângulo de lítio, nomeadamente a altitude e o facto de ter muito menos chuva. Lá [Argentina, Bolívia] não podem explorar o lítio com a mesma taxa de evaporação, porque é muito turvo. Além disso, não é fácil remover o lítio sem remover o magnésio. Se virmos aquelas formas hexagonais na superfície dos salares [Uyuni, na Bolívia, ou Salinas Grandes, na Argentina], isso é consequência da presença de magnésio. E o magnésio é um catião, assim como o lítio, e por isso é difícil separá-los. Mas, aqui no salar de Atacama, a crosta que se vê na superfície não é hexagonal, não há magnésio. Então, as particularidades do salar de Atacama convertem-no num negócio muito bom, também porque tem muito Sol para evaporar a água. É por isso que todas as companhias querem vir para cá, é muito mais vantajoso. Podemos ver o exemplo da Bolívia, que foi recentemente sequestrada pela igreja católica e pelos capitalistas. Já não é um modelo a seguir[4]. Vamos ver o que vai acontecer nas eleições, mas hoje eles pensam da mesma forma que o Chile, só querem exportar carbonato de lítio e mais nada. Já quebraram o acordo que tinham com empresas alemãs para desenvolver baterias. De qualquer forma, tenho a certeza de que não se pode mudar a história assim tão facilmente. E, infelizmente, depois da guerra fria, o mundo dividiu-se em 3 tipos de países: os que prestam serviços, os que fornecem tecnologia e os que fornecem matéria-prima. Nós, infelizmente, somos deste último grupo. E isso não mudará nos próximos tempos.

GP: Os atuais modelos económicos de transição energética são pensados e controlados pelo Norte Global. Como te posicionas perante isto?

RHC: Quem pode comprar um Tesla? Se alguém os comprar no Chile, serão certamente as pessoas que moram nos bairros ricos de Santiago. E, pelo mundo inteiro, vai ser assim. Talvez um pouco menos nos países do Norte. Então, com certeza que essas mudanças não vão acontecer aqui, vão acontecer noutro lugar.

GP: Existem aspetos da cosmovisão Atacameña que te parecem relevantes para pensar estas disputas em torno do meio ambiente?

RHC: Na nossa visão cósmica, não possuímos nada. Somos parte de tudo. Isto é, sempre que vamos a algum lugar, pedimos permissão aos nossos antepassados. Porque, quando eles morrem, tornam-se um com a terra. Cada vez que pisamos um caminho, pisamos as pessoas, os antepassados. Se formos a um lugar que não conhecemos ou a um lugar para cultivar o milho, para procurar água ou plantas medicinais, pedimos permissão aos espíritos, aos nossos antepassados e, claro, à Mãe Terra, *Patta Hoiri*, na nossa língua. Estamos muito

Terrenos cultivados em Camar, uma das comunidades que borda o salar. A vegetação resulta de cursos de água vindos das montanhas e dos efeitos microclimáticos permitidos pela topografia. Devido aos direitos de extração de água que o Estado chileno concedeu às empresas mineiras, os caudais de água para uso agrícola são cada vez mais reduzidos. Janeiro, 2018.

ligados à natureza e não nos vemos como os donos de um pedaço de terra. Devido à colonização, somos forçados a uma certa contradição, porque queremos ter registos de propriedade, mas sem a ambição ou sem a visão capitalista segundo a qual «sou dono, então posso vender ou fazer o que me apetecer». O nosso objetivo é ter o controlo destas terras para as proteger.

GP: Achas que o conhecimento que tens da biologia química é particularmente relevante aqui? Como o relacionas com a cosmovisão *Atacameña*?

RHC: A cultura *Atacameña* é profundamente andina, por isso a raiz andina emerge, aparece na nossa cultura. E o significado desta visão cósmica andina é viver numa espécie de equilíbrio com a natureza. Não somos donos dela, somos parte. Fazemos parte deste ambiente, temos de cuidar dele, temos de viver de forma equilibrada, de respeitar e honrar a história de toda esta paisagem. Fui treinado pela minha avó e ela ensinou-me a respeitar a mãe terra cada vez que se cava um buraco e se faz uma oferenda, cada vez que se viaja, cada vez que se pisa em cemitérios antigos, etc. Isso está bem incorporado no nosso treino, no nosso treino de *Atacameños*. E assim, ter estes dois conhecimentos, que certamente não se excluem mutuamente mas se complementam, é uma vantagem, pois posso mover-me entre estes dois mundos. Mas compreendo, com base numa visão muito profunda e nas crenças das pessoas locais, que certamente não podemos continuar com este abuso. Não nos opomos à passagem do petróleo para a mobilidade eléctrica, mas opomo-nos à forma como esta está a ser conduzida.

Aqui no salar de Atacama temos um equilíbrio muito frágil de diferentes formas de vida. Não se pode dizer: «como sou humano, tenho o direito de fazer grandes mudanças na natureza, não importa se causam danos temporários ou mesmo permanentes ao meio ambiente». Dependemos desses ambientes. Existe uma espécie de simbiose aqui. Não podemos viver sem essas outras formas de vida. Talvez seja para práticas espirituais, mas principalmente para propósitos muito úteis, para água potável, para agricultura, etc. Não se pode beber água de muitos dos nossos riachos por serem naturalmente poluídos [com arsénico], senão as pessoas envenenam-se. Evitar beber esta água requer observação e isso vem do conhecimento geofísico. Não se pode simplesmente desligar o nosso conhecimento da natureza. Não. Nós precisamos de ar para respirar, precisamos de um ambiente não poluído para viver, precisamos de plantas não só para sombra, também para aquecimento. Portanto, dependemos de diferentes formas de vida. Certamente, esta visão era bastante central para os nossos antepassados, porque eles realmente viviam em equilíbrio com a natureza. Por exemplo, eles mudaram-se para pastagens diferentes, para levar o gado de um lugar para outro, mas sem esgotar o meio ambiente, um uso de recursos naturais para sobreviver mas também para manter esse equilíbrio frágil. Ao contrário das empresas de mineração, que bombeiam milhões de litros por dia. Existe um efeito, nem sempre fácil de medir, mas existe um efeito. O equilíbrio foi perdido mas, na nossa visão cósmica, nos nossos modos de vida, não é assim que acontece. Claro que podemos usar os recursos naturais, mas sem esgotá-los. Sem abusar deles.

GP: Em casos litigados recentemente, tem-se discutido a importância dos ecossistemas microbianos como prova de formas de vida única nos salares. Achas que a cosmovisão *atacameña* permite dar importância e cuidar de entidades que não podemos ver?

Piscinas de evaporação das instalações mineiras da Albemarle. Janeiro, 2018.

Não nos opomos à passagem do petróleo para a mobilidade eléctrica, mas opomo-nos à forma como esta está a ser conduzida.

RHC: Talvez não haja uma visão de compreender isto no sentido de microrganismos, mas certamente que sim. Porque temos abordagens diferentes em função dos diferentes lugares e das suas características, alguns sagrados, outros proibidos, e que têm frequentemente uma relação com os microrganismos. Certos lugares onde se produz cianeto serão certamente venenosos mas, se estiverem perto daqueles que são fotossintéticos ativos, certamente haverá mais oxigénio. Posso dizer uma coisa: cada vez que há chuva nas montanhas, os rios descarregam enormes quantidades de água no salar. Mas, cada vez que isto acontece, a força das águas faz remover minerais das margens dos rios e, por isso, trazem sais solubilizados, trazem argila, contaminantes, etc. O que fizeram os nossos antepassados para decidir se a água é boa ou não para irrigar? Provaram-na. O sabor. Beberam pedacinhos, e «isto não é bom»/«isto é bom». Se trouxer mais boro, mais arsénico, o sabor vai mudar. Esta metáfora pode ser usada para outros exemplos. A ligação do povo antigo ao salar de Atacama estava também relacionada com os flamingos. Fontes de proteína. Quando havia muitos flamingos, era porque todos os microrganismos de que os flamingos se alimentavam estavam lá. Existe portanto uma ligação direta e uma maior sensibilidade.

GP: Achas que a agricultura pode gerar oportunidades de emprego alternativas à mineração?

RHC: Hoje em dia estou muito entusiasmado porque as novas gerações e os jovens estão a começar a ter interesse em voltar, porque têm oportunidades de trabalhar e de fazer coisas. Este deserto é enorme. Imaginem cultivar uma floresta com plantas medicinais em grande escala. Quase todas essas plantas teriam propriedades farmacêuticas. Se pudéssemos desenvolver o nosso próprio mini-país, certamente seríamos capazes de atender às nossas próprias necessidades. Mas precisamos de diferentes formas de irrigação. O método tradicional é bonito, mas não é eficiente, porque a água infiltra-se e, ao escorrer pelos canais [a descoberto], evapora-se. Por isso, não chega onde tem que chegar. Os minutos de água de rega que temos semanalmente dependem da superfície que se tem, mas não são adequados. Com o sistema que temos não se pode plantar nada com alguma escala, exceto alfafa (para gado).

GP: Podes descrever um pouco como a mineração afetou a vidas das gentes locais?

RHC: Bem, a nossa cultura é de mineração. Os Incas vinham cá estabelecer trocas comerciais, principalmente devido ao nosso cobre. Não podemos evitar esta história, mas a diferença é a intensidade e o modo da mineração. Claro que tem um impacto sobre a nossa cultura. Mas o modo como as minas funcionam hoje em dia é muito prejudicial para as nossas gentes. Todos os mineiros trabalham 7 ou 14 dias na mina e 14 ou 7 dias em casa. Consegues imaginar como é que um filho, como é que uma família funciona sem um membro-chave por tanto tempo? Isso produz um enorme impacto na sociedade e na mentalidade das crianças - à medida que crescem por conta própria, quando carecem de mais apoio, no período da infância. Também há muito alcoolismo, pois os trabalhadores experienciam condições de trabalho muito intensas e, quando estão em casa, muitas vezes ficam dependentes da bebida. Muitas vezes isto leva a problemas mentais, inclusivamente suicídios. O impacto da mineração é enorme, principalmente em lugares pequenos.

GP: Como vês os recentes protestos que atravessaram todo o país e a sua relação com as lutas indígenas?

RHC: Com as manifestações e os protestos dos estudantes, estamos agora a viver um momento na história de onde, esperemos, vai surgir algo novo e inovador. As novas gerações não têm nada a perder, é por isso que reivindicam a educação, o sistema público de saúde e toda uma série de mudanças na constituição que possam proporcionar igualdade para todas as pessoas. É interessante, realmente inspirador, o que está a acontecer e, nesse âmbito, pensar como podemos proporcionar experiência, dar conhecimento. Aqui onde estamos, por exemplo, podem ver-se ruínas e fortalezas ao nosso redor, complexos sistemas de distribuição de água - um planeamento paisagístico com milhares de anos. E não acho que isso aconteça apenas no Chile. Na maioria dos países onde ainda existem povos indígenas ou Primeiras Nações, não há ninguém que entenda a geografia e a ecologia melhor do que os povos indígenas. Vivemos nesses territórios. Sabemos o que acontece quando chove. Ou seja, é assim que vamos apoiar esta revolução: com conhecimento. É por isso que o 1% que é dono de todo o país está tão preocupado. Porque, se esta revolução for guiada de maneira adequada, servirá para acabar com o capitalismo. E essas pessoas não querem isso. O Chile é um país bastante diverso, sem uma visão comum. Mas, depois disto, as pessoas estão a perceber que temos mais coisas em comum do que diferenças. Estamos [*Atacameños*] à disposição para participar neste processo. Queremos a nossa terra de volta para a administrar e proteger. Se tivéssemos autonomia económica, poderíamos desenvolver os nossos próprios programas educacionais e ganhar mais independência em relação à mineração.

1 A SQM, ou *Sociedad Química y Minera de Chile*, é uma das três principais companhias químicas de extração de lítio no mundo, juntamente com a americana Albemarle e as chinesas Gangfeng e Tianqui. Até 2015, teve como CEO Julio Ponce de Lerou, o ex-genro do ditador Augusto Pinochet, também conhecido pelos múltiplos casos de corrupção ao nível governamental nos quais esteve envolvido, e que mantém até hoje um controlo estratégico sobre a companhia, com 30% das ações.

2 O actual processo consiste em bombear salmoura a profundidades de aproximadamente 30m e depositá-la em enormes piscinas de evaporação, por forma a concentrar os sais, para serem levados para posterior tratamento e separação, com vista à produção de carbonato de lítio, cloreto e sulfato de potássio, entre outros produtos.

3 Apesar dos múltiplos estudos hidrológicos já efetuados, persistem bastantes incertezas quanto ao comportamento das águas subterrâneas nos diferentes lençóis freáticos, particularmente no que respeita à relação entre salmoura e água doce.

4 A entrevista foi realizada antes das eleições de 2020, nas quais o MAS retomou o poder com a eleição de Luis Arce.

Lutas agrárias ao Sul de Portugal

Ao «mar de plástico» que invade o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, junta-se o «deserto verde» do interior do Alentejo e Algarve, onde milhares de hectares de monoculturas superintensivas se alastram, esgotando as reservas de água, poluindo os entornos naturais, condenando a agricultura camponesa à seca, à contaminação ou ao abandono da terra.

Teresa Conceição

CALDEIRA NEGRA, FERNANDO FERNANDES, KAYA SCHWEMMLEIN, JOANA CANELAS, PEDRO MIGUEL CARDOSO E SARA MOREIRA

O aumento exponencial das monoculturas agroindustriais e superintensivas no Sul do país não é novidade, mas ganhou visibilidade nos últimos meses com a cerca sanitária imposta a duas freguesias de Odemira. O foco pandémico ali registado obrigou a encarar a situação vivida por milhares de trabalhadorxs agrícolas migrantes, que chegam à região para dar resposta às grandes necessidades de mão de obra da agroindústria. Serão elas e eles o elo mais fraco de uma expansão descontrolada que não olha à dignidade humana nem ao equilíbrio da Natureza para fazer avançar as suas megaexplorações agroindustriais — como de resto já tem sido reportado pelo Jornal MAPA desde 2014[1]. Ao «mar de plástico» que invade o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), junta-se o «deserto verde» do interior do Alentejo e Algarve, onde, nos últimos anos, milhares e milhares de hectares de monoculturas superintensivas se alastram, esgotando as reservas de água, poluindo os entornos naturais, condenando a agricultura camponesa à seca, à contaminação ou ao abandono da terra.

O *El Dorado* agroindustrial

O chamado clima *premium* do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, que permite a produção contínua durante praticamente todo o ano, juntamente com a disponibilidade de água do rio Mira e os solos fáceis de trabalhar, têm sido para as empresas como é para as traças uma luz branca na noite de breu.

«Encontraram aqui o *El Dorado*», resume Nuno Carvalho, do Movimento Juntos pelo Sudoeste, em entrevista à Primavera Agroecológica em parceria com o Jornal MAPA. «Com a disponibilidade de água a preços irrisórios em comparação com outros países, e dadas as condições climáticas, há condições perfeitas para a produção de frutos vermelhos e flores, quase na totalidade para exportação». *Maravilha Farms*, *Amazing Promise*, *Atlantic Sun*, *Driscolls* e *Vitacress* são alguns dos nomes das muitas empresas hortiflorifrutícolas agroindustriais, na sua maioria internacionais, que já cobrem de plástico cerca de 1545 hectares na região (segundo dados do Ministério da Agricultura), entre os mais de sete mil hectares de explorações agrícolas ativas no perímetro de rega do Mira.

«A legislação existente não é aplicada, (...) há lacunas que permitem esta expansão descontrolada», acrescenta o engenheiro do ambiente, denunciando a falta de controlo e fiscalização e enumerando impactos sociais e ambientais, que vão desde os conflitos sociais à contaminação dos solos e ao desaparecimento de «*hotspots* de biodiversidade» que encontram ali lugar único no mundo.

Água dá, água leva

Numa resenha histórica sobre os grandes projetos de construção de empreendimentos hídricos no Sul do país desde a década de 1960, José Paulo Martins, do Movimento Alentejo Vivo, conta como «a questão da água associada ao desenvolvimento do Alentejo é um tema que há muito ocupa os debates e o imaginário popular nesta região»[2]. «Vendia-se terra, sol e água dentro e fora do país» com a promessa do «desenvolvimento e prosperidade ímpar» que o acesso à água iria trazer. A promessa revelou-se afinal defraudada para a grande maioria dos habitantes e é hoje uma das principais preocupações de quem vive, trabalha e defende a terra com as próprias mãos (ver testemunhos em «A agroindústria é má vizinha», pág. 13).

No caso de Odemira, a entidade que controla a água da albufeira de Santa Clara é a Associação dos Beneficiários do Mira (ABM), cuja gestão irresponsável tem incentivado o investimento nas explorações, sem impor, até este ano, qualquer restrição. Os últimos registos do Sistema de Informação do Regadio da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) indicam que

o nível da barragem está a 48%, já abaixo do «volume morto». Face ao descalabro e à previsão de agravamento das condições de seca, a ABM achou por bem deixar de fornecer água a centenas de pessoas camponesas «precárias» (como chamam a quem não faz parte formal da área beneficiada pelo perímetro de rega), algumas delas sem comunicação prévia, e que beneficiavam da água há décadas. No início de Junho, a ABM cortou a água do caudal ecológico da barragem de Santa Clara.

A legislação existente não é aplicada, (...) há lacunas que permitem esta expansão descontrolada.

Se o perímetro do Mira abrange no total cerca de 12 mil hectares de regadio, já a área de influência direta do Alqueva (Guadiana) é pelo menos 10 vezes maior, «uma dimensão sem par no resto do país», segundo José Paulo Martins. «Os 120 mil hectares a converter para agricultura industrial de regadio, agora acrescidos pela segunda fase do projeto, já em curso, e pelos «*precários*», levam-nos a um horizonte previsível de 200 mil hectares a serem regados», acrescenta, dizendo que mais de 80% da área de produção naquela zona corresponde hoje a olivais e amendoais superintensivos (estes últimos a cultura que mais tem crescido), mas onde se encontram também cada vez mais abacatais, laranjais e eucaliptais, entre outras variedades mais ou menos exóticas em extensões invariavelmente imensas.

«É esta a agricultura que queremos para a região?», questiona o ambientalista, criticando os discursos assentes no uso eficiente dos recursos para legitimar uma agricultura que desrespeita as boas práticas agrícolas e de ordenamento do território (ex: Planos Diretores Municipais). «Monoculturas para exportação com maior concentração da terra e com base na subsidiação da água e no maior investimento público ao nível agrícola jamais efetuado no nosso país? Ou mais diversificação, que possa, essa sim, responder às necessidades alimentares do país? Cabe aos cidadãos organizarem-se e fazer (sic) valer os seus pontos de vista e influenciar de algum modo as políticas públicas neste domínio». É o que têm feito os movimentos Alentejo Vivo, Juntos pelo Sudoeste, a associação Zero, a Regenerarte e outras coletividades do país.

A resolução da ganância

Em Maio, o Juntos pelo Sudoeste lançou uma petição pela revogação da chamada «resolução da ganância» do Conselho de Ministros (n.º 179/2019), que permite a expansão das culturas sob plástico para 40% da área irrigável do Mira (podendo chegar até aos 4800 hectares) e legaliza as habitações precárias de trabalhadorxs em contentores dentro das explorações agrícolas em pleno Parque Natural. Esta expansão da área de estufas representa o triplicar da área atual e naturalmente o triplicar das necessidades de água, de mão de obra e de alojamento. Esta medida levou, no dia 1 de Junho de 2021, cerca de 200 pessoas a concentrarem-se junto à Assembleia da República, entoando cânticos como «agricultura intensiva não» e «estufem as vossas primas».

Foi a desresponsabilização do cuidado do território e das pessoas, por parte do Estado, que criou condições propícias para a proliferação de grandes empresas agrícolas. A falta de apoio técnico e organizativo para a produção de pequena escala, a falta de estratégias locais para o desenvolvimento sustentável dos territórios e a exposição dxs pequenxs produtorxs às normas corporativas e aos mercados globais fizeram parte da estratégia de inviabilização económica da agricultura camponesa. Tudo porque os senhores tecnocratas vivem melhor tendo um território simplificado e controlado por um punhado de empresas financiadas com dinheiros públicos, do que com um mosaico sociodiverso e complexo de atividades autónomas e independentes, do qual não podem lucrar e o qual não conseguem controlar. Exercem poder de *lobby*, levando ao desmantelar da pequena agricultura e sacudindo as populações do território, para depois lhes ficarem com os terrenos. A ganância capitalista consegue assim destruir em poucos anos culturas sustentáveis que foram construídas por séculos de conhecimento acumulado, regando plantações que nunca precisaram de ser regadas para obter um lucro imediato que já não é sustentável e que, daqui a poucos anos, terá esgotado as reservas de água do Alentejo.

Paradoxos do produtivismo

O impacto dos sistemas agroalimentares industrializados no meio ambiente, e o papel que estes assumem no esgotamento dos recursos naturais, na destruição da biodiversidade e na manutenção de condições socioeconómicas degradantes, reflete-se num leque de consequências socioambientais, como os padrões de desflorestação global; as emissões de gases com efeito de estufa (nomeadamente com o transporte de mercadoria); o aumento dos riscos de inundação; e ainda, o uso e poluição de cerca 70% da água global (IPCC, 2019). O atual contexto rural é marcado pelo envelhecimento populacional, pela fuga rural e pelo fraco ou inexistente acesso a instituições jurídico-legais, de saúde e/ou de emprego. Paralelamente, pela

Direitos camponeses

Não havendo uma resposta política capaz de satisfazer simultaneamente todas as demandas sociais e ambientais, considera-se indispensável ir ao encontro de quem faz agricultura de pequena escala. Estas pessoas estão no campo, «vivem» a agricultura e as situações de marginalidade e exclusão. Uma forma de romper com o já consolidado poder político e social das transnacionais é divulgar os "Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Vivem no Campo". Nesta declaração, entre outros, está patente:

O direito das populações a recursos naturais e desenvolvimento suficientes para gozar de uma vida digna (Artigo 5º);

O direito a um ambiente limpo, seguro e saudável para usufruir e gerir (Artigo 18º);

O direito a acesso a água potável e a água suficiente para produção e subsistência (Artigo 21º);

O direito a assistência legal e a solidificação de instituições imparciais e competentes capazes de efetivar os direitos humanos (Artigo 12º);

O direito a condições de trabalho seguras e saudáveis, incluindo não exposição a agrotóxicos (Artigos 13º e 14º).

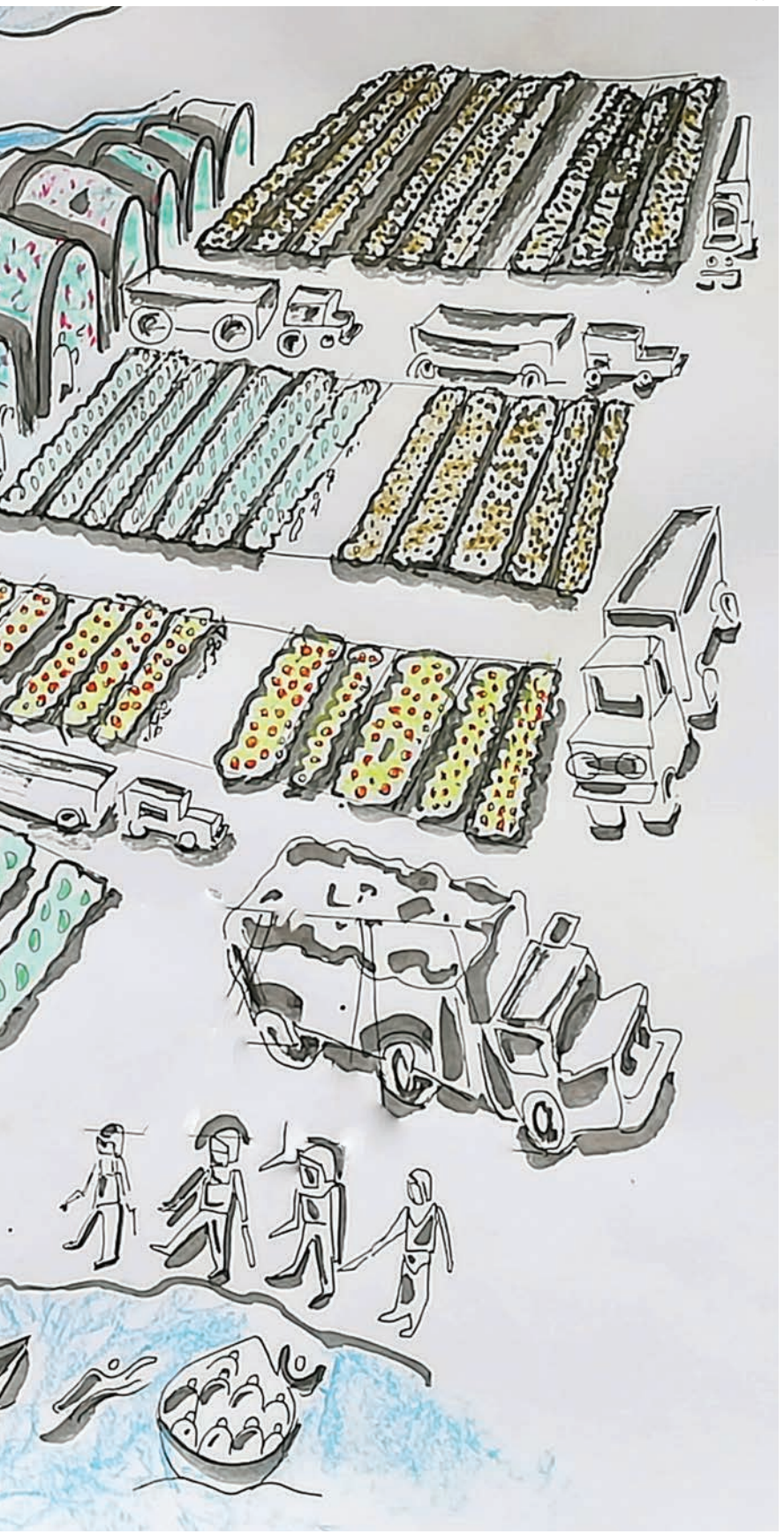
O Artigo 16º estipula também que o Estado deverá garantir acesso aos meios de produção.

As instâncias governativas deveriam assegurar os "Deveres Gerais dos Estados" (Artigo 2º) que, entre outros, estipulam o encargo de consultar e cooperar com os camponeses e de assegurar que atores não-estatais respeitem os Direitos; ou garantir programas de desenvolvimento inclusivos, acessíveis e pertinentes.

Em caso de abuso de direitos poder-se-á usar esta declaração como instrumento para criar pressão de «baixo para cima».

Nota: Com um total de 28 artigos, a Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que vivem em Zonas Rurais foi aprovada pela Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU em 2018. Portugal foi um dos poucos países da União Europeia que votou favoravelmente.

Inês X



Vendia-se terra, sol e água dentro e fora do país

veloz extinção de conhecimentos e tradições, pelas imensas dificuldades de acesso e controle sobre as terras e meios produtivos e pela perpetuação da pobreza e da fome.

Numa leitura superficial do problema, raramente são considerados fatores estruturais relativos à autossuficiência alimentar local e regional – particularmente as dificuldades que a agricultura de subsistência em pequena escala encontra [3]. Estxs produtorxs, para além de apresentarem maior eficiência na produção alimentar, exibem menor impacto ambiental mas sofrem desproporcionalmente da falta de acesso a meios produtivos – o chamado «paradoxo de produtividade». Como é demonstrado pela organização não governamental GRAIN (2014), a nível global cerca de 90% das propriedades agrícolas são de pequena escala, mas controlam apenas um quarto das terras (17.4% na Europa), produzindo até 80% dos alimentos nos países não industrializados (25% a 50% na UE).

Quando retratamos, então, as políticas agrárias da UE, entende-se que a produção industrial reforça padrões desiguais de produção, distribuição e consumo, e reorienta o controlo do produtor local para agentes especializados. Tal é nítido quando se analisam as linhas gerais da Política Agrícola Comum (PAC), que dirige grande parte dos fundos europeus para empresas multinacionais (cerca de 40%), originando os padrões atuais de concentração de terra na mão de poucos: 20% das terras de cultivo na UE são possuídos por 1% dos grandes proprietários (GRAIN 2014).

Continua na pág. 15

A agroindústria é má vizinha: testemunhos de pequenxs produtorxs em zonas de expansão da agroindústria

José*, agricultor de subsistência em Aljezur, Algarve. Vizinho de estufas e outras explorações agrícolas industriais.

«Isto afeta porque se acabou a solidariedade. A pequena agricultura está praticamente extinta. Em termos de futuro, vai ser muito residual, quase tipo horta urbana, porque, de resto, isto vai ser tudo *resorts*. Primeiro, nós aqui já não conseguimos competir com o poder de compra dos estrangeiros, portanto, em termos de expansão da pequena agricultura é impossível, porque o imobiliário supera qualquer desenvolvimento sustentável de agricultura. A única coisa a que posso agarrar-me neste momento é fazer um registo, porque estou sempre à mercê das vontades da ganância. Eu posso acordar e, no outro dia, ter, sei lá, um projeto megalómano à minha beira que me põe todo o projeto em causa. Até o simples facto de não saber se ainda tenho águas para regas, se não. Eles tiram-nos tudo. Porque isso já está a acontecer a quem não tenha mais ninguém ou esteja sozinho. À minha volta não há nenhum plano de expansão, não há solidariedade entre os agricultores, que é fundamental, e morres sozinho. Pá, era bom, mas estou a ver que é irreversível. Estamos num esquema colonial, estamos a ser colonizados. A história repete-se e agora chegou aqui, portanto não resta muito mais.»

Adelaide*, pequena produtora bio no barlavento algarvio. Vizinha de abacatal superintensivo.

«Nasci aqui, isto era uma zona muito árida, tem um aquífero imenso. O meu pai trabalhava só em sequeiro. Há 40 anos conseguiu construir um furo e conseguiu fazer uma horta. Foi uma modificação profunda. Ultimamente estamos muito preocupados, porque, com as culturas de abacateiro, são duas explorações diferentes com cento e muitos (hectares) e querem expandir muito. Com a mudança de clima, isto pode gerar seca, porque o aquífero não é inesgotável. Depois, o perigo não é só a água, é os pesticidas que eles utilizam… As pessoas começaram a organizar-se logo, formaram um grupo de discussão e depois uma associação (Regenerarte). Porque eles começaram rapidamente a fazer movimentação de terra e a tirar arvoredo autóctone. Houve queixas na GNR, denúncia para a DGA. Houve multas, que, para investidores destes, são gotinhas de água no oceano. E houve (na Câmara de Lagos) muitas intervenções. Eles diziam que é tudo muito monitorizado, o consumo, mas consome na mesma. São milhares de abacateiros, milhares e milhões de litros água… Repor! Estragaram, repõem, como é normal em qualquer sítio. Porque é que com a nossa natureza não há de ser? E, mesmo assim, continua-se a responder "ah, temos de acarinhar os investidores…"»

Ana Carla Gouveia, produtora bio em Ferreira do Alentejo. Vizinha de olivais superintensivos.

«Estou sempre a pensar em estratégias para reter a água no solo. O lençol de água subterrâneo é muito grande, basta baixar de meio metro que são milhões de litros de água que desaparecem… e baixou de meio metro. Dos anos 70 até aos anos 90, começaram a cortar árvores preservadas (azinheiras, oliveiras…). As culturas começaram a ser de regadio. A fase final é a que estamos agora a viver: os olivais, amendoais, nogueirais, os laranjais superintensivos… 400.000 campos de futebol já foram plantados assim. Os olivais superintensivos começaram a aparecer em 2008/2009, é muitíssimo intenso o ritmo de plantação… houve um estímulo da União Europeia. Eu sou agricultora de sequeiro (o perímetro do Alqueva não chega a mim), eu estou a regar duas mil árvores à mão, está a ser um esforço muito grande e, honestamente, acho que não me devia competir a mim. São eles que deveriam garantir que a aplicação de fitofármacos não venha para a minha terra. Os solos, o tal lençol de água (de Serpa até Alcácer do Sal), há 20 anos estava com um nível elevadíssimo de nitratos. As políticas têm de ser impacientes, não é moral deixarmos o planeta a saque.»

Rita Magalhães, pequena produtora agroecológica em Alvalade do Sado. Vizinha de monocultura de milho transgénico e aviário.

«Quando chegámos, há 10 anos atrás, à nossa frente tínhamos uma produção de vinha e olival tradicional. Foi retirado tudo a retroescavadora, meses de trabalho, uma coisa brutal, para plantação de milho transgénico. A mais ou menos 10 km de nossa casa, temos um aviário dos maiores produtores de carne de frango e o pensamento desta empresa é a produção de milho num circuito curto. Eu percebo o que ele está a pensar e até está a pensar bem: é-lhe apresentado o milho transgénico como algo que produz bastante, então ele traz o milho transgénico para o lado do seu aviário para ter o máximo de produção no mínimo de terreno possível para alimentar as suas mega galinhas que estão dentro do aviário. De cada vez que eu saía de casa para levar as filhas e via o que aconteceu aqui à minha frente, eu chorava. Foi muito duro perceber. Entretanto, surgiu um aviário mesmo aqui à frente, com luzes viradas para a estrada que nos estavam a afetar, um cheiro daqueles… "ah e tal, vou fazer aqui um projeto agroecológico todo espetacular", que por acaso começa a ficar rodeado de milho transgénico, aviário… São pessoas da região, conhecem-nos, têm uma relação próxima, de alguma forma têm cuidado connosco. Mas isto está a ficar muito apertado, o cerco. Conseguir cuidar da terra para que as gerações vindouras tenham acesso a água, solo, alimentos saudáveis está a começar a custar, está mesmo a começar a custar.»

** nomes fictícios*

#EuNãoPapoIsto

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

Em abril de 2021, o grupo Tavira em Transição lançou a campanha #EuNãoPapoIsto, pelo boicote ao consumo de frutos de produção em regime de monocultura intensiva, com recurso a agroquímicos no Sul de Portugal. A fim de divulgar a contestação, apelaram à criação de cartazes digitais que pudessem circular nas redes sociais.

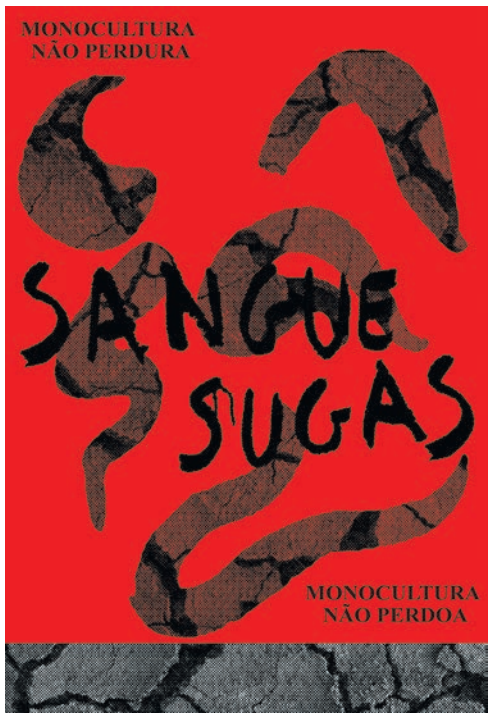
A ideia surgiu da necessidade de chamar a atenção para a atual situação de exploração intensiva e superintensiva no Alentejo e no Algarve e como forma de potenciar uma ação direta por parte dos consumidores. A lista de produtos visados pela campanha inclui: Frutos vermelhos do Parque Natural da Costa Vicentina, Azeite e Amêndoas do Alentejo interior e Laranjas e Abacates do Algarve.

Existem já muitas empresas e cooperativas identificadas como sendo responsáveis por este tipo de produção, mas muitas há ainda por investigar. Da lista constam nomes como a *Trops*, *Frutineves*, *Driscoll*, *Frusoal*, *Cacial*, *Frutalgoz*, *JBI Group*, *Vitacress*, *grupo Aggraria*, *Elaia*, *Sovena*, *De Prado*, *Aggraria*, *Olivomundo*, *Innoliva*, *Bogaris*, *Messingaro* (empresa de agroquímicos), entre outras.

Segundo o comunicado emitido pelas pessoas que organizaram o protesto, estas plantações «são responsáveis pela destruição de ecossistemas milenares, paisagens patrimoniais, intoxicação da população, fauna, flora, cursos de água, mar, através do recurso a produtos químicos de síntese que foram já cientificamente declarados altamente tóxicos, cancerígenos e poluidores, violando a nossa Constituição.» Para além disso, o grupo denuncia as condições de trabalho neste tipo de explorações, lembrando que são «catalisadoras do surgimento de uma escravatura contemporânea xenófoba, intolerável numa democracia e num estado de direito.»

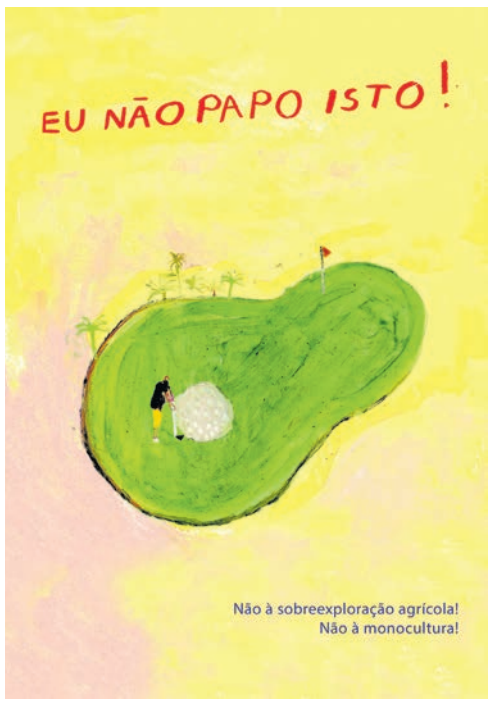
A campanha contou com o contributo de 15 autores diferentes, que criaram cerca de 18 cartazes, que o jornal MAPA divulga nesta edição. Para revisitar a coleção completa dos cartazes, poderão consultar a página de facebook do grupo "Tavira em Transição" em: facebook.com/tavira.emtransicao (publicação de 16 junho de 2021).

Joana Félix Mink



Marco Balesteros

Miguel Soares



Inês Viegas Oliveira

Miguel Rondon

Catarina Leal

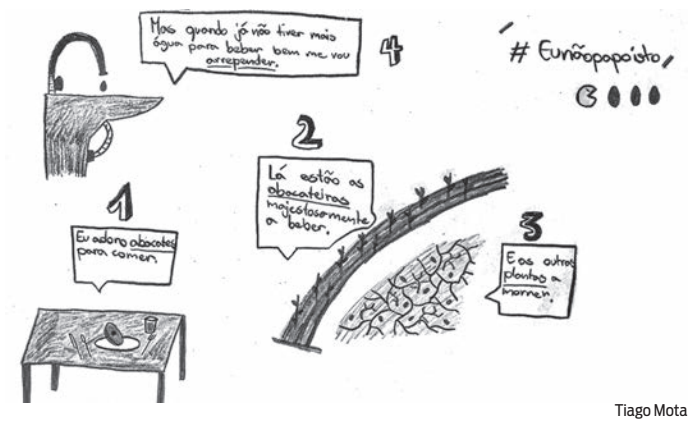
Catarina Leal.

Karren Ablaze

Catarina Leal

Catarina Leal

Joana Gros



Tiago Mota

Christophe Langer

Alexandre Estrela

Continuação da pág. 13

«Para satisfazer a fome no mundo é necessário intensificar a agricultura» – este é o *leitmotiv* da narrativa impulsionada por políticas neoliberais com expressão normativa e axiológica, assentes na transformação da alimentação em mercadoria de exportação e alvo de especulação (ao serem vendidas nos mercados de futuros, como demonstrado pela crise financeira e social de 2007/2008). Algumas das consequências são o aumento dos preços dos alimentos nos últimos 30 anos, o agravamento do desperdício alimentar, os padrões globais de crescentes taxas de pobreza, a insuficiência alimentar e nutricional, assim como a mão de obra assente no trabalho precário, em redes de tráfico humano e em trabalho escravo, infantil, ilegal.

O modelo industrial não só proporciona uma vantagem estratégica aos produtores industriais, levando à concentração de terra, produção, poder e controlo dos mercados, como também tem resultado na vulnerabilidade económica e na perda de autonomia de populações rurais, camponesas e indígenas.

Atualmente, são milhões de pessoas que lutam pelos seus direitos de acesso à terra e recursos essenciais à produção. Tirar a autonomia das mãos de quem trabalha a terra para subsistência e mercado direto contribui para o empobrecimento e a insegurança alimentar das populações, e leva ao desaparecimento de milhões de agricultorxs de pequena escala. O desastre ambiental e a fome mundial são feitos de escolhas – e sair dos mesmos é uma escolha política.

> 20% das terras de cultivo na UE são possuídos por 1% dos grandes proprietários.

A luta continua

Analisando a história, em particular a evolução das últimas décadas, podemos concluir que o modo capitalista de produção de alimentos não satisfaz, em quantidade e qualidade, as necessidades vitais de toda a humanidade e é destrutivo dos ecossistemas que suportam a produção. Baseando-se na exploração do trabalho e na busca do lucro, cria uma rutura na interação metabólica entre os seres humanos e a terra, como foi bem explicado por Karl Marx. A relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho, ao estar submetida à produção incessante de mercadorias, ao lucro privado e à acumulação capitalista, gera esta problemática. Os interesses vitais da humanidade e da Terra ficam submetidos ao processo de reprodução capitalista e de valorização do capital. A produção realiza-se para valorizar o capital e não o bem-viver das populações. São urgentes mobilizações sociais e políticas que visem mudanças sistémicas, de modo a transformar o paradigma alimentar atual. É necessário alcançar um novo modelo de produção e de distribuição agrícola, que reduza os impactos ambientais no planeta e garanta uma alimentação adequada para toda a humanidade.

1 *Escravatura nos campos do Sul* (Jornal MAPA n.º5, 2014) e *Os olhares de Catarina* (Jornal MAPA n.º23, 2019), ambos de Filipe Nunes.

2 A entrevista completa pode ser ouvida num *podcast* publicado pela Primavera Agroecológica no Dia Internacional das Lutas Camponesas, 17 de Abril, e dispoível no mixcloud.

3 Na média europeia, consideram-se de pequena escala as propriedades agrícolas que não ultrapassam os 2,2 hectares (GRAIN, 2014)

Semeando Resistências Férteis: PrimaverAE, Encontros por uma Primavera Agroecológica

A PrimaverAE 2021 decorreu entre 21 de Março e 1 de Maio, partindo da iniciativa de um pequeno núcleo do GAIA no âmbito do projeto TrAEce (Erasmus +). Juntou mais de 30 entidades parceiras de Norte a Sul do país, com o objetivo de estimular o debate crítico sobre a Agroecologia em Portugal, explorando as suas vertentes científicas, práticas e de movimento social, com vista a delinear coletivamente caminhos para uma Transição Agroecológica.

A Agroecologia propõe uma perspetiva sistémica sobre as dimensões ecológicas, sociais, económicas, culturais, éticas e políticas dos sistemas alimentares, dando prioridade ao bem-viver desta e de futuras gerações — sejam elas agrícolas, piscatórias ou pastoris, camponesas, urbanas ou indígenas. Enquanto ciência prática, a Agroecologia alia conhecimento científico com práticas tradicionais agrícolas, pecuárias e florestais para reequilibrar a relação da sociedade com os ecossistemas de que depende. Enquanto movimento social, a Agroecologia defende a soberania alimentar dos povos e o direito das populações locais a meios de subsistência digna nos seus territórios, reconhecendo o papel da mulher na agricultura e promovendo a diversidade e a qualidade de produção. Assim, a Agroecologia propõe estratégias participativas para aumentar a resiliência dos sistemas alimentares, reequilibrar as suas relações socio-económicas e promover a justiça social, ambiental e climática.

Co-criando seis semanas férteis de esperança, a PrimaverAE 2021 recolheu testemunhos, vivências e resistências que revelam as diversas estratégias e boas práticas que actualmente tecem um futuro mais agroecológico em Portugal. Estas iniciativas procuram reverter a degradação ambiental e apoiar a regeneração ecológica, aumentando a biodiversidade e minimizando o consumo de insumos externos, através de modos de produção alternativos, em paisagens integradas agrosilvopastoris, onde se recuperam solos férteis, cursos de água e sementes de variedades tradicionais. Nesse sentido, face aos impactos da agroindústria, produtores defendem a implementação de áreas de produção agroecológica exclusivas, certificações diferenciadoras entre agricultura biológica e agroecológica e a elaboração de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar, promovam circuitos curtos e favoreçam modelos regenerativos com base em parâmetros sociais, ambientais e económicos.

Em resposta ao paradigma atual, estratégias alternativas apoiam pequenos e médios produtores, promovendo o acesso à terra, o alimento como bem comum e estruturas sócio-económicas mais solidárias e justas. Bons exemplos práticos incluem os concelhos Locais de Alimentação (ex. Brasil), Redes Alimentares Locais (ex. Mértola) e Estratégias Alimentares Municipais (ex. Montemor-o-Novo), baseadas na saúde e bem-estar, gestão integrada de recursos, circuitos curtos de alimentação e governança participativa. As Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) defendem uma agricultura solidária com responsabilidade partilhada entre produtores e consumidores.

Outras iniciativas da sociedade civil procuram influenciar processos de decisão, ex. rede ReAlimentar e o Acordo de Glasgow; promovem circuitos curtos de comercialização, ex. projeto PROVE e Programa de Alimentação Escolar (Torres Vedras); ensaiam processos de governança partilhada no território, ex. Laboratório para o Futuro (Mértola) e rede de Agroparques (Lisboa); ou fomentam boas práticas através da transmissão de conhecimento entre pares, ex. Comunidades de Prática (Mértola), Estação Biológica de Mértola e Programas de Cooperação Técnica da CPLP (ACTUAR).

Mais informação:
https://gaia.org.pt/primaverae-2021/

Trabalhar pela soberania alimentar no coração da agricultura capitalista

Entrevista a Federico Pacheco, do Sindicato Andaluz de Trabajadores/as (SAT)

Sede do SAT em El Ejido (Almeria). Federico à direita.

REVISTA SOBERANÍA ALIMENTARIA, BIODIVERSIDAD Y CULTURAS (SABC)
TRADUTORA: **AURORA SANTOS**
FOTOS: **FLORIAN HORN**

Os avós de Federico eram das Alpujarras e, como tantas outras famílias, emigraram para a Argentina depois da Guerra Civil. Ele regressou há 30 anos e, com formação jurídica, começou a colaborar com sindicatos e organizações de apoio aos trabalhadores agrícolas temporários em Almeria, até se integrar como militante no Sindicato de Obreros del Campo (SOC), ajudando a criar ali a organização, depois do linchamento racista de El Ejido em 2001[1]. Desde há oito anos coordena a área de Soberania Alimentar do Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT), no qual o SOC se integrou em 2007, é membro do comité coordenador de La Vía Campesina (LVC) Europa e, desde 2018, também do comité internacional da LVC. Participa ainda num projeto agroecológico comunitário nas Alpujarras de Granada.

Há muita população migrante que se dedica à agricultura, quer seja como trabalhadora agrícola, quer seja como operária, preparadora de frutas... O que pode trazer-lhes estar numa organização como a vossa? Que presença e participação têm no sindicato?

O SOC promove uma agricultura camponesa que respeite de forma primorosa os direitos dos trabalhadores. Acreditamos que é possível e apostamos nisso. Já são mais de 40 anos a defender os direitos laborais e também os sociais, como a saúde, a habitação e a educação, assim como os subsídios agrários, e a luta pela terra e pela reforma agrária, com ocupações de herdades, criação de cooperativas... Quando criámos o sindicato em Almeria começou também um trabalho muito forte com as pessoas trabalhadoras agrícolas migrantes em Huelva, nalgumas partes de Granada e nas diferentes campanhas em toda a Andaluzia. 90% dos filiados em Almeria são trabalhadores migrantes, por isso o trabalho sindical aqui sempre esteve muito relacionado com as lutas contra o racismo e as discriminações estabelecidas pela Lei de Estrangeiros.

O facto de os trabalhadores agrícolas migrantes estarem na agricultura industrial andaluza continua a estar muito relacionado com o colonialismo e a pilhagem de recursos que ainda ocorre nos países do Sul e que os obriga a deixar os seus territórios. Consideramos que as pessoas devem ter o direito a ficar no seu país e, por isso, é central acabar com políticas como os tratados de livre comércio e o açambarcamento de recursos. Ao mesmo tempo, defendemos a liberdade de circulação e condenamos a repressão nas fronteiras. Em La Vía Campesina apoiamos tanto a resistência camponesa nos nossos países de origem, como a resistência e denúncia do que implica cruzar as fronteiras e procurar uma vida melhor noutros territórios, representadas pelos *harraga*[2].

Recentemente estiveram a trabalhar para ampliar a formação em direitos laborais e ativismo sindical desta população. Em que consistiram estas ações? Que avaliação fazem?

Em 2005 iniciámos programas de formação em conteúdos laborais e sindicais em castelhano, desde então fomos trabalhando na mediação, formação em igualdade de género, pequenas empresas, etc., e aprendendo com as dificuldades. Depois de todos estes anos de formação nos nossos três locais (El Ejido, Níjar e Almeria), por vezes junto com associações aliadas de migrantes, criámos um precedente. Às dificuldades de ter várias línguas, religiões e culturas, junta-se o próprio trabalho temporário. Às vezes trabalha-se até aos domingos, o que torna complicado ter horas livres para poder ir à formação ou ler documentos. Por outro lado, é difícil juntar as pessoas para a formação porque há muita dispersão entre os trabalhadores que vivem em núcleos afastados, em quintas, bairros ou outros tipos de alojamentos, e sem serviço de transporte. Outra questão é que, pela situação de precariedade, as pessoas com mais capacitação tentam fugir desta situação e do campo. Às vezes é uma satisfação quando as pessoas que se formaram aqui te telefonam desde França ou da Catalunha, onde estão a desempenhar funções importantes de mediação e liderança.

De facto, a partir de 2016, com a Fundação Rosa Luxemburgo, desenvolvemos um programa específico de formação de mediadores sindicais, destinado a delegados e militantes ativos. Aumentámos a nossa força, e atualmente contamos com 20-30 delegados sindicais nas diferentes empresas de produção agrária e de transformação dos alimentos, e mais de 30 secções sindicais, que são grupos de filiados nas empresas. Esta nova realidade faz com que a formação tenha mais estabilidade e continuidade. Quando se é escolhido para delegado, de acordo com a legislação laboral, ganha-se 15 horas semanais destinadas a atividades sindicais. Nós temos um acordo segundo

o qual pelo menos cinco dessas horas são dedicadas à formação.

Como é que abordam o trabalho sindical nestas empresas agroexportadoras?

O desafio é grande porque queremos que os nossos delegados nas diferentes empresas se conheçam, se apoiem nas suas lutas e sejam capazes de apoiar os trabalhadores que não têm representação sindical, como os de trabalho temporário ou os que trabalham em pequenas estufas, assim como construir o sindicato de baixo para cima, com a maior participação e compromisso possíveis. Organizamo-nos a diferentes níveis: por empresa, reunindo delegados das várias agroempresas e empresas de diferentes setores, e por território, porque a organização territorial é uma característica tradicional do SOC-SAT. No ano passado tivemos um encontro muito importante em Almeria, com todos os delegados e militantes, para dar a conhecer o que fazemos, onde também esteve o sindicato marroquino FNSA, que integra a LVC, com quem temos uma colaboração direta.

Que trabalho realiza La Vía Campesina no âmbito da migração?

Temos um grupo de trabalho a nível europeu. Denunciamos, por exemplo, o trabalho deslocado promovido pelas empresas de trabalho temporário e o sistema de contratação na origem, onde, por acordos de contingentes entre os países, se organiza a deslocação de milhares de pessoas. É um modelo que cria mecanismos de vulnerabilização porque as pessoas precisam que o empresário os chame no ano seguinte para voltarem, então não querem gerar problemas. E, mesmo que queiram reivindicar os seus direitos, estão confinados nas explorações sem conhecer a língua, sem poder ter contacto com o sindicato… É muito fácil que ocorram abusos de todos os tipos. Isto acontece em Huelva, com deslocações de quase 20 mil trabalhadoras de Marrocos por ano, como no sul dos Estados Unidos, com migrantes latinoamericanos.

Também é fundamental relacionar a luta camponesa pela reforma agrária com a situação dos trabalhadores agrícolas. Desde os nossos inícios até finais dos anos 70 que no SOC reivindicamos como eixo principal a terra para quem a trabalha e a reforma agrária. A reforma agrária dos princípios dos anos 80 que houve na Andaluzia não foi muito eficaz, mas para nós foi uma oportunidade de luta pela terra através de ocupações e mobilizações de trabalhadores/as agrícolas. Conseguiu-se que uma parte dessa terra pública ou em mãos de terratenentes – muitas delas expropriadas durante a II República e devolvidas aos latifundiários na ditadura – passasse para as mãos de trabalhadoras organizadas em cooperativas.

Formações do SAT com trabalhadores do campo.

Federico (no centro) numa das visitas de formação.

Como mudou o trabalho temporário com a pandemia?

Durante a pandemia e o confinamento, o sindicato continuou no terreno, com os locais abertos, as sindicalistas a visitarem as empresas e o aumento do atendimento por telefone, etc. Lamentavelmente, muitas empresas usaram a pandemia para despedir pessoas ou exigir-lhes mais prestações laborais. Esta crise serviu para dar visibilidade ao trabalho imprescindível destes trabalhadores, entre os quais os migrantes, e sobretudo os que estão em situação de irregularidade. O setor não parou, tendo-se mantido a produção durante a pandemia, ou até aumentado, mas piorou ainda mais a situação prévia de exploração e precariedade que temos vindo a denunciar. Não só para os trabalhadores em situação de risco e contágio: também sucedeu que as companheiras sem papéis não podiam justificar as suas deslocações durante o confinamento, e por isso era prioritário exigir a sua regularização extraordinária, para garantir a sua saúde e os apoios de que necessitavam. A regularização implementada pelo Governo foi muito limitada, já que só beneficiou pessoas que já tinham autorização de residência e menores acolhidos, sem cobrir os milhares de trabalhadores agrícolas «sem papéis» que são quem realiza e possibilita uma parte importante da produção agrária na Andaluzia e no resto do Estado.

Tivemos que adicionar, ao nosso trabalho sindical habitual, a distribuição de alimentos nas instalações de alojamento (com a ajuda da associação inglesa de consumidores *Ethical Consumer*) e solicitar e dar seguimento à atuação pela Administração. O Conselho da Andaluzia está há anos sem cumprir a sua promessa e a sua responsabilidade de criar albergues para trabalhadores temporários suficientes e dignos.

Vocês são um sindicato que defende e trabalha pela soberania alimentar mesmo no coração do sistema alimentar industrial.

São as contradições em que nos movemos. Exigimos ao máximo o respeito dos direitos laborais nessas empresas e ao mesmo tempo fazemos uma crítica permanente e radical ao modelo agrário que representam. Inicialmente, tratava-se de uma agricultura familiar intensiva que, pela pressão dos intermediários, impôs um modelo segundo o qual se deve produzir cada vez mais a um menor preço, passando a tratar-se de empresas agrícolas que têm que gerar um movimento enorme de dinheiro e de produtos. Nas suas contas, a mão-de-obra representa uma parte importante dos seus custos e tem que ser barata, flexível e não gerar problemas. Com as grandes empresas, temos a facilidade de as pressionar através dos consumidores na Europa, especialmente se são biológicas. Uma empresa que faz marketing com o respeito pelo meio ambiente e pelas condições dos seus trabalhadores, mas que na verdade tem conflitos que demonstram o contrário, não agrada aos consumidores.

Que outras estratégias de luta põem em prática, para além da formação e da organização dos trabalhadores para o respeito dos seus direitos?

Para nós é um desafio unir a soberania alimentar e a produção agrícola com o mundo laboral. Em La Vía Campesina falamos de uma estratégia na diagonal, na qual lutamos pelas condições laborais nas empresas e explorações, promovendo a sua transição para a agroecologia, a reforma agrária e o acesso à terra por parte dos trabalhadores, defendendo ao mesmo tempo as economias camponesas nos seus países de origem. Na Europa, andamos há muito tempo com propostas de condicionalidade social da PAC e de outras ajudas públicas: que se exija para qualquer subsídio ou política de apoio que a empresa cumpra as condições laborais, não só as legais, que são muito básicas, mas também as que chamamos de boas práticas, como é o caso da estabilidade no emprego ou um salário digno e suficiente. Por outro lado, também pressionamos as cadeias de supermercados e as associações certificadoras de produtos biológicos para que apliquem realmente nas suas etiquetas e certificações uma política de exigência de garantias sociais. Os consumidores têm um papel-chave no apoio às nossas lutas.

Que caminho está a seguir a agroindústria em Almeria?

A concentração de grandes empresas está a atrair cada vez mais fundos de outros setores que investem na agricultura, como empresas da construção. Nestes últimos anos, nota-se uma presença muito forte de fundos de investimento de multinacionais, sejam de pensões ou da banca em geral, e isso cria uma situação ainda pior, porque se afasta da ideia de empresa produtiva no terreno, com o interesse único da pura e dura especulação. Se somamos isso ao facto de cada vez mais se utilizarem formas de contratação através de terceiros, como as empresas de trabalho temporário, acaba por se gerar uma situação de enorme vulnerabilidade para os trabalhadores, o elo mais fraco. Tem que haver uma mudança total de modelo, que só é possível se a comercialização estiver nas mãos dos produtores, aumentando as vendas no mercado local e transformando o modelo produtivo para práticas agroecológicas, promovendo a soberania alimentar, tão necessária perante crises como a que estamos a viver atualmente. Acreditamos que é possível.

1 N.T. Nos primeiros dias de fevereiro de 2000, emigrantes magrebinos foram perseguidos, insultados e atacados na cidade de El Ejido. O episódio ficou para a história como o acontecimento xenófobo mais violento da Espanha moderna. Fonte: Publico.es (2020) https://www.publico.es/sociedad/racismo-veinte-anos-despues-ataque-xenofobo-ejido-causas-persisten.html

2 N.T. Harraga é um neologismo árabe que faz referência às pessoas do norte de África que imigram irregularmente para a Europa. (https://en.wikipedia.org/wiki/Harraga)

Avaliação de Impacto Ambiental – Ilusão ou magia?

Greve Climática Estudantil

Lisboa, 5 de Maio - Manifestação contra a narrativa do *green mining*

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é o mecanismo através do qual o Estado pretende sanar a oposição das populações que se se opõem à mineração e à política de fomento mineiro, legitimando o avanço das minas com medidas mitigadoras caucionadas por processos de pretensa participação pública que não chegam a ser uma consulta, sem sequer falar na impossibilidade decisória para as gentes dos montes. Um espectáculo, devidamente montado, onde vislumbramos ainda melhor o truque de ilusionismo que pretende fazer acreditar na magia da «mineração verde».

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Diz-se que vivemos na «era da comunicação», exactamente porque é na forma de comunicar que reside o ponto-chave na condução dos destinos e das coisas. Não são necessários grandes gastos, não se põe em causa qualquer questão conjuntural – muito menos estrutural – e tudo se joga na capacidade de manipulação semântica. Trata-se, afinal, de transformar conceitos: pegar em situações concretas e dar-lhes nomes quase antagónicos. Um «trabalhador» transforma-se, desse modo, num «colaborador», com a mesma rapidez com que «precariedade» passa a ser entendida como «empreendedorismo». Da mesma forma, das enormes crateras da extracção de minério a céu aberto saem, agora, velhas palavras e novas expressões que, num toque de magia, transformam a destruição num quase desejo. «Sustentabilidade» é o abracadabra, «participação cidadã» é o nada na manga e «mineração verde», o coelho que salta da cartola. O truque, como sempre, é comunicar e convencer de que a ilusão é pura realidade mágica.

Ninguém afirma já que a mineração não tem impactos negativos. Nem mesmo os governos ou, sequer, as empresas mineiras. Pretendem, por isso, que uma novilíngua se imponha, cheia de «oportunidades», «sinergias», «desenvolvimento», «emprego», «transição», «cidadania» e, se falta fizer, «responsabilidade ambiental», ou até «planos de boa vizinhança». No limite, lá está, «mitigação», «sustentabilidade» ou «*green mining*», de preferência assim, em inglês. Este léxico é, só por si, a mais poderosa arma do ilusionismo extractivista. E, se é verdade que não tem enganado grande parte das populações locais, não é menos verdade que tem provocado aplausos entusiastas, acima de tudo em ambientes urbanos pintados de verde. Não se trata de uma questão de inteligência, ou falta dela. É apenas a diferença entre querer perceber como se faz o truque, ou ir para casa maravilhado com a magia. A vantagem, ou a desvantagem, de presenciar o espectáculo de perto e não apenas ter conhecimento de que ele existe, lá longe, antes do sol nascente.

AIA - Folha de sala

Nesta peça, tudo poderia começar pelo início, quando uma empresa demonstra interesse em minerar determinada zona, em busca de uma qualquer riqueza. Nessa fase, os actores em jogo são os chamados «juniores», empresas de prospecção mineira que se lançam sobre uma conhecida área mineral (não há tiros no escuro) com um pedido de Prospeção e Pesquisa de Depósitos Minerais junto da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), reservando, por um período de três a cinco anos, um polígono desenhado a régua e esquadro no território. O objectivo é apresentar resultados, de forma a captar investidores que venham a querer avançar com um processo de concessão mineira. Até essa etapa, os dados recolhidos são reservados (só podem ser disponibilizados com a caducidade das licenças), pelo que a verdadeira alma do negócio não se alicerça tanto no potencial desses dados como na forma de os comunicar e, assim, captar os «majores», numa ânsia júnior de subir de escalão. Muito para além do pretenso papel fiscalizador da DGEG, o espectáculo, nesta fase, desenrola-se exclusivamente longe dos olhares públicos, nos bastidores, numa espécie de sessões de ensaio, que decorre, basicamente, na bolsa de valores.

Ou seja, quando uma parte mínima destes processos de pesquisa vem realmente a desencadear pedidos de concessão mineira, por regra numa primeira etapa experimental (a confiança não é cega), por essa altura, já o Estado permitiu a pesquisa, já a empresa fez as suas prospecções e já o negócio está mais do que encaminhado. Os artistas afinam os últimos pormenores, voltam a treinar os passos e agora que entram em cena os grandes investidores, poucas vezes personalizados mas sempre endeusados na figura de «Mercados», o espectáculo está pronto a ser apresentado ao público.

> «Sustentabilidade» é o abracadabra, «participação cidadã» é o nada na manga e «mineração verde», o coelho que salta da cartola.

A mineradora tem de entregar (ao Estado) uma coisa chamada Estudo de Impacto Ambiental (EIA), onde elenca vantagens e desvantagens da sua laboração. Sem a sua aprovação, o *show* não pode continuar. Noutras palavras, a folha de sala distribuída para o cumprimento da legislação ambiental é assumida como o trâmite que validará um projecto decidido previamente e noutras instâncias. A «avaliação» é apenas parte do atrás referido exercício semântico.

Importante, antes, lançar mão da pedra filosofal: os EIA são, por natureza e definição, impossíveis. O que resulta, sempre e necessariamente, é uma análise de curto prazo e, mesmo nesse curto prazo, incompleta. Por muito conhecimento químico, físico, biológico e tecnológico que se consiga reunir, não é ainda possível aos humanos determinarem, nem mesmo por aproximação, a miríade de consequências que, por exemplo, uma mina de lítio terá. Poderá haver cálculos bastante acertados sobre efeitos mais ou menos imediatos, talvez a médio prazo, mas há demasiadas cadeias de causa-efeito, com uma dinâmica demasiadamente complexa e, acima de tudo, demasiadamente lenta, para poderem ser captadas na sua plenitude - por muitos e demorados estudos que se façam - ainda mais quando os prazos legais para a sua execução obrigam a alguma pressa. É até perigoso pretender que se tem uma noção mais ou menos exacta de todo o tipo de resultados, directos e indirectos, da abertura de minas a céu aberto. Os efeitos relacionados com o impacto na biodiversidade, ou com os ciclos de águas freáticas, por exemplo, podem ser vistos como meros exercícios de especulação. Tal leitura não pretende reduzir um EIA a uma adjectivização anti-científica mas, antes pelo contrário, alertar para que os mesmos passam a negar a própria lógica cientifica quando refutam os princípios preventivos e acauteladores do que não se conhece, ou simplesmente não se consegue determinar, na escala do lugar e do tempo que se elege. A demonstração de causa-efeito depende de escalas, elementos disponíveis à data e directrizes de análise. Talvez seja forçoso, ou

Greve Climática Estudantil

Lisboa, 5 de Maio - Manifestação contra a narrativa do *green mining*

nem por isso, comparar a escala de risco que não existia sobre os mineiros e famílias que morreram na Urgueiriça pela radiação não calculada.

De qualquer modo, esta questão prévia só se põe por mero exercício filosófico. Na vida real, os EIA relacionados com a extracção de minério não demonstram, e claramente não aprofundam, qualquer preocupação com este tipo de efeitos lentos, duradouros, remotos no tempo e no espaço, que talvez não caibam nas definições de «directos», ou até «indirectos, mas que são igual e verdadeiramente estruturais. Para além disso, todo o processo de Avaliação de Impacto Ambiental se alicerça no principio fundacional do «poluidor-pagador», que acredita que toda a destruição é possível, se não desejável, desde que haja dinheiro em troca.

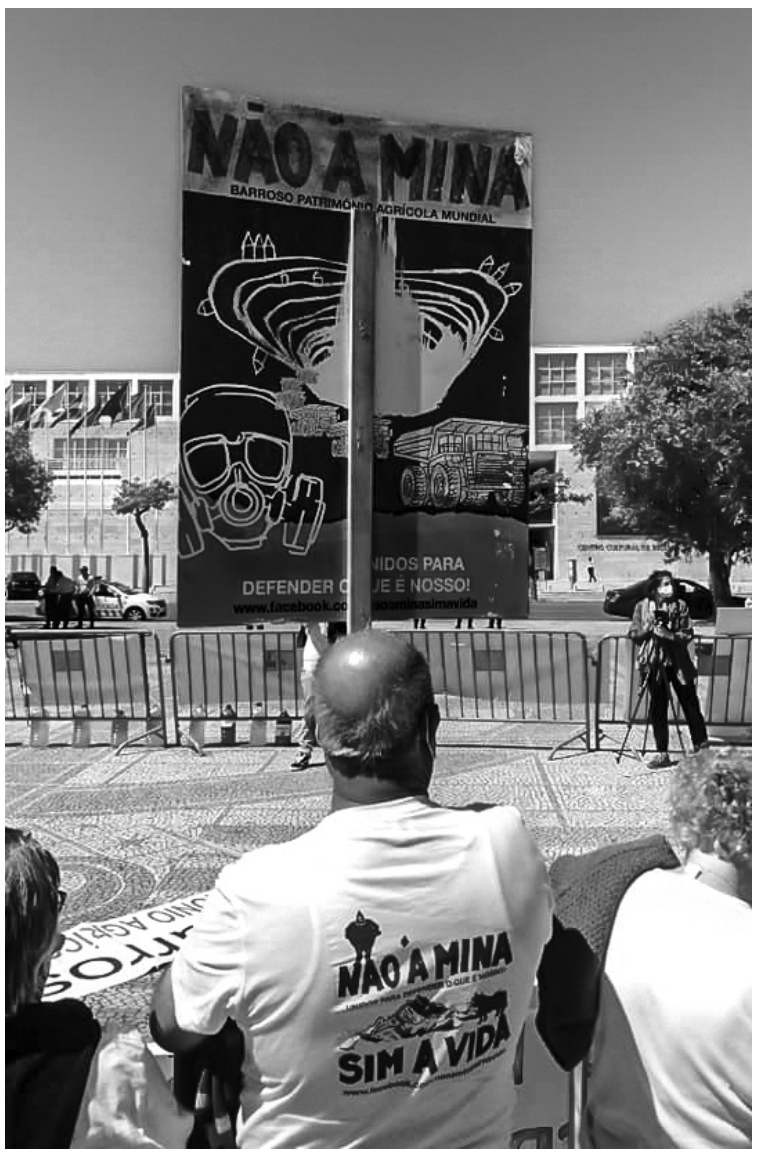
No que diz respeito aos impactos sobre as populações, as suas actividades económicas, as suas escolhas, as suas possibilidades e, acima de tudo, a sua vida em comunidade, tudo isto é igualmente impossível de aferir. Sabe-se que tudo mudará, não se sabe muito bem como isso se processará realmente, muito menos se pensarmos num prazo que ultrapasse gerações. Acenar com postos de trabalho e promessas de novo vigor comercial é, para além de uma falácia, uma visão pobre que não ultrapassa, num cenário – chamemos-lhe – optimista, uma vintena de anos. Uma visão, ainda assim, onde não cabe nunca a preocupação com a eventual destruição de modos de viver, ou seja, numa linguagem antropológica, com o desaparecimento de culturas locais, cuja diversidade, tal como a do mundo biológico, é fundamental para que «humanidade» não seja apenas um substantivo. Em concreto opta-se pelo aniquilar dos modos (ou das possibilidades) de subsistência milenares, que são lentos, mas não atávicos, trocando-os por modos de vida acelerados e efémeros, na miragem de uma meta imediata. Por esta altura, já se deveria ter aprendido com a grandiosidade dos passos de gigante sobre o planeta.

Ainda assim, é a partir do EIA que o espectáculo se desenrola. É ele a pedra angular, o lugar para onde todas as pessoas olham, o complemento directo do «Era uma vez». Tomem os vossos lugares.

AIA - Acto I

A empresa compra o EIA a uma outra empresa, ou até a uma universidade, uma coisa séria, que terá de passar pelo filtro técnico da inspecção estatal mas, acima de tudo, pelo incómodo e cada vez mais insistente crivo das populações. Parece seguro afirmar, no entanto, que o resultado será do agrado da empresa. Esta é a parte complicada da ilusão. Porque é realmente difícil acreditar que a indústria mineira possa entregar um EIA que contrarie os seus interesses. Na apresentação do *show* e para ter mais possibilidades de sucesso, o artista desvaloriza o facto da responsabilidade pela execução do EIA ser da própria empresa que quer minerar. O EIA é um serviço que lhe prestam e a empresa, tal como toda a gente, não aprecia ser mal servida. Para a devida legitimação e para que tudo redunde em sucesso, recorre-se novamente à cortina de fumo semântica.

Olhar para o EIA da Valreixal (para a Mina de Sanabria, a que o Jornal MAPA fez referência na sua edição *online*) é percorrer todo um novo dicionário, onde os impactos de menor magnitude se chamam «compatíveis» e os que, por exemplo, destroem modos de vida são apelidados de «moderados». Uma escolha de palavras que baliza uma escala definida pela própria empresa e que vai da destruição paisagística, coisa



É o truque da «participação cidadã», que se baseia exactamente no secretismo sobre a própria existência do espectáculo.

«compatível», passa pela destruição dos usos actuais, como caça, agricultura, actividades recreativas, ou caminhadas, coisa mitigável («o pagamento das respetivas taxas de uso e ocupação desses terrenos e expropriações apropriadas terão influência no nível e a qualidade de vida na área», lê-se no EIA) e acaba nas alterações na rede de drenagens naturais, coisa vista como «moderada».

A criatividade literária varia de estudo para estudo, mas a ideia é sempre a de criar a sensação de que nenhuma parte dos montes esventrados necessitará de hospitalização, muito menos internamento em UCI e que, entre assintomáticos e «moderados», os montes irão todos escapar. A partir de agora, será com base nesse documento e nesse estudo necessariamente enviesado que a discussão se colocará. Será também sobre ele que as autoridades estatais, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) se pronunciarão. Uma vantagem enorme para a apoteose final. O baralho não está propriamente viciado, mas não conta com as cartas todas e é sempre o ilusionista a escolher o trunfo.

É verdade que as autoridades do Estado podem, também elas, encomendar os seus próprios estudos. No entanto, é pouco provável que o façam e é ainda menos provável que os divulguem no caso de serem negativos pelo que, se cingem a estudos estratégicos que moldam o conteúdo a um desígnio assumido. De facto, é assim, pública e orgulhosamente, que se assume que a exploração mineira é um verdadeiro desígnio nacional, a panaceia para a crise que está e a que vem. Ou bem que a destruição potencial é apocalíptica e tem de se repensar a coisa, ou, lá está, arruma-se na prateleira do «moderado», ou do «reversível», junta-se umas pitadas de «mitigável» *et voilá!,* siga a economia. Em suma, é esta que, numa forma consumada, preside ao destino dos territórios e não estes a servir de ponto de partida para a ponderação sobre que economia queremos. Uma visão preguiçosa e simplista que acha que é mais fácil ser conduzido pela estratégia de um CEO de sucesso, ou de um partido, do que escutar os lugares mais recônditos da paisagem. É do asco a essa visão que ecoa o grito do «não às minas» e não de qualquer primitivismo - que esse, afinal, apenas pode ser devolvido a quem se recusa a escutar.

AIA – Acto 2

Entregue o EIA, cabe à Comissão de Avaliação da APA declará-lo «conforme» (para seguir para aprovação posterior), ou não (rejeitado, ou a necessitar de mais informações). Poder-se-ia dizer que é nesta altura que o público é chamado a entrar. Mas seria ligeiramente incorrecto dizê-lo, uma vez que, apesar de lhe ser permitida a entrada, o público, na sua imensa maioria, não sabe sequer que tal *show* vai ser levado a cena. É o truque da «participação cidadã» que se baseia exactamente no secretismo sobre a própria existência do espectáculo. Não uma omissão, porque há um ou outro canal onde tudo é anunciado, mas uma gritante e propositada incapacidade de divulgação. E a verdade é que é sobretudo através deste mecanismo que tudo se legitima. O processo entra em «discussão pública» e os espectadores podem espreitar por trás das cortinas e ter acesso ao guião.

É-lhes, então, finalmente dado a conhecer o Estudo de Impacto Ambiental. Dezenas e dezenas de páginas, números, gráficos, palavras estranhas e a já falada criatividade semântica. Ninguém sem um mínimo de conhecimento

daquela linguagem consegue penetrar muito profundamente nesses textos. Há, em abono da verdade, um «Resumo Não Técnico» que deveria servir para que as pessoas se possam orientar melhor mas que, na verdade, nos seus parágrafos-síntese, espreme o texto a pouco ou nada de factual. Enfim ultrapassada essa questão, feita a tradução para uma língua mais perceptível, cria-se um novo problema: são ali tocadas questões tão técnicas que só uma elite é capaz de as compreender. Para além disso, a parte relacionada com os impactos é necessariamente incompleta e provavelmente omissa, quando não propositadamente errada. Há pelo menos essa possibilidade. Como há a de não se terem considerado consequências que só podem ser previstas por quem lá vive. E o mais certo é que, rapidamente, nos deparemos com um corte e cola de dissertações genéricas e regionais em boa parte dos descritores que compõem o EIA, a maior parte feitos em gabinete, embrulhados em sistemas de informação geográfica remotos, ou – com sorte – feitos a partir de visitas-relâmpago das equipas que os elaboram. O tempo é dinheiro e o cliente está à espera.

Para os mais curiosos, é uma caixa de Pandora de perguntas, inquietações e trabalhos que se abre. Há que mergulhar no EIA, procurar entender a língua em que é escrito, pesquisar conhecimento geológico, físico, tecnológico, químico, biológico, verificar a veracidade e as falhas dos impactos projectados, testar hipóteses e, se caso for, rebater esse EIA e todo o processo de que é alicerce. Isto, claro, ao mesmo tempo que se trabalha, que se fazem as refeições, que se é mãe, ou pai, ou amigo, isto é, ao mesmo tempo que se vive.

A consulta pública, o tal momento em que o EIA pode ser rebatido e em que a população «é chamada a participar», dura normalmente 30 dias. Recentemente, referindo-se ao EIA da mina do Barroso, o presidente da Câmara de Boticas, Fernando Queiroga, afirmava que «no prazo de 30 dias úteis é humanamente impossível analisar 7.000 páginas», o que é especialmente grave num estudo que, ainda de acordo com as palavras do autarca, «desvaloriza» as pessoas, tem «inverdades» e, lá está, é «imperceptível». Trata-se, no fim de contas, de uma visita aos bastidores onde tudo o que se vê é o guarda roupa do artista e onde todas as caixas mágicas e todos os manuais que explicam os truques estão de facto à vista, mas dentro dum armário fechado à chave.

É nesta fase que o espectáculo faz a sua *tournée*. Dão-se as chamadas «sessões de esclarecimento», com o mesmo objectivo aparente de transparência e a mesma prática concreta de opacidade. As empresas apresentam o seu cenário idílico, por vezes alegremente acompanhadas por autarcas, as populações têm espaço para apresentar as suas questões, às quais as empresa responde se lhe apetecer e assim se cumpre o ritual de legitimação. Na sua edição *online*, o Jornal MAPA deu conhecimento de como a Minerália, a empresa que pretende reactivar as minas da Borralha, se furtou a todas as questões da audiência, limitando-se a «remeter mais explicações para o futuro Estudo de Impacto Ambiental». Foi uma sessão a que a empresa se viu obrigada ainda «antes do tempo» por causa do enorme burburinho que o anúncio de concessão de exploração causou nas populações locais e que acabou por comprovar que não há grandes respostas para as preocupações colocadas. Do mesmo modo e, ainda mais recentemente, desta vez sobre a expansão da mina do Barroso e, neste caso, em fase «obrigatória», ou seja numa altura em que o que se discutia era já o EIA, a APA acabou por limitar tanto as presenças dentro da sala onde decorreria a sessão que as vozes contestatárias tiveram de se fazer ouvir através duma manifestação na rua.

Greve Climática Estudantil

Lisboa, 5 de Maio - Manifestação contra a narrativa do *green mining*

No fim de contas, todas as preocupações que as populações insistem em enviar no âmbito dos processos de consulta pública são previsível e repetidamente ignoradas.

Ainda assim, unindo esforços, há quem consiga penetrar todas as camadas desta opaca transparência, descobrir as incongruências, os erros e as mistificações e, finalmente, elencar reclamações. A publicidade diz que este é o público preferido do artista e é neste preciso momento que se compreende na perfeição que se trata apenas de um leve toque humorístico indispensável a um bom *show* de variedades. No fim de contas, todas as preocupações que as populações insistem em enviar no âmbito dos processos de consulta pública são previsível e repetidamente ignoradas. A gargalhada final surge no momento em que se entende que a «consulta pública» é apenas isso mesmo: uma consulta. Sem qualquer carácter vinculativo. Apenas parte dum jogo de espelhos, ou duma cortina de fumo.

AIA – Uma adenda

As vozes que se foram levantando contra o carácter ilusório desta narrativa ecológica e democrática conseguiram que o plano de fomento mineiro não seguisse o seu caminho entre aplausos. Este ruído permanente acabou por levar, por um lado, o governo a ir carregando nos tons de verde com que embrulha os seus projectos e, por outro, os restantes partidos a aproveitar o desgaste político governamental, impondo-lhe ainda mais dificuldades «verdes». Entrou, então, em cena a obrigatoriedade de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – uma avaliação mais genérica, que acaba por perder a relevância dessa abordagem global, pela celeridade e pela diminuição dos requisitos de análise, quando comparado com uma AIA – para o concurso internacional para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio. Uma obrigatoriedade que não estava nos planos e que foi imposta ao governo em sede de Assembleia da República (AR) forçada pelas movimentações populares.

De acordo com o discurso oficial, a AAE é «um instrumento que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes de um plano, antes da sua aprovação». Pretende, assim, assegurar «uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais através da integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade». E, claro, aparece como mais um mecanismo para «o aumento de transparência na tomada de decisão, devido ao envolvimento da sociedade, a vários níveis». Ou seja, implica «a realização de consultas (autoridades ambientais, público e eventualmente outros Estados Membros)».

Num momento em que a própria AR tem de aprovar uma recomendação (Resolução da Assembleia da República n.º 138/2021) para tentar que «o Ministério do Ambiente e Ação Climática responda às perguntas dos deputados face ao sistemático incumprimento do dever de resposta», é pouco crível que esse mesmo ministério trate da parte das consultas. Ou melhor, talvez o faça com as «autoridades ambientais», talvez vá ao limite de o fazer com «outros Estados-Membros» mas, no caso do «público», tudo leva a crer que o governo acredita que, se o consultar, lá se vai a magia.

AIA – Outra adenda

Quando os espectadores são demasiado irrequietos, quando não se limitam ao seu papel e reivindicam o de actor, a peça descarrila do guião e começa a dar que falar. Para a voltar a pôr nos trilhos há, antes de tudo, que dividir o público. Ridicularizar até ao insulto as vozes críticas, acarinhar as que se acha que se contentarão com uma outra «cedência» e lançar um golpe mediático que induza qualquer novo espectador a olhar para o espectáculo já com olhos de quem o vai ver em tons esverdeados. É nesse sentido que Galamba chama «estrume» ao jornalismo que lhe é mais agressivo. É também por isso que o mesmo Galamba tem o desplante de pegar no mote da luta contra a mineração e de o inverter («quem está contra as minas está contra a vida») no final duma cimeira europeia, à porta da qual essa luta se fazia ouvir. É ainda por isso que Matos Fernandes anuncia que a Lusorecursos não é suficientemente «profissional» para poder minerar em Montalegre e que, dias depois, a Savannah tem uma peça de propaganda disfarçada de entrevista, no jornal Público, onde se apresenta como a mais verde das empresas.

AIA – Fim

A APA emite a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e lança as bases para a atribuição da licença de exploração. A empresa pode, agora, minerar. A Avaliação de Impacto Ambiental acabou de funcionar. Se tudo correu como previsto, os critérios económicos prevaleceram, a grande maioria do público não soube da existência do *show* e, entre quem soube, a maior parte acreditou no truque de magia. Os restantes foram alegre, legal e definitivamente descartados.

Recorrer ao lugar comum de afirmar que esta é a lógica própria do capitalismo não significa retirar gravidade a qualquer das questões levantadas. É antes uma forma de sublinhar a certeza de que não se trata apenas de lítio, que terá sido uma espécie de Cavalo de Tróia para toda a febre mineira e de que não se trata até apenas de minas. Trata-se de todo um sistema que explora sem olhar a limites e que transforma tudo o que toca em dinheiro independentemente das consequências. É essa a sua base existencial e, nesse sentido, não tem emenda ou reforma que lhe valha. Acabará sempre por extrair sem repor – e cada vez mais –, o que levará sempre ao esgotamento do planeta – e cada vez mais rapidamente. Enquanto este esquema prevalecer, a vida humana sustentável, mais do que a aparente inocuidade dum truque de ilusionismo é uma perigosa mentira da publicidade.

As «moléculas da liberdade» que aceleram o caos climático

LUÍS FAZENDEIRO
ILUSTRAÇÃO **TOMÁS MELO**

Inaugurado em 2003, o terminal de gás natural liquefeito (GNL) de Sines é hoje uma das duas principais formas que Portugal tem de receber gás fóssil (dito «natural») do exterior, sendo a outra um gasoduto com origem na Argélia e que atravessa Marrocos e Espanha. O GNL é simplesmente gás fóssil, arrefecido a uma temperatura de cerca de 162ºC negativos, comprimido e tornado líquido. Dessa forma pode ser transportado em enormes navios por todo o globo (chamados «metaneiros») e aportar onde os preços sejam mais compensadores, ou inclusive mudar de destino a meio da viagem. Torna-se dessa forma mais parecido com o petróleo – e livre das restrições geográficas que os gasodutos impõem. Cerca de 90% deste gás, em média, é constituído por metano, um gás causador de efeito de estufa, com um potencial de aquecimento global várias dezenas de vezes superior ao dióxido de carbono.

Num dia normal de viagem destes navios, as fugas de gás oscilam entre os 0.1 e 0.25% da carga total, segundo uma estimativa da World Gas Intelligence de 2018 (isto porque as temperaturas são de tal maneira baixas, em comparação com o meio ambiente, que é quase impossível evitar perdas.) As origens mais comuns destes metaneiros incluem os EUA, o Qatar e Trinidad e Tobago, com viagens que podem durar até 23 dias, no caso da Austrália, segundo o relatório "Global Gas lock-in", de 2018, escrito por Alfons Pérez, activista do Observatori del Deute en la Globalització (ODG). Alguns destes barcos estão equipados para recuperar esse gás e utilizá-lo como combustível. Muitos outros não o estão.

Em 2017, mais de metade de todo o gás consumido em Portugal chegou desta forma. Já em 2019 o valor foi superior a 90%, de acordo com a Administração de Portos de Sines e do Algarve. Agora que a central termoeléctrica a carvão foi desactivada, o Porto de Sines procura compensar a perda dessa actividade económica com o aumento do transporte de GNL. Em 2019, o seu administrador declarou, em entrevista ao Jornal Económico, a intenção de duplicar até 2024 a capacidade desse terminal. Um dos principais países de onde Portugal recebe gás liquefeito é a Argélia – o mesmo país ao qual já estamos ligados através de um gasoduto! Mas a dita racionalidade económica sobrepõe-se a tudo – e nunca se pode ter demasiado de uma coisa boa!

Boa parte do gás que chega a Sines é extraído do subsolo via fracturação hidráulica. Num artigo de 2019 publicado na revista Biogeosciences, o cientista Robert Howarth demonstrou que o aumento na produção de gás de xisto na América do Norte, via *fracking*, poderá ser responsável por mais de metade do crescimento das emissões de metano na passada década. Não é só a agricultura industrial, a desflorestação e a pecuária que são responsáveis pela explosão do metano na atmosfera (que tem crescido a uma taxa superior ao dióxido de carbono), também o gás e o petróleo de xisto, que tornaram os EUA no maior produtor mundial de ambos em anos recentes, são igualmente responsáveis. Devido ao seu curto tempo de permanência na atmosfera (12 anos em média) e enorme potencial de aquecimento, reduzir agressivamente as emissões de metano é muito provavelmente a melhor oportunidade que temos para não ultrapassar um aquecimento global de 2ºC.

É costume ouvir-se dizer que o gás fóssil, dito «natural», é menos poluente do que o carvão ou o petróleo e que é, pois, um combustível «ponte», de baixo carbono – enquanto não atingimos a utopia de um sistema energético maioritariamente eléctrico (incluindo transportes, indústria, agricultura), alimentado por fontes renováveis. E é verdade que ele emite menos dióxido de carbono do que os outros dois, durante a combustão. Mas, quando se procede a uma análise cuidadosa de todo o ciclo de vida dos diferentes combustíveis fósseis, concluímos que o gás tem com frequência uma pegada climática total superior ao carvão e ao petróleo. Isto prende-se em grande parte com as enormes fugas de metano que ocorrem em todos os passos da cadeia de produção, seja nos EUA (onde a anterior administração decidiu acabar com toda e qualquer monitorização das fugas, preferindo confiar exclusivamente nos dados que as empresas achassem por bem fornecer), seja nos enormes campos de gás da Sibéria (onde a infraestrutura poderá ser das mais ineficazes e perdulárias do mundo). Bastam estas perdas serem superiores a cerca de 3%, para que o gás seja mais potente do que o carvão, enquanto causador do efeito de estufa. Se juntarmos a isto a energia necessária para arrefecer e comprimir o gás (a maioria dela proveniente de fontes fósseis), o combustível gasto para impulsionar os navios e todo o gás perdido durante a viagem, chegamos à conclusão de que dificilmente se conseguiria inventar algo mais eficiente para acelerar o caos climático do que o GNL. O truque aqui é que mais de metade dessas emissões são contabilizadas nos países produtores e durante o transporte – e não no país que procede à importação, sendo, pois, a forma ideal para mascarar as emissões nacionais!

Ainda de acordo com o relatório da ODG de 2018, o impacto climático de um só destes navios, dirigidos ao porto de Barcelona, onde se situa o maior terminal de GNL da Europa, pode ser superior às emissões anuais per capita de cerca de 65 mil europeus. Vale a pena repetir: um só destes navios! O terminal de Sines já tinha recebido mais de 500 em 2018, desde a sua inauguração, e recebeu 67 metaneiros só em 2019.

Num comunicado de imprensa da administração norte-americana de Trump, em 2017, os combustíveis fósseis foram renomeados como «moléculas da liberdade» (*freedom molecules*), com o gás fóssil a ser denominado «*freedom gas*». Por muito boçal que isto possa parecer, tratou-se de um exercício previsível de *branding* da parte do então presidente, para quem tudo se resume a uma questão de *marketing*. Em oposição a regimes marcadamente autoritários, como a Rússia, Arábia Saudita ou Turquemenistão, os Estados Unidos propagandeavam assim os seus fósseis, com o gás à cabeça, como sendo «eles próprios» portadores de liberdade. A liberdade de gerar eletricidade, de aquecer casas, de servir a grande indústria – mas também a de destruir os ecossistemas vitais do planeta, como se não houvesse amanhã. Particularmente relevante neste xadrez geopolítico é a Rússia, um dos principais fornecedores de gás e petróleo à União Europeia, e com um regime determinado a restaurar os níveis de poder e influência da antiga União Soviética. A construção do famoso gasoduto Nordstream 2 no Báltico, entre a Rússia e a Alemanha, tem sido motivo para as mais amargas disputas políticas e diplomáticas. Os EUA preferiam que a Europa comprasse as suas «moléculas»…

E para finalizar: qual tem sido a posição de Portugal em relação a este assunto? A nível interno, atingiu-se em 2020 um valor recorde de 34% da electricidade a ser gerada por gás fóssil, segundo dados da REN. Em comparação com 25% de eólica, 25% de hídrica e, (sobretudo!) apenas 2.6% de solar PV (também ele um recorde absoluto), no mesmo ano. Com o fecho das duas centrais a carvão, de Sines e do Pêgo, e uma vez que o solar fotovoltaico ainda vai demorar muitos anos a poder substituí-las, parece haver apenas duas fontes possíveis (a curto prazo) para substituir essa electricidade: ou a importação de Espanha (com as suas centrais nucleares obsoletas e que se eternizam, incluindo à margem do Tejo, e que também importa energia das centrais a carvão de Marrocos) ou o aumento da importação e subsequente queima de gás. Isto não significa, obviamente, que todos os mega-projectos de solar PV em preparação devam ser aceites, sejam quais forem as condições, e independentemente do seu impacto nas populações e ecossistemas locais. O que urge é uma aposta muito forte na redução do uso de energia, no solar distribuído e em tudo o que possa mitigar este enorme e galopante consumo de gás. Que não se destina só a ser queimado nas centrais termoelétricas, pois também a indústria é um dos grandes consumidores, com volumes cerca de três vezes superiores aos consumidos ao nível residencial (ou seja: tomar duches mais curtos e menos quentes pode e deve ajudar a conservar água e energia; mas não vai resolver o problema!).

Boa parte do gás que chega a Sines é extraído do subsolo via fracturação hidráulica.

Já a nível externo, e no âmbito da sua presidência europeia durante a primeira metade deste ano, Portugal tudo fez para que os projectos de gás pudessem continuar a ser incluídos na lista de «projectos de interesse comum», ditos prioritários, numa lista que inclui cerca de 74 projectos de gás fóssil! Contra a posição de vários outros governos, e sobretudo da ciência climática, a presidência portuguesa continuou a argumentar, nos bastidores, que os fundos comunitários devem também financiar a construção de mais gasodutos e infraestrutura afim, usando a desculpa de que estes poderão ser igualmente utilizados para transportar hidrogénio, seja ele mais ou menos «verde». A decisão de financiar com dinheiros públicos estes projectos, que deverá ser tomada no final deste ano, muito dirá sobre a vontade da UE de travar o caos climático – ou de continuar a despejar gasolina e gás líquido para a fogueira.

Desmontando o lítio na Estremadura:
Uma pirâmide de mentiras

Plataforma Salvemos La Montaña de Cáceres

RUBÉN BÁEZ FERNÁNDEZ
EL SALTO

A Estremadura não tem lítio suficiente para cobrir a procura necessária na chamada «transição verde», a principal razão esgrimida em defesa da mineração deste material. Uma tradução de um artigo do Jornal El Salto que nos dá uma imagem da «criatividade propagandística» que também é apanágio do plano de fomento mineiro do lado de cá da raia.

Comecemos por falar um pouco do lítio, o material mais leve que existe, tão leve que flutuaria na água e que agora, para além de ser volátil, está na boca de toda a gente por ser um elemento necessário para a fabricação, entre outras coisas, de baterias. Na Estremadura [espanhola], este material está no centro do debate, de cada vai-e-vem dos projectos extractivistas, de cada promessa de criação de novas fábricas.

O lítio puro, no entanto, não se utiliza na fabricação de baterias, mas sim em variados compostos. Simplificando, os que saem das instalações de tratamento, normalmente localizados junto da mina da qual são extraídos, são fundamentalmente de três tipos: óxido de lítio (LiO2), hidróxido de lítio (LiOH) e carbonato de lítio (Li2CO3). Com este indispensável e leve apontamento «teórico», poderemos fazer algumas contas e comparações que, entre tantos dados científicos, escapam a quase todos, e tentar tirar conclusões de fácil compreensão.

Como cada empresa mineira fornece os dados de produção de acordo com o composto de lítio que pretende extrair, e para entender se uma ou outra mina é mais produtiva ou quantas baterias se prevê que saiam de cada uma, é muito complicado pensar sem uma regra de conversão. A regra que vamos usar em todos os cálculos baseia-se no conteúdo de Carbonato de Lítio Equivalente, LCE no seu acrónimo em inglês:

1 Li2CO3 = 1 LCE | 1 LiOH = 1,139 LCE1 | LiO2 = 2,473 LCE | 1 Li = 5,323 LCE (ver imagem 1)

Agora já podemos começar a comparar, mas precisamos de outro elemento que seja suficientemente gráfico para poder dar uma ideia do que podemos fabricar com o que sai da mina. A proposta é utilizar como referência aquilo que mais se vê nos média: o mesmo referente que a União Europeia utiliza para a redução dos gases de efeito estufa e que quase todos temos de usar diariamente…

Efectivamente: o automóvel. O eléctrico, para sermos mais exactos. O que precisa de lítio para as suas baterias. Em que quantidade? De acordo com os dados da indústria mineira chilena e os utilizados pela empresa Infinity Lithium nos seus estudos, são necessários entre 0.75 e 0.90kg de LCE por cada kWh de bateria.

Se falamos de veículos eléctricos comuns, por exemplo um Volkswagen ID.4 com autonomia de 500 Km, a sua bateria é de cerca de 70 kWh, precisando de uma quantidade de mais ou menos 56 LCE.

Com estes dados, já podemos começar a desmontar o que nos contaram nas notícias sobre aquilo de a Estremadura ser «uma potência, porque tem muito lítio».

Vamos lá. Se o que se pretende é trocar o parque automóvel atual por veículos eléctricos, deveríamos ser capazes de produzir baterias para uma média de 2 milhões de veículos por ano, que é o que produzimos em média em Espanha nos 10 últimos anos. Vejamos se é possível.

David Valls, responsável da Infinity, parece ter a certeza: «San José de Valdeflórez é um projecto integral para a obtenção de hidróxido de lítio a partir da matéria-prima que está na mina de Cáceres. Produziremos 15.000 toneladas de hidróxido de lítio por ano, o que é aproximadamente 10% do total de lítio que a Europa precisa para o carro eléctrico».

Confrontemos isto com os nossos números, os reais: 15 milhões de quilos anuais de LiOH, convertidos em LCE, são 17 milhões de quilos que, divididos entre os 56 quilos por média de veículo, dão para 305.000 veículos. Conclusão do primeiro ano de Matemática: não chega nem para 16% da produção em Espanha.

Por outro lado, temos os dados de previsões feitas pelas marcas. O recentemente demitido director de Estratégia da SEAT, J. M. Recasens, em declarações ao jornal El Mundo, afirmava que, em 2030, Espanha fabricará um milhão e meio de veículos eléctricos.

Mas as contas não batem certo. Ainda que se abrisse a mina de Valdeflórez em 2023 e se começasse a produzir em 2024 – algo mais do que improvável depois dos acontecimentos da semana passada[1], que implicam uma clara paralisação na iniciativa – com os prognósticos de ritmo de extração e processamento, seria necessária a produção de cinco anos para atingir o previsto para um só ano pelo estratega da SEAT. Mesmo escolhendo os números mais cautelosos da ANFAC, a Associação Espanhola de Fabricantes de Automóveis e Camiões, que calculam fabricar 800 mil veículos eléctricos por ano em Espanha, seriam necessários quase três depósitos como o de Cáceres para cobrir a procura.

Se fizermos as contas de outra forma, o resultado é ainda mais desanimador. De acordo com as mesmas fontes, em Espanha, em 2030, seriam necessárias fábricas de baterias que cobrissem uma necessidade de 70 milhões de kWh (70 Gigas) anuais. Quanto lítio é preciso para isso?

Recalculando: 70 milhões de kWh por 0,8 quilos de LCE necessários para cada kWh são 56 milhões de quilos de LCE por ano. Lembrando que a Valdeflórez produziria 17, facilmente se calcula que seriam necessárias 3,3 minas como esta só para a produção nacional.

Qual é então o sentido de falar de Europa? Se nem sequer há material para a procura interna, quanto mais para pensar em exportar... E isso tudo, acrescentemos, a contar com que o material todo fosse para a indústria automóvel, o que seguramente não aconteceria uma vez que se produziria também para outros usos. Estamos, então, na hipótese contrária: inexoravelmente ter-se-á que importar a grande maioria do que é necessário. Porque a realidade é que temos pouco lítio.

Como vemos na tabela abaixo, os recursos de Espanha, em comparação com os recursos mundiais, não chegam nem a quatro por mil do total mundial. No entanto, no Estado espanhol fabrica-se quatro por cento dos veículos do mundo (2,3 milhões sobre 77.2 milhões, com dados do ano 2020). A conclusão continua a ser a mesma: não temos lítio que chegue. (ver quadro)

O projecto faraônico dos «vendedores da banha da cobra» das baterias de grafeno

Existe, no entanto, uma questão mais preocupante; e é-o por causa da trajectória de seus protagonistas, do impacto mediático que tem na actualidade e das terríveis consequências que poderia ter sobre a credibilidade do governo regional da Estremadura.

Como bem sabe a opinião pública, no passado dia 24 de Março, no palácio presidencial da Junta da Estremadura, foi apresentado com pompa e circunstância o projecto de uma fábrica de células de baterias localizada na plataforma Logística de Badajoz, directamente relacionada com a mina de Aguablanca de Monesterio, o projecto de mina de lítio da comarca de Cañaveral, e de uma fábrica de cátodos num lugar ainda por determinar na província de Cáceres. Tudo muito animador para a tão atrasada indústria da Estremadura, não é? Voltemos, então, de novo, à análise.

No acto de apresentação, a pessoa que se encarregou de esmiuçar os dados mais importantes do projecto foi Mario Celdrán,

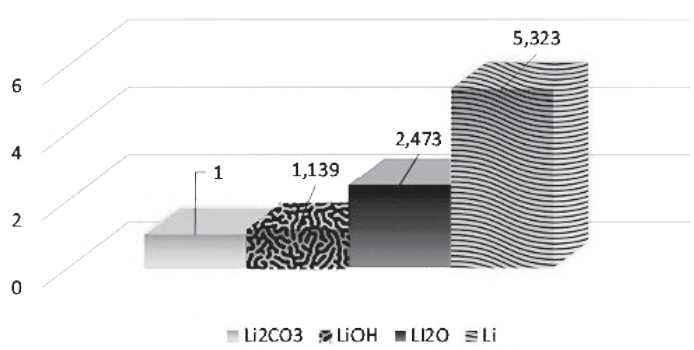
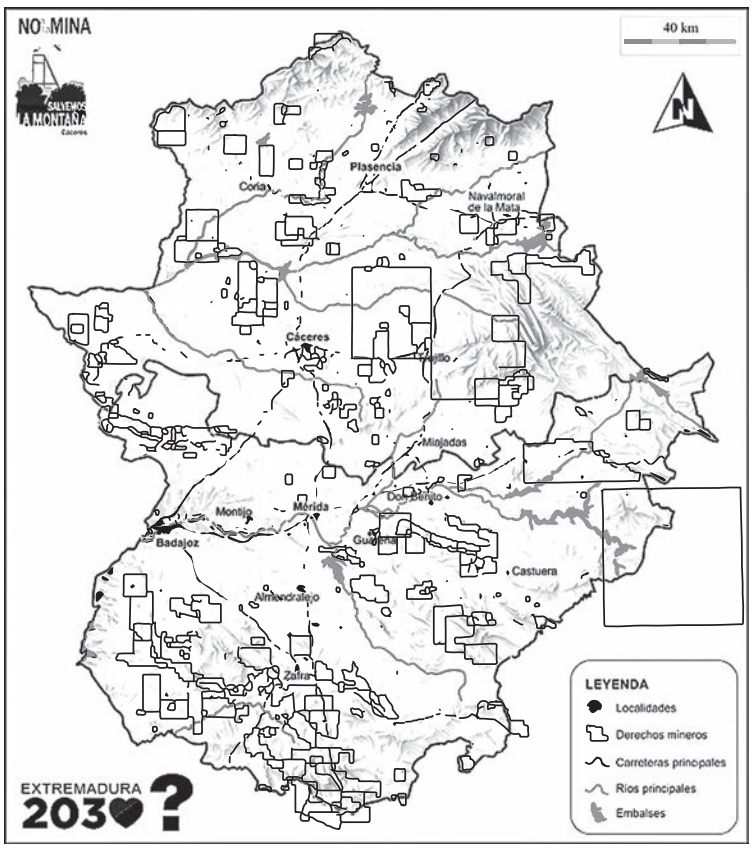


Imagem 1



vice-presidente da empresa Phi-4Tech. Este empreendedor, há já alguns meses, declarava no jornal El Español: «com as duas minas, a da cidade de Cáceres e a de Cañaveral, poder-se-iam fabricar 30 milhões de carros eléctricos por ano no nosso país, ao mesmo tempo que em toda Europa são precisos 20 milhões, o que significa que as baterias poderiam converter-se no novo negócio que impulsionaria a economia de Espanha».

> Ou estes senhores têm uma bateria milagrosa que contém 100 vezes menos lítio do que as que se estão a fabricar na actualidade, ou não sabem do que falam, ou mentem-nos.

Trinta milhões de carros eléctricos por ano? Valdeflores, no caso das melhores previsões dos seus promotores, não chegaria nem a 10 milhões em 30 anos de produção. O que é demonstrado, para além do mais, com números que poderíamos mesmo considerar mesmo mais do que optimistas. Poder-se-ia tratar de um deslize, mas há apenas uns dias, a 5 de Março, a ideia foi reiterada no mesmo média: «a capacidade do lítio que há em Cáceres poderia abastecer todas as fábricas de baterias para veículos eléctricos da Europa, se se juntar às minas que se querem explorar ao lado da cidade de Cáceres».

Resta apenas pensar duas coisas: ou estes senhores têm uma bateria milagrosa que contém 100 vezes menos lítio do que as que se estão a fabricar na actualidade, ou não sabem do que falam, ou, uma terceira seria mais perigosa: mentem-nos.

É de confiança alguém que fala de investimentos estratosféricos e que fica tão tranquilo quando diz: «estamos a competir com empresas chinesas, como a LG ou a Samsung, que estão a construir fábricas na Europa central e controlam os mercados do lítio no Chile, na Austrália ou América central, pelo que só podemos comprometer-nos a fazê-lo desde que sejam aprovadas todas as permissões para as minas cacerenses»? LG e Samsung chinesas? LG e Samsung são coreanas, senhores. Coreanas.

Se se investigar um pouco o assunto, a empresa com a qual afirmam ter um «acordo estratégico», a Lithium Iberia, a antiga Jesampa 2018, empresa que pretende explorar lítio na mina Las Navas, na comarca de Cañaveral, tem como presidente Íñigo Resusta Covarruvias e Alejandro Ayala como vice-presidente. Resusta e o próprio Celdrán foram sócios noutras empresas, especificamente na GRABAT Energia, da qual Resusta é vice-presidente.

A GRABAT Energy está à procura de lítio em muitos locais diferentes em Zamora, Salamanca e Estremadura. O nome de todos e cada um deles: Cogollo, Lagunejo, La Viña, Saucelle, Pombianes, Castillejo, Golpejas, El Trasquilón, Acebo, Peña e Carbonero. Porquê procurar mais lítio se o há de sobra?

A relação entre todas essas empresas é óbvia. E não somos nós quem o diz, é Celdrán quem o afirma: «é verdade que venho da Graphenano, tal como Íñigo Resusta», para continuar: «o assunto do grafeno em Espanha é um pouco banha da cobra»

É preciso lembrar que a Phi-4Tech é liderada por Mario Celdrán, antigo vice-presidente de Estratégia e Investimentos da GRABAT Energy, que prometia «a bateria milagrosa» de grafeno, apresentada com uma grande campanha mediática em 2016. O que aconteceu com a invenção? Que nunca chegou, que não está nem se espera.

Relembrando a crónica sobre o acto de apresentação das baterias de grafeno, tragamos as palavras recolhidas no *site* movilidadelectrica.com: «Martín Martínez, CEO de Graphenano, empresa que criou há 5 anos juntamente com Mario Celdrán, Iñigo Resusta e Alejandro Ayala, foi o responsável por explicar as vantagens das baterias de grafeno em relacão às baterias de lítio, que actualmente são utilizadas em praticamente todos os campos em que é necessário armazenar energia. Jon Picard, o seu guru e conselheiro ambiental, ficou encarregado de glosar os benefícios ambientais das novas baterias que ele considera como a terceira revolução industrial».

Que curioso! Os mesmos nomes, a mesma revolução a que apelava Guillermo Fernandez Vara (Presidente da Junta de Estremadura) na sua recente intervenção sobre a fábrica de Badajoz, e até Jon Picard, referido também por Celdrán na apresentação da mesma.

Se observarmos as fotografias destas duas cerimónias, podemos observar os mesmos rostos, com exceção de alguns «convidados de pedra» (...)

Na apresentação, Mario Celdrán forneceu os «grandes números» da fábrica proposta para Badajoz: capacidade final de 10 GWh (10 milhões de kWh) em 5 módulos de 2 GWh. Com os dados fornecidos, a capacidade inicial da fábrica não chegaria nem a 30 mil baterias médias de 70 kWh por ano. Terminado todo o processo (presumivelmente em 2025, se tudo corresse bem), teria capacidade para fabricar células para 150.000 baterias, uma parte muito pequena das necessárias para essa altura, e supondo que tudo fosse para a indústria automóvel, um extremo que não é minimamente garantido, de acordo com as suas afirmações: «a empresa tecnológica tem convénios com vários clientes mas, por enquanto, nenhum contrato com o sector automóvel». «Somos mais do que isso», afirmou, ao mesmo tempo que indicou que, entre os seus clientes, se incluem *data centers* e o sector das energias renováveis».

Salta também à vista que, num projecto tão ambicioso e com tanto investimento, esse aspecto não seja especificado de forma mais detalhada, apresentando dados muito genéricos: «nós temos conseguido desenvolver uma tecnologia que é uma hibridização entre baterias e super-condensadores, que permite carregamento rápido, alta durabilidade e uma química com a melhor relação de carga e descarga do mercado», «em breve em Noblejas será inaugurada a linha piloto que dará origem à primeira fabricação dos nossos produtos», «teremos 500 empregos directos».

Muito parecido, demasiado parecido, com o que prometera quando era o rosto visível da Grabat, em 2016: «baterias de alta capacidade, carregamento rápido e durabilidade pela ausência do efeito memória», «em breve começaremos com 20 linhas de produção, chegaremos a 80 milhões de células anuais», «criaremos 1.000 empregos».

Para finalizar, e como membro deste *dream team*, existe Camilo Merino, que não aparece nas fotos mas faz parte da gestão da empresa Mincaps, empresa citada por Celdrán como «filial com a qual operamos a questão das baterias», e que também esteve na GRABAT a vender os benefícios das suas baterias no vídeo promocional e a dizer que «ultrapassam quatro vezes a densidade energética das baterias de íon de lítio».

Em que mãos se colocou Guillermo Ferández Vara? Nas dos «vendedores de banha da cobra» que, com argumentos semelhantes, apresentavam em 2016 aquela maravilhosa bateria que nunca viu a luz do dia? Pelo que intuímos, agora encontraram outra pessoa a quem contar a história da carochinha, fazendo alarde do seu anterior «fracasso». Vamos ver em que fica isto tudo. Mas cheira a banha da cobra mesmo contra o vento.

Recursos mundiais de lítio em toneladas (2021)

PAÍS	RECURSOS 2021
Bolívia	21.000.000
Argentina	19.300.000
Chile	9.600.000
Estados Unidos	7.900.000
Austrália	6.400.000
China	5.100.000
Congo	3.000.000
Canadá	2.900.000
Alemanha	2.700.000
México	1.700.000
República Checa	1.300.000
Sérvia	1.200.000
Peru	880.000
Mali	700.000
Zimbabué	500.000
Brasil	470.000
Espanha	300.000
Portugal	270.000
Gana	90.000
Áustria	50.000
Finlândia	50.000
Cazaquistão	50.000
Namíbia	50.000
TOTAL MUNDIAL	85.510.000

* Elaboração própria
(dados do Serviço Geológico dos EUA)

NOTAS

1 No dia 8 de Abril, a conselheira para a Transição Ecológica e a Sustenibilidade, Olga García, no plenário da Assembleia da Estremadura, tornou pública uma resolução de 6 de Abril, pela qual era negada a autorização solicitada pela Tecnología Extremeña del Litio (TEL), empresa fachada da Infinity Lithium, para operar em tarefas de investigação no Vale de Valdeflores.

O olhar e a distância da porta

Os/as/oas Zapatistas estão entre nós. Sim já o estavam, mas agora vieram à Europa de baixo para aprender e aprendermos. «Claro, também para dançar» sabendo-nos «dispost@s a arriscar tudo, tudo.» Disseram-no ao mundo em 1994 e nas sombras do tempo desde sempre. E agora em 2021 estão entre nós para falarmos juntos da «nossa vida colectiva». Intergalácticos haviam-no já dito. Neste excerto da «quinta parte» (outubro de 2020) da «Declaração pela Vida» que prenunciou a sua vinda ecoa essa possibilidade. Partilhando lutas, sonhos e loucuras. O impensável que construindo, aqui está. Nestes meses iremos poder falar com eles/as/oas aqui e ali nas montanhas, vales e nos bairros da geografia portuguesa.

Suponhamos que é possível escolher, por exemplo, o olhar. Suponhamos que podes libertar-te, nem que seja por um momento, da tirania das redes sociais, que impõem não só aquilo que vês e aquilo de que falas, mas também como ver e como falar. Então, suponhamos que ergues o teu olhar. Mais acima: do imediato ao local, ao regional, ao nacional, ao mundial. Vês? Certo, um caos, uma confusão, uma desordem. Então suponhamos que és um ser humano; ou seja, que não és uma aplicação digital que rapidamente olha, classifica, hierarquiza, julga e sanciona. Então escolhes o que olhar... e como olhar.
É possível, é uma suposição, que olhar e julgar não sejam a mesma coisa. Assim, não só escolhes como também decides. Mudar a pergunta de «Isso é errado ou certo?» para «O que é isso?». Claro, a primeira questão leva a um debate saboroso (ainda há debates?). E daí para o «Isso é errado - ou certo - porque eu o digo». Ou talvez haja uma discussão sobre o que é o certo e o errado, e daí para os argumentos e citações com notas de rodapé. Certo, tens razão, isso é melhor do que recorrer a «gostos» e «polegares para cima», mas eu propus-te mudar o ponto de partida: escolher o destino do teu olhar.

Por exemplo: decides olhar para os muçulmanos. Podes escolher, por exemplo, entre aqueles que perpetraram o ataque contra o *Charlie Hebdo* ou entre quem marcha agora nas estradas de França para reivindicar, exigir, impor os seus direitos. Já que chegaste a estas linhas, é muito provável que escolhas os «*sans papiers*». É claro que também te sentes obrigado a declarar que Macron é um imbecil. Mas, pondo de lado esse rápido olhar para cima, voltas a olhar as concentrações, acampamentos e marchas de migrantes. Interrogas-te sobre o seu número. Parecem-te muitos, ou poucos, ou demasiados, ou suficientes. Passaste da identidade religiosa à quantidade. E então perguntas-te o que querem, por que lutam. E aqui decides se recorres aos meios de comunicação e às redes para o saber... ou se os escutas. Supõe que lhes podes perguntar. Perguntas-lhes qual a sua crença religiosa, quantos são? Ou perguntas porque abandonaram a sua terra e decidiram chegar a terras e céus que têm outra língua, outra cultura, outras leis, outro jeito? Talvez te respondam com uma única palavra: guerra. Ou talvez te pormenorizem o que essa palavra significa na sua realidade. Guerra. Decides investigar: guerra onde? Ou, melhor ainda, porquê esta guerra? Então atormentam-te com explicações: crenças religiosas, disputas territoriais, pilhagem de recursos ou, pura e simplesmente, estupidez. Mas não te conformas e perguntas quem beneficia com a destruição, o despovoamento, a reconstrução, o repovoamento.
Encontras os dados de várias empresas. Investigas as empresas e descobres que estão em vários países e que fabricam não só armas, mas também carros, foguetes interestelares, fornos microondas, distribuidoras, bancos, redes sociais, «conteúdo mediático», vestuário, telemóveis e computadores, calçado, alimentos orgânicos e não orgânicos, companhias de navegação, vendas *on-line*, comboios, chefes de governo e gabinetes, centros de investigação científica e não científica, cadeias de hotéis e restaurantes, «*fast food*», companhias aéreas, centrais termoeléctricas e, claro, fundações de ajuda «humanitária». Poderias dizer, então, que a responsabilidade é da humanidade ou do mundo inteiro.

Mas perguntas-te se o mundo ou a humanidade não são também responsáveis por essa marcha, por essa vigília, por esse acampamento de migrantes, por essa resistência. E então chegas à conclusão que pode ser, é provável, talvez seja todo um sistema o responsável. Um sistema que produz e reproduz a dor, a quem a inflige e a quem a sofre.

Agora, volta o olhar para a marcha que percorre os caminhos de França. Supõe que são poucos, muito poucos, que é apenas uma mulher a carregar o seu cachopo. Importam-te agora a sua crença religiosa, a sua língua, a sua roupa, a sua cultura, o seu jeito? Importa-te que seja apenas uma mulher que carrega o seu cachopo nos braços? Agora esquece a mulher por um momento e concentra o teu olhar apenas na criatura. Importa se é menino, menina ou *outroa*? A sua cor de pele? Talvez descubras, agora, que o que importa é a sua vida.

Agora, vai mais além, afinal de contas conseguiste chegar até estas linhas, por isso mais algumas não te farão mal. Ok, não muito.

Supõe que essa mulher fala contigo e que tens o privilégio de compreender o que ela te diga. Achas que te vai exigir que lhe peças perdão pela cor da tua pele, a tua crença religiosa ou não, a tua nacionalidade, os teus antepassados, a tua língua, o teu género, o teu jeito? Apressas-te a pedir-lhe perdão por seres quem és? Esperas que ela te perdoe e possas regressar à tua vida com essa conta saldada? Ou que ela não te perdoe e digas a ti próprio: «Bem, pelo menos tentei e estou sinceramente arrependido de ser quem sou»?

Ou temes que não te fale, que apenas olhe para ti em silêncio, e sintas que esse olhar te pergunta: «E tu, quê?»?

Se chegas a este raciocínio-sentimento-angústia-desespero, então, sinto muito, não tens remédio: és um ser humano.

Tendo ficado claro que não és um *bot*, repete o exercício na Ilha de Lesbos; no Rochedo de Gibraltar; no Canal da Mancha; em Nápoles; no rio Suchiate; no rio Bravo.

Agora move o teu olhar e procura a Palestina, o Curdistão, Euskadi e Wallmapu. Sim, eu sei, causa tonturas... e não é tudo. Mas, nesses lugares, há quem (muitos ou poucos ou demasiados ou suficientes) também lute pela vida. Mas

ANA FARIAS

acontece que concebem a vida inseparavelmente ligada à sua terra, à sua língua, à sua cultura, ao seu jeito. Àquilo que o Congresso Nacional Indígena nos ensinou a chamar «território», e que não é apenas um pedaço de terra. Não sentes a tentação de pedir a estas pessoas que te contem a sua história, a sua luta, os seus sonhos? Sim, eu sei, talvez seja melhor para ti recorrer à Wikipédia, mas não te tenta o escutá-lo directamente e tentar compreendê-lo?

Regressa agora ao que está entre os rios Bravo e Suchiate. Aproxima-te de um local chamado «Morelos». Olha com novos olhos o município de Temoac. Foca agora a comunidade de Amilcingo. Vês aquela casa? É a casa de um homem que em vida teve o nome de Samir Flores Soberanes. Em frente daquela porta foi assassinado. O seu crime? Opor-se a um megaprojecto que representa morte para a vida das comunidades a que pertence. Não, não me enganei na redacção: Samir é assassinado não por defender a sua vida individual, mas por defender a vida das suas comunidades.

Mais ainda: Samir foi assassinado por defender a vida de gerações que ainda nem sequer foram pensadas. Porque para Samir, para as suas companheiras e companheiros, para os povos originários agrupados no CNI, e para todas, todos, *todoas* nós, zapatistas, a vida da comunidade não é algo que acontece apenas no presente. É, sobretudo, o que virá. A vida da comunidade é algo que se constrói hoje, mas para o amanhã. A vida na comunidade é algo que se herda. Achas que a conta fica saldada se os assassinos – o intelectual e o material – pedirem perdão? Achas que a sua família, a sua organização, o CNI, nós, nos conformaremos com que peçam perdão os criminosos? «Perdoem-me, eu indiquei-o para que os sicários o executassem, sempre tive a língua solta. Tratarei de me corrigir, ou não. Já vos pedi perdão, agora retirem o vosso protesto daqui e vamos terminar a central termoeléctrica, porque senão vai perder-se muito dinheiro». Achas que é isso que esperam, que esperamos, que é por isso que lutam, que lutamos? Para que peçam perdão? Que declarem «desculpem, sim, assassinámos Samir e, já agora, com este projecto assassinámos as vossas comunidades. Basta, perdoem-nos. E, se não nos perdoarem, também não nos importa, o projecto tem de ser concluído»?

E agora sabemos que os que pediriam perdão pela central termoeléctrica são os mesmos do comboio mal chamado «Maya», os mesmos do «corredor transístmico», os mesmos das barragens, minas a céu aberto e centrais eléctricas, os mesmos que fecham fronteiras para impedir a migração provocada pelas guerras que eles próprios alimentam, os mesmos que perseguem o Mapuche, os mesmos que massacram o Curdo, os mesmos que destroem a Palestina, os mesmos que atiram em afro-americanos, os mesmos que exploram (directa ou indirectamente) trabalhadores em qualquer canto do planeta, os mesmos que cultivam e glorificam a violência de género, os mesmos que prostituem crianças, os mesmos que te espiam para saber do que gostas e te venderem isso - e se não gostas de nada, fazem-te gostar -, os mesmos que destroem a natureza. Os mesmos que querem fazer-te acreditar, a ti, aos demais, a nós, que a responsabilidade por este crime mundial e em marcha é responsabilidade de nações, de crenças religiosas, de resistência ao progresso, de conservadores, de línguas, de histórias, de jeitos. Que tudo se sintetiza num indivíduo... ou indivídua (não esquecer a paridade de género).

Se fosse possível ir a todos esses cantos deste planeta moribundo, o que farias? Bem, não sabemos. Mas todas, todos, *todoas* nós, zapatistas, iríamos para aprender. Claro, também para dançar, mas uma coisa não exclui a outra, acho eu. Se houvesse essa oportunidade, estaríamos dispost@s a arriscar tudo, tudo. Não apenas a nossa vida individual, também a nossa vida colectiva. E, se essa possibilidade não existisse, lutaríamos por criá-la. Por construí-la, como se de um navio se tratasse. Sim, eu sei, é uma loucura. Algo impensável. Quem pensaria que o destino daqueles que resistem à central termoeléctrica num pequenísimo canto do México poderia interessar à Palestina, ao mapuche, ao basco, ao migrante, ao afro-americano, à jovem ambientalista sueca, à guerrilheira curda, à mulher que luta noutra parte do planeta, ao Japão, à China, às Coreias, à Oceânia, à África mãe?

Não deveríamos, em vez disso, ir, por exemplo, a Chablekal, no Yucatán, às instalações da *Equipo Indignación*, e exigir-lhes: «Ei! vocês são de pele branca e crentes, peçam perdão!»? Tenho quase a certeza de que responderiam: «Não há problema, mas esperem pela vossa vez, porque agora estamos ocupad@s a acompanhar aqueles que resistem ao Comboio Maya, aqueles que sofrem pilhagens, perseguição, prisão, morte.» E acrescentariam:

«Além disso, temos de lidar com a acusação que o supremo nos faz de sermos financiadas pelos Illuminatti como parte de uma conspiração interplanetária para deter o 4T.» Do que, sim, tenho a certeza é que usariam o verbo «acompanhar», e não os «dirigir», comandar», «liderar».

Ou devíamos antes invadir as Europas ao grito de «rendam-se, caras-pálidas!» e destruir o Pártenon, o Louvre e o Prado e, em vez de esculturas e pinturas, encher tudo com bordados zapatistas, especialmente com máscaras zapatistas – que, por sinal, são eficazes e bonitinhas –; e, em vez de massas, mariscos e paelhas, impor o consumo de *elotes*, *cacaté* e erva moura; em vez de refrigerantes, vinhos e cervejas, *pozol* obrigatório; e, para quem sair à rua sem passa-montanhas, multa ou prisão (sim, opcional, porque também não é preciso exagerar); e exclamar: «Vá lá, esses roqueiros, marimba obrigatória! E a partir de agora, cumbias puras, nada de reggaeton (tentador, não?)! Vá, tu, Panchito Varona e Sabina, os demais para os coros, comece-se com «Cartas Marcadas», e em loop, mesmo que já sejam dez, onze, doze, uma, duas ou três horas da madrugada... e já, porque amanhã temos de madrugar! Ouves outro tu, ex-rei pés-em-polvorosa, deixa em paz esses elefantes e põe-te a cozinhar! Sopa de abóbora para toda a corte!» (eu sei, a minha crueldade é requintada)?

Agora diz-me: achas que o pesadelo dos que estão acima é que os obriguem a pedir perdão? Não será que o que lhes povoa os sonhos de coisas horríveis é que desapareçam, que não importem, que não sejam levados em consideração, que não sejam nada, que o seu mundo se desmorone sem sequer fazer barulho, sem ninguém que se lembre deles, que lhes erga estátuas, museus, cânticos, feriados? Não será que os aterroriza a possível realidade?

Musas: Acordar do pesadelo para renovar o sonho

O Musas é uma associação que existe há quase 80 anos no número 998 da Rua do Bonjardim, no Porto. Recentemente, esteve vulnerável às garras da fúria imobiliária que grassa pela cidade e viu-se na iminência de despejo. Um labirinto processual permitiu, no entanto, a pequena vitória de se poder manter mais ou menos no mesmo sítio e, acima de tudo, de lhe ser possibilitada a continuação da sua horta urbana comunitária, a Quinta Musas da Fontinha. O Jornal MAPA falou com Luís Chambel, um dos rostos fundamentais não só do Musas como também da luta autónoma por um mundo mais fraterno, na cidade do Porto.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O Musas nasceu em Março de 1944, em pleno salazarismo», começa por nos explicar. «Naquela altura, era uma das poucas hipóteses que as pessoas tinham de poder estar juntas». No caso do Musas, agregava sobretudo jovens, com vontade de se encontrarem e de jogarem futebol. Durante muitos anos, foi essa a sua actividade fundamental. No entanto, a pouco e pouco, todo o movimento associativo foi sendo confrontado com coisas novas que foram surgindo e que não existiam na altura, como a televisão, por exemplo. Mas não só. Apesar do *boom* do movimento associativo, «o próprio 25 de Abril fez com que as pessoas, enfim, pudessem ficar desconfinadas e pudessem participar mais noutras coisas, noutras actividades anteriormente proibidas pelo fascismo. Houve um apelo da sociedade que foi susceptível de criar algumas dificuldades a este tipo de pequenas associações que existiam então. Muitas delas desapareceram. O Musas, na zona em que se insere, na zona do Bonjardim, é a única sobrevivente».

Ainda assim, por volta do ano 2000, o próprio Musas esteve, também ele, quase a desaparecer. Foi nessa altura que uma vaga de activistas associativos mais novos veio dar-lhe outra vida, transformando a associação num espaço dedicado a apoiar as camadas mais jovens da zona e baptizando-o de Centro Social Ilhéus. Foi nessa época, aliás, que, por causa da sua formação escolar em economia, Luís Chambel foi convidado para dar uma ajuda na contabilidade. A experiência do Ilhéus durou entre 2 a 3 anos. Era gente realmente muito jovem que, em pouco tempo, acabou por se dispersar pelo país e pela Europa, uns à procura de novas formas de vida, às vezes de trabalho, outros em Erasmus. E o Musas voltava a ver-se perante a possibilidade de deixar de existir.

Duas das pessoas que restavam, entre elas o próprio Chambel, decidiram não a deixar cair. «Entretanto, tínhamos entrado em contacto com alguma malta do GAIA, que precisava de um sítio para reunir. Começaram a reunir aqui e começámos a criar algumas relações mais próximas. Isto acabou por trazer mais gente para cá e, com as coisas que nós próprios íamos fazendo, acabou por se relançar uma actividade centrada numa perspectiva de preocupações culturais e ideológicas, propondo tertúlias e debates, exposições ou sessões de poesia. Mais tarde, lançando a actividade de xadrez, «primeiro de uma forma unicamente lúdica e, posteriormente, de uma forma participativa e federada, enquanto associação desportiva, a disputar campeonatos. E ainda, depois disso, o apelo à participação na proposta da horta urbana comunitária que entretanto tínhamos começado a desenvolver».

«Hoje, o Musas tem muito presentes essas três vertentes de associação cultural, associação desportiva e de associação agro-ecológica. Não se pode dizer que haja uma vertente mais importante do que a outra. Digamos que é mesmo um chapéu com três bicos». No entanto, de todas estas actividades, a horta comunitária foi, sem dúvida, a que ganhou maior notoriedade. Um enorme pulmão de ruínas e árvores, socalcos que parecem não ter fim, ali escondidos entre o Alto da Fontinha e a Rua do Bonjardim.

A Quinta

O Musas tinha um senhorio que, para além de ser proprietário da sede, era-o também dum logradouro anexo. Logradouro esse que «tinha sido completamente abandonado e estava desde há muito tempo a ser alvo de despejos de lixos de vários vizinhos, estava infestado de ratos, cobras e outros animais e tinha um silvedo quase impenetrável. A certa altura, decidimos começar a tratar de todo esse terreno, a limpá-lo dos dejectos, dos lixos. Fomos devastando e fomos tentando organizar todo esse espaço. Decidimos também ocupar uma outra parte junto deste logradouro, que era propriedade municipal e que estava igualmente abandonada, e começar também a limpá-la. Juntámo-la à parte que havia no logradouro e, com outros terrenos de vizinhos que preferiram que os cultivássemos a que estivessem ao abandono, criou-se, então, uma quinta que, neste momento, envolve cerca de 25 talhões com 25 metros quadrados cada um, mais uma área com um total semelhante, que é uma agrofloresta, e ainda outra área de convívio». Tudo para uma agricultura sem pesticidas, o mais próxima possível da agricultura biológica ou até da permacultura. «Isso é uma regra absoluta».

Todo este território foi sendo cultivado e, acima de tudo, administrado pelos próprios hortelões. De facto, tal como a própria associação, o seu projecto agro-ecológico tem uma gestão assembleária. Aliás, Musas e Quinta Musas da Fontinha não são, de todo, dois corpos separados. Muitas das coisas são decididas através de uma lista de comunicação electrónica interna e, claro, nas próprias assembleias, a que chamam gerais. Para além disso, há algumas coisas que dizem respeito unicamente a quem trabalha e gere a terra e isso é decidido em reuniões dos hortelões, um princípio que também se aplica, por exemplo, a quem está encarregado de animar o xadrez ou de organizar as sessões de poesia. «Ou seja, a horta é comunitária no sentido em que toda a sua orientação é definida pelo consenso dos seus participantes. Não há nenhuma directiva que diga o que se deve fazer, nem sequer os talhões são individualizados a ponto de se poder dizer que cada pessoa tem o seu talhão, independente dos outros. É uma coisa orgânica em que todos participam, todos convivem, todos tentam apoiar-se uns aos outros, embora cada hortelão possa ter um talhão à sua responsabilidade e colher e levar para si o que lá produzir».

«Nunca houve ninguém, aqui, que colocasse a questão de que talvez fosse melhor haver, por exemplo, uma comissão a dirigir. Se bem que, depois, na prática, se calhar, algumas pessoas têm uma actividade tal e coordenam de tal modo que, às tantas, são quase isso e as pessoas revêm-se nesse processo. Eu, por exemplo, tenho algum receio de que

o meu trabalho aqui seja demasiado importante em relação ao que deveria ser».

«As pessoas vão fazendo o dia a dia normal e há coisas que dizem respeito à gestão geral, coisas mais estratégicas, mais importantes, que vão ficando para trás. De maneira que ainda é preciso, de vez em quando, que alguém faça notar que há coisas que é preciso definir e tratar». Um papel que Luís Chambel desempenha muitas vezes. Demasiadas, na sua visão. Um problema que acredita que se poderá resolver de forma quase natural, desde que haja mais gente que se interesse o suficiente para tomar mais iniciativa, de resto como aconteceu já no grupo que organiza o xadrez.

A crença na melhoria destas questões por via natural e orgânica não tem como consequência, no entanto, o imobilismo de quem aguarda sentado por melhores dias. «Estamos, de novo, a tentar, que as reuniões gerais de hortelões ganhem um carácter periódico. Na verdade, a Quinta é relativamente grande e tem questões… Como as colheitas vão sendo feitas regularmente, é necessário – regularmente – discutir coisas relativas a isso, que têm que ver com rotação de culturas, com troca de sementes, coordenação de apoios. Acaba mesmo por ser necessário haver uma reunião periódica, não é nada de burocrático, é a própria terra que a isso obriga».

A ameaça

É primavera, o Sol vai alto, o céu está limpo e, em pleno centro do Porto, por entre sons de dezenas de aves e zumbidos de outras tantas abelhas, vão-se distinguindo, aqui e ali, as várias pequenas hortas que compõe a Quinta Musas da Fontinha. Se continuarmos em frente, há labirintos de plantas em explosão que nos levam a uma clareira quase gaulesa, onde, entre outras coisas, costumam decorrer os concertos. Se, por outro lado, nos voltarmos, lá ao longe, por trás dos pináculos da igreja da Lapa, vê-se o mar. E ainda nem a subida vai a meio.

Quem hoje anda naquele oásis, naquele contraponto do mundo urbano e higeniezado, não imagina a vida dura que passou nos últimos dois anos. «O Porto tornou-se uma cidade alvo de especulação imobiliária. O que vemos constantemente são prédios a serem vendidos. Pessoas a serem desalojadas, muitos moradores a serem levados do centro da cidade para a sua periferia, há toda uma situação de desastre social, eminente ou já a decorrer, que é visível. Ao Musas aconteceu que o seu senhorio, há cerca de três anos, decidiu vender a propriedade». A associação via-se perante a possibilidade de perder a sede, uma parte importante dos terrenos e, acima de tudo, o acesso directo a partir da Rua do Bonjardim, a única entrada viável. Assim se temeu, de novo, o seu fim.

É verdade que existe uma outra entrada por cima, pela zona da Fontinha. «Se bem que os terrenos tenham sido ocupados por nós, neste momento temos um contrato anual com a Câmara pelo qual temos direito a cultivar parte dos terrenos, os que são propriedade municipal. Ora, há aqui uma garagem, umas ruínas, que dão acesso às hortas pela rua do Alto da Fontinha, e tentámos que a Câmara fizesse outro contrato connosco para essa garagem. Mas pediram um preço muito alto, porque, para eles, aquilo é um edificado. Como é óbvio, não aceitámos, mas acabámos por chegar a um acordo de direito de passagem. E esse acordo ainda se mantém». A questão é que não é por acaso que a rua se chama Alto da Fontinha e, apesar de haver gente jovem ou com meios de mobilidade que lhe permitisse entrar por esse lado, a maior parte das pessoas já tem alguma idade e teriam de dar uma volta enorme para chegarem lá. «O que nós defendemos sempre foi a entrada por baixo, pela rua do Bonjardim».

> Hoje, o Musas tem muito presentes essas três vertentes de associação cultural, associação desportiva e de associação agro-ecológica.

É preciso dizer que, «nos primeiros oito ou nove meses» depois de saberem da vontade de vender do senhorio, «aquilo não passou para a formalidade do processo de venda. Até que, há cerca de dois anos, recebemos uma carta em que eles nos avisavam que havia um comprador e que, portanto, iam vender, dando-nos, como manda a lei, um mês para exercer o nosso «direito de preferência». O que era uma coisa quase utópica, porque o Musas não tinha dinheiro para poder opor-se aos eventuais novos proprietários, pagando pela posse da sua sede».

Durante dois anos, resistir ao assalto especulativo significou conseguir adiar uma decisão. «Primeiro, enviámos uma carta a dizer que havia uma dúvida sobre qual era a nossa parte na compra, já que eles iam vender o prédio do Musas e também o prédio ao lado, de que eram igualmente proprietários». Com isto se ganhou um mês, findo o qual o Musas recebeu nova missiva, com algumas explicações. Mas os valores não batiam certo com os da primeira carta. «Isso deu-nos azo a prosseguirmos esse braço de ferro, até que a coisa foi de tal ordem que o comprador desistiu».

Os senhorios puseram, então, o processo de venda na mão de uma promotora imobiliária e, passados uns meses, avisaram que tinham um novo comprador. «Houve vários, neste processo. Mas nenhum punha sequer a hipótese de o Musas poder continuar aqui. Os últimos pretendentes, por exemplo, uns investidores israelitas, só para que saíssemos daqui, chegaram a propor pagar-nos dois anos de renda num outro sítio qualquer, algures. Quanto ao acesso às hortas, houve alguns que "iam pensar" se o mantínhamos ou não, mas nenhum o garantia».

O «milagre» que, afinal, não o é

«Conseguimos uma solução quase milagrosa de um investidor que nos permite manter-nos naquela zona, manter um acesso às hortas, enfim, adquirindo a nossa sede mas permitindo-nos ficar alojados no rés do chão - que ele próprio irá requalificar – e permitindo manter integralmente todo o trabalho da horta comunitária». Um «milagre» que o antigo senhorio não queria de todo que acontecesse e que só foi possível torneando a questão do direito de preferência. O Musas exercê-lo-ia, com dinheiro emprestado pelo futuro proprietário. A simbiose possível entre a vontade da associação de manter o grosso do seu «sonho» e a vontade de uma pessoa que deseja viver naquele espaço, tudo isto num ambiente urbano que quase agradece que o seu destino seja a habitação permanente.

Um «milagre» que, afinal, não o é. «É até bom que o novo proprietário queira isto para sua casa e não para alojamento local, por exemplo, mas o Musas não ficou melhor, ficou muito pior. Vamos perder o direito a este edifício todo. Estamos aqui agora neste espaço cheio de Sol. Depois, vamos para um rés-do-chão que, embora conserve visibilidade para a rua, é muito mais pequeno. Sem esquecer que a renda vai, ainda assim, ser aumentada. Mas, pelo menos, conseguimos garantir o fundamental, o acesso às hortas. Isso está claramente expresso no contrato». O efeito milagroso dilui-se ainda mais quando se sabe que o contrato com a Câmara para os terrenos se renova (ou não) anualmente, e quase se desvanece pelo facto de o contrato com o novo proprietário ter uma validade de apenas dez anos, findos os quais não se sabe o que poderá acontecer. Uma precariedade, ainda assim, bastante menos precária do que há pouco tempo ameaçava ser.

Entretanto, em 2019, e aproveitando o carácter redondo e simbólico do 75º aniversário, o Musas iniciou uma discussão com o município sobre a possibilidade de requalificação de umas ruínas que ficam na parte poente da horta, no sentido de poderem ser uma sede definitiva para a associação. «Nas discussões que tivemos com a Câmara, eles não disseram em absoluto que não. Mas a questão é que, por outro lado, isto ainda não tem nada de certo. Eles aceitariam aquilo, eventualmente. Mas, para aceitarem, teria de haver uma alteração ao Plano Director Municipal [que, neste momento, não permite ali "construção"]. Mas também isso a Câmara aceitaria. O que nunca chegou a ser falado foram os moldes em que se desenrolaria o processo: se era o Musas que pagava essa recuperação, se eram eles, se aquilo ficava propriedade de Câmara e se o Musas teria de pagar. Mas esta possibilidade ainda está em cima da mesa».

Várias mortes anunciadas depois, o Musas recusa-se, ainda hoje, a perecer às mãos do «desenvolvimento urbanístico» e mantém-se firme na vontade de ser um local de pensamento, acção e experimentação que visem uma alteração profunda das bases em que assenta a sociedade actual, em tudo contrária ao que Chambel, mais do que uma vez, se refere como «o sonho do Musas».

Refugiados e migrantes
Entre ilegalidade e repressão

Na sua edição online, o Jornal MAPA foi acompanhando a repressão do Estado romeno sobre os refugiados e a sua luta para garantirem o direito à vida. Neste número, Tania Strizu envia-nos uma cronologia actualizada dessa realidade.

TEXTO E FOTOS **TANIA STRIZU**
FB.COM/TANIASTRIZUPHOTOGRAPHY

Num só quarto são colocadas em quarentena cerca de 17-20 pessoas, com acesso a uma casa de banho e a uma cozinha comuns.

Em Janeiro de 2021, apareceram notícias alarmantes em relação a abusos por parte da Polícia da Fronteira Romena, que não só procede à expulsão dos refugiados e migrantes que chegam à fronteira da Roménia e os envia de volta para a Sérvia, mas também recorre a punições corporais, entre as quais o uso de eletrochoques, bastonadas, destruição dos seus telemóveis, roubo do dinheiro e das jóias. Os arguidos são depois deixados, em pleno Inverno, sem roupa, nos campos, longe de qualquer avenida. Estas expulsões coletivas são chamadas *push--backs*, ou seja, são rejeições pela parte do Estado onde ocorrem as passagens ilegais da fronteira. Estas rejeições são ilegais, segundo o Centro Europeu dos Direitos Humanos, em outras palavras, os Estados devem garantir a passagem segura e oferecer asilo aos requerentes. De acordo com o relatório "Between Closed Borders"[1] para o ano de 2019 foram documentados 1.447 casos de expulsões ilegais, que implicaram 10.626 requerentes de asilo, imigrantes ou refugiados. A maioria provém do Afeganistão (4.292 ou 48%), Paquistão (15%), Síria (10%) e Iraque (7%). A partir de Junho, estas rejeições aumentaram: só as autoridades romenas rejeitaram oferecer asilo a 1.982 pessoas, das quais 739 eram menores de idade. Por enquanto, não existem dados suficientes para o ano 2020 ou 2021. O que se sabe é que em 2019 existiam apenas 137 requerentes de asilo do Afeganistão, e que a partir de Agosto de 2020 o número atingiu os 2.387 requerentes, um crescimento de 1.700%.

Este fluxo crescente de pessoas que procuram asilo é sentido sobretudo na cidade de Timisoara, Roménia. Aqui, os refugiados e migrantes tentam cada dia *going for a game*, ou «jogar o jogo». «Jogar o jogo» significa tentar ultrapassar as fronteiras da Roménia, sem documentos, ilegalmente, com destino a países mais desenvolvidos da União Europeia, como a Alemanha ou a França, onde muitas das vezes são esperados pelas suas famílias e amigos e onde esperam uma vida melhor. A cidade é conhecida como parte da Rota dos Balcãs que, para os refugiados do Afeganistão e não só, implica a passagem pelos seguintes países: Irão - Turquia - Grécia - Macedónia - Sérvia - Roménia.

Até agora, as autoridades locais e até nacionais ignoraram a situação, não oferecendo alojamento adequado ou alimentação, sobretudo agora com os riscos da COVID-19, para centenas de pessoas que recorrem a ocupações de edifícios abandonados para se protegerem do mau tempo durante o Inverno. Existem, por outro lado, iniciativas de cidadãos e até uma associação que oferecem alimentação diária e também ajuda médica.

Em Fevereiro de 2021, uma das associações acusou a Polícia Local de Timisoara de abusos e brutalidade, tendo como testemunhas várias pessoas refugiadas e migrantes que relataram ter sido feridas com corpos metálicos e os seus telemóveis terem sido destruídos. A resposta da polícia foi a de avisar a associação de que, se não retirarem as acusações, irão começar um processo em tribunal contra a mesma por difamação da instituição. Como resposta, numa entrevista para um diário nacional, veio a declaração chocante do diretor executivo da Polícia Local de Timisoara, Dumitru Domăşnean Urechiatu, que afirmou o seguinte: «Não precisamos de bater neles, eles são bons.» Já no final de Janeiro, a Polícia Local, em conjunto com a Polícia da Fronteira Romena, realizou uma intervenção extensa com o objetivo de recolher e desalojar as pessoas que ocuparam os edifícios abandonados. Numa das casas encontraram à volta de 50 pessoas que foram retiradas da casa, deixadas a esperar ao frio e à chuva, para depois serem acompanhadas para a estação ferroviária da cidade, com a indicação de que deviam comprar bilhetes de comboio e voltar para os centros de acolhimento onde foram documentados ao entrar pela primeira vez no país. Mas estes centros podem ser muito distantes da cidade e, sobretudo, as pessoas não têm dinheiro para comprar os ditos bilhetes. Após um telefonema breve, os polícias receberam ordem para ir embora, deixando os refugiados e migrantes na estação, mas com um claro aviso de não voltarem a ocupar aquela casa. A sorte destas pessoas foi a de haver quatro

Aqui, os refugiados e migrantes tentam cada dia *going for a game*, ou «jogar o jogo». «Jogar o jogo» significa tentar ultrapassar as fronteiras da Roménia, sem documentos, ilegalmente, com destino a países mais desenvolvidos da União Europeia.

Frequentemente a polícia de Timisoara espanca impunemente pessoas migrantes com cassetetes e destrói-lhes os telemóveis. O silêncio perante estes abusos é quase geral, existe apenas a voz de uma ONG local e algumas vozes clericais dispersas.

cidadãos romenos, imprensa e um médico, que ficaram ao pé deles até ao final da intervenção policial. Caso contrário, as coisas podiam ser piores, incluindo serem agredidos fisicamente, o que parece ser uma prática muito comum pela parte da polícia.

Em Março de 2021, a cidade entrou em quarentena por um período de duas semanas. Devido a esta medida, as autoridades locais fizeram de novo rusgas na cidade em busca de migrantes e refugiados, muitos deles vivendo nas ruas ou em prédios abandonados, como relatado acima. Após esta nova intervenção, foram enviados à força para os «centros de acolhimento» das cidades onde foram registados ao entrar no país ou para centros existentes em Timisoara, de forma a serem colocados em quarentena. Uma operação que, na verdade, parece preocupar-se mais em ter uma justificação para a detenção de «indesejáveis» do que para a sua protecção. De facto, como se pode ver pela foto da página anterior, esses centros não são minimamente adequados para alojamento. Para além disso, num só quarto são colocadas em quarentena cerca de 17-20 pessoas, com acesso a uma casa de banho e a uma cozinha comuns.

O centro de Timisoara, chamado Centro Regional de Procedimentos e Alojamento dos Requerentes de Asilo, situado na Rua Armonia, número 33, é um destes locais. O centro afirma que a sua missão é a de «prestar assistência para a integração de estrangeiros na Roménia», mas, dentro do espaço, os guardas, que são também polícias, não deixam os refugiados e migrantes buscar a comida que lhes é fornecida pelas diversas associações, recorrem a bastonadas nas unhas e pernas, provocando ferimentos e, além disso, à boa moda prisional, os seus movimentos são constantemente monitorados por câmaras de CCTV. Daí que muitos escolhem fugir deste centro, preferindo viver na rua, perto da estação de comboio ou nas casas ocupadas.

Se ainda por cima, como refugiado, está doente, é deficiente ou neurodivergente, a situação é ainda pior. Conhecemos H. num dos acampamentos informais na periferia da cidade. Os seus amigos, com quem estivemos em contacto, pediram-nos ajuda porque ele estava a passar por um episódio psicótico relacionado com o seu diagnóstico de bipolaridade. Como ele estava a passar por uma psicose bastante aguda, sem os recursos necessários para gerir a situação a um nível comunitário, decidimos encaminhá-lo para uma clínica psiquiátrica. O que se seguiu foi um desdobramento «kafkiano» de eventos. Primeiro, a equipa médica não queria tratá-lo de forma alguma, então arrastou-o de uma instituição para outra sem nos informar e, finalmente, tentou dá-lo de alta sem qualquer forma de apoio. Tudo isso teria acontecido com o seu consentimento. É difícil acreditar como isso poderia ter acontecido, considerando que ele não fala inglês e não teve um tradutor (isto é, sem poder comunicar que estava passando por uma psicose). Ao longo desse processo, os médicos forneceram informações enganosas e até mentiram descaradamente sobre o seu paradeiro.

Finalmente, ele foi transferido para um centro de detenção para «estrangeiros» (na aldeia de Horia, na cidade vizinha de Arad), com a ajuda da polícia de fronteira - reforçando mais uma vez o conluio histórico da psiquiatria com o estado carcerário, a serviço do capitalismo racista e heteropatriarcal. Ainda não sabemos - mais de um mês depois - nada sobre o seu atual estado de saúde. Quando tentamos contactá-lo, somos enviados em círculos, como K. no livro *O Castelo* de Kafka. Do centro de detenção em Horia, H. será enviado de volta para a Sérvia ou diretamente para o seu país de origem ou vai esperar que o seu pedido de asilo seja recusado e só seja enviado de volta depois. Essas são as suas opções.

A maioria dos migrantes são jovens. Mas, às vezes, também há mulheres ou famílias inteiras. Ser mulher torna a viagem precária da migração muito mais complicada. Conhecemos M. e S. há poucos dias, duas mulheres do Norte de África e do Médio Oriente, respectivamente. Elas solicitaram asilo na Roménia e aguardam resposta - um processo que pode durar alguns meses. Gostariam de ficar aqui no país para obter o estatuto de refugiadas. Há alguns dias atrás, elas contactaram-nos para as ajudarmos com acomodações temporárias. O acampamento é muito sujo e inseguro para mulheres solteiras morarem, especialmente por períodos mais longos. Cada vetor de marginalidade adiciona uma camada extra de horror nas interações com o Estado. Testemunhámos amigos queer e trans sendo tratados com total falta de humanidade; suas identidades invalidadas, seus corpos examinados.

É de partir o coração cada vez que enfrentamos pessoas que estão fugindo da guerra ou da perseguição do governo e para as quais este país não está disposto a fornecer nem mesmo uma cama decente. Ou mesmo uma tenda. Ou uma casa de banho. Sentimos uma vergonha indescritível. E desesperança. E raiva.

Além de toda a miséria e sofrimento, sabemos dos casos de violência por parte da polícia, como mencionámos anteriormente. Isto acontece tanto na fronteira quanto no meio da cidade. Quando uma ONG local tentou divulgar esses casos, a polícia respondeu não iniciando uma investigação, mas ameaçando a ONG com uma acção judicial. Há pouco tempo, recebemos uma mensagem com fotos que num dos acampamentos informais um jovem migrante foi espancado com cassetete por pessoas com uniforme de polícia e teve de ser levado ao hospital. Ele é um rapaz de 15 anos do Afeganistão. O que mais há para dizer? Que palavras seriam adequadas?

Ninguém está dizendo nada. Nem o UNHCR, cujo trabalho real é documentar as violações dos direitos dos migrantes e refugiados. Nem a mídia local, que é predominantemente conservadora no assunto da migração. Existe apenas a voz de uma ONG e algumas figuras clericais dispersas. De resto, há silêncio. Sob a miragem da civilidade, o novo prefeito de Timișoara, Dominic Fritz, e o atual presidente, Klaus Johannis, trouxeram-nos um passo mais perto de estados policiais de extrema direita como a Hungria e a Polónia.

Ser mulher torna a viagem precária da migração muito mais complicada.

Devido ao exposto, os movimentos solidários exigem às autoridades locais e nacionais que garantam com urgência os direitos humanos fundamentais destas pessoas. Apelam ainda às autoridades locais e nacionais que iniciem negociações com a União Europeia para criar um corredor legal para que os migrantes e os refugiados possam chegar ao país de destino desejado.

Em jeito de conclusão, queremos agradecer a todos os companheiros e companheiras de outros países que há muitos anos realizam o trabalho vital de apoiar as pessoas em movimento, e a todos aqueles que arriscam tudo em busca de uma vida melhor, para si e para as suas famílias. Nenhuma leitura pode preparar-nos para o nível de violência quotidiana que o estado capitalista causa aos migrantes. Somente abraçados com firmeza, com amor, atenção e solidariedade - começando pelos mais vulneráveis - podemos esperar um mundo radicalmente diferente.

Continuaremos a luta, em solidariedade, contra todo o tipo de opressão! Sem fronteiras nem bandeiras!

1 | https://data2.unhcr.org/en/documents/details/83660

WWW.FACEBOOK.COM/DREPTULLAORASTM

Mil e uma diatribes e um sopro de vida

(Neo)fascismos, democracia liberal, e o devir-esperança (PARTE II)

JÚLIO DO CARMO GOMES
VADIO.ENVIADEVIR@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES KÄTHE KOLLWIT

Não nos compreendam demasiado depressa: nós abrimos os olhos durante a noite porque «os poetas vêem na escuridão». Criar significações históricas e imaginárias é tarefa de seres que se desejam livres, que se sabem mortais e que juntos olham de olhos abertos para o abismo. A mais nobre – e árdua – tarefa dos poetas não é escrever versos mas criar. Criar sobre o que há, para refazer não o mundo mas a maneira de nele viver. Antes de mais, é decisivo ver-se livre da promessa liberal, uma agência que regateia direitos e mercadorias à venda no planeta-loja neo-liberal. Quer compremos quer não, não estamos apenas dependentes de um punhado de trocos porque passámos a respirar 24h sob a ameaça do cinismo marcial. A promessa democrata-liberal treinou-nos até à exaustão e acaba sempre no mesmo beco: a ausência da *política* nas nossas vidas.

Crítica à Democracia Liberal

O óbvio é sempre mais radical do que aquilo que se pensa. Um simples episódio com um final anedótico pode abrir um clarim nas trevas. Uma popular colunista brasileira publicou uma execração sobre Bolsonaro na Folha de São Paulo. Consistia numa lista de cerca de duas centenas de termos lexicais, escritos em catadupa para adjectivar o actual presidente do Brasil, desde «pulha» a «facínora», passando por «broxável» até «cu de boi». Na caixa de comentários, um leitor, não sei se por ironia, acrescentou um mui sucinto comentário: «Eleito». Ao lado daqueles duzentos insultos, era afinal um termo sintético, extremamente sintético. E, ao mesmo tempo, factual, radicalmente factual. Na era da pós-verdade, presume-se que a simplicidade e a factualidade tenham o dom de indispor os (e)leitores. É que a discussão terminou por ali. Ou por outra, o chorrilho de injúrias dirigido ao frugal leitor aumentou quantitativamente! Uma história que tem o condão de servir para medir a temperatura à Democracia. Ou melhor, de pôr em guarda quem se atreve a criticá-la. Sinal dos tempos...!

A magia negativa do liberalismo

Criticar a democracia (liberal) é um exercício de heresia. O sistema político, da esquerda à direita, não perde a oportunidade de reagir em uníssono e profetizar os perigos de um questionamento do regime liberal, parlamentar e representativo. Tal como a respeito do fetichismo da mercadoria, a classe política e a *media* consideram a ordem política liberal intocável, revogando do debate a expressão acabada do controlo político das sociedades, a democracia liberal. Um regime sequestrado por uma estrutura económica (e cultural) hegemónica, cujo modelo de desenvolvimento acarreta a degradação contínua de todos os recursos, humanos e energéticos, e que nos alicia com a superficial liberalidade de podermos escolher quotidianamente entre uma miríade de mercadorias. Obrigados a reflectir sobre as consequências do actual colapso ecossistémico, *o planeta doente*, simbolizado em pleno pelo imaginário grotesco desencadeado pela sindemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, mudamos de assunto, dispostos que parecemos estar a aceitar a absoluta marginalização social, política e económica, presente e futura, em razão da própria sobrevivência do sistema que nos conduziu ao abismo. Uma ordem refém de uma formalidade política que negoceia o essencial da nossa vida social através de uma peregrinação a cada quatro anos e que culmina numa indolor cruz num papelete. Uma terra prometida, liberal e democrática, que nos territórios de acumulação, alimenta a toxicodependência diária de objectos e fantasias irrealizáveis de uma escassa parte do *Mercado*. Uma proposta que, para se estabilizar, solicita no *centro* a atenção da nossa passividade, a consumofilia e os destroços da imaginação, e impõe na *periferia* a mão invisível que violenta a nudez dos corpos, providencia a miséria, espalha a poluição e reproduz o saque. Um altar à escala planetária que predica o culto de uma (falsa) abundância económica, irreconciliável com a natureza e conciliada politicamente com a devastação e a exclusão da esmagadora maioria da população. Nem a classe política nem o eleitor parecem encontrar aqui contradições. Ou mascarem-nas para seguirem «com a cabeça entre as orelhas».

Refutar a crítica libertária à democracia liberal – ou diabolizá-la – é uma coisa; negar o debate é outra história e constitui, por si só, (mais) um argumento para pôr em causa a ordem democrática actual, já que a fé que provém da produção do seu discurso de legitimação se parece em demasia com a fabricação de um pensamento único, um poderoso expediente de absolutização da *verdade*. Esse unanimismo, que exclui qualquer dissenso quanto à forma de organização política, que da esquerda à direita interiorizou o fim da política, não merece a nossa indulgência. Um consenso que explica a estigmatização e repressão de movimentos sociais e populares, emancipatórios e progressistas, que denunciam, com a sua *praxis,* o que se categoriza por «crise de representatividade» e que encarnam formas directas de longa tradição histórica de exercer a democracia (como recentemente os Gilets Jaunes, em França). Blasfemar a «democracia» ganha contornos mais obscuros quando enfrenta o imobilismo acrítico e a falta de imaginação da Imprensa em Portugal. Ao relegar qualquer crítica à democracia liberal ao silêncio, a *media* convencional estabelece uma cumplicidade acrítica que contribui de modo superlativo para a absolutização das visões do mundo – censurando o alcance de horizontes alternativos, tão necessários à esperança e à formação de convicções diversas –, absolvendo de modo rasteiro as políticas da ideologia liberal das consequências sociais, ecológicas e éticas sentidas no quotidiano e invisibilizando a potência e a *arché* da *democracia*.

Para completar o libelo que nos trata como ímpios, a risível cultura politicamente correcta que se instalou é bem capaz de apedrejar esta tentativa de ensaio como irresponsável, a partir de um certo moralismo baseado no puré ideológico do liberalismo e dos chamados direitos individuais. Moralismo que dá rédea solta àqueles que lançam avisos à navegação de que *o tempo não está para brincadeiras* (revoltas) e assim confessam capciosamente e de antemão o tipo de sociedade em que preferem bracejar… Subsumida à magia negativa da ideologia de Stuart Mill, a teoria liberal do direito pressupõe que a liberdade de cada um choca com as dos demais com quem tropeçamos ao longo da vida. O célebre lugar-comum de «a minha liberdade acaba onde começa a liberdade do outro» não é mais do que um decalque negativo que provém de uma mistificação individualista. Uma noção androcêntrica e redutora, que idealiza um sujeito autónomo e individual desprovido de dependências. A tese de uma pretensa individualidade naturalista projectada no campo de forças sócio-económicas, além de ser uma romantização antropológica, é uma falácia inverificável que perpassa estruturalmente na obra dos mais diversos pensadores do liberalismo (Locke, Adam Smith, David Ricardo, Hayek…), também presente no Romantismo, particularmente na filosofia de Rousseau. Ao direito liberal subjaz a noção de que as liberdades são concorrenciais e não compartidas, ainda que harmonizáveis sob determinados pressupostos. Foucault argumentou que esse mito com pouco mais de duzentos anos encontra o seu fundamento na acepção renascentista do *indivíduo*, o «Homem», mistificado como um sujeito independente da Natureza e da Sociedade. Uma concepção que está na origem filosófica e política de outras mitologias, como o viés de classe, género e «raça», ou não tivesse a episteme eurocêntrica nascido na mente dos *Iluminados*, uma metanarrativa que excluiu historicamente o povo, a mulher, o não-branco. Pese embora, nas tropelias dessa «aculturação primitiva», também o *não-branco*, a *mulher* e o *povo*, enquanto *personas* e entidades políticas, assimilassem, grosso modo, o traço fundacional e entranhado do liberalismo: o antropocentrismo. Valor supremo que, no contexto económico do industrialismo e das posteriores sub-fases fordista/consumista, passou a justificar em pleno o dogma sagrado e neo-liberal de que a economia é um sistema independente da biosfera e não um sub-sistema desta, como desmistificou o economista Herman Daly. Tradição moral que inculcou o mantra da posse, o transe da aquisição e o puro negócio da obliteração do ser humano. Para esse efeito, fabricou a crença de que, para garantir o direito à existência num mundo que nos fazem crer que acabará catastroficamente sempre daqui a escassos segundos, é inexorável estar submetido *a formas políticas e económicas* que nos coagem a competir com a existência dos demais. Se preciso for, a custo da própria vida.

Não é por isso estranho que a trindade classe política, *media* e cidadão bem-pensante, se disponham a espalhar a confusão, rotulando a crítica radical à democracia como suspeita de defender ditaduras e neo-fascismos, porventura de sermos amigos dos governos da Venezuela ou de Cuba, ou de outros regimes autocráticos, ou, mais em moda, de lobrigarem forças ocultas e conspiracionistas por detrás da crítica à democracia liberal. E que ninguém se meta com o espírito santo dos liberais-democratas… Nada é mais errado do que pretendemos nutrir qualquer confusão quanto a esse respeito: ao contrário da classe profissional do hemiciclo, não precisamos de defender o conceito de democracia *contra* porque preferimos projectá-la a partir da sua *arché* positiva. Afinal, quem pode estar interessado em justificar formas de poder político ainda mais repressivas e autocráticas que o regime liberal? Suspeitamos que quem o faz terá razões para isso: falta de imaginação e de conhecimento histórico por um lado; e o rabinho entalado entre as pernas por outro, de quem precisa de salvar o pêlo comparando-se com torcionários e regimes inquisitoriais.

Mas se a democracia moderna alimenta tão ambicioso projecto – o de distinguir-se da tirania –, procuremos ser pragmáticos (ou utilitaristas!) e conceder-lhe por bem o benefício da dúvida. É que, não havendo fumo sem fogo, talvez seja saudável traçar-lhe correlações possíveis. Por alguma razão, em *Da democracia na América,* Toqueville considerava que o grande mérito da democracia liberal é nivelar-se até se confundir com «a ditadura da maioria». Outros intelectuais, com queda para o pensamento reaccionário e, por essa razão, insuspeitos e nos antípodas da nossa linha de orientação, reservam-lhe epítomes semelhantes: «ditadura do número» (Edmund Burke), «hiperdemocracia e rebelião das massas» (Ortega y Gasset), «um erro de estatística» (Borges), «festival de mediocridades» (Cioran)... Se o poder parlamentar, os partidos e as eleições, reivindicam para si a totalização da experiência política e constituem o eixo central dessa democracia representativa, onde haveríamos nós de buscar as causas das assimetrias de poder (real), da despolitização da vida social e da crise da democracia liberal?

Todos esses democratas (não conhecemos excepções) tratam a democracia liberal como uma obra acabada das formas de organização política da sociedade. Uma classe que placidamente se acomoda à máxima posição a que o cidadão comum eleva esse modelo de organização política: um mal menor. Para o efeito, arrumando a questão de quatro em quatro anos para que tudo fique na mesma. Embora convenha aduzir que são precisamente esses regimes de mal menor que amparam e incentivam um modelo económico que continua a matar à fome e a deixar na miséria milhões de seres humanos em todo o mundo, à medida que se expande fisicamente para Marte e evolui espiritualmente para o transhumanismo... Um sistema que esfola a terra, intoxica o ar, envenena o mar e os rios em nome do Progresso e da Felicidade, impondo uma técnica e ética de vida – o capitaloceno – responsável pela mais do que plausível sexta extinção em massa do complexo organismo Terra. Um modelo de extorsão que especula com a habitação e degrada as condições de vida, nas cidades e no trabalho, em nome do benefício empresarial. Uma ordem bélica disposta a fabricar guerras e a matar para reproduzir a sua lógica. Enfim, tudo méritos que as democracias nos fazem suportar sem que nos facilite a tarefa de distingui-la nesses capítulos dos regimes mais insanos e despóticos. É com argumentos deste calibre que nos querem convencer a dar uma passa naquela sabidola baforada de Churchill e admitir (cof! cof!...) que a democracia *é o pior sistema, à excepção de todos os outros.* Claro, tudo em nome da tal propalada liberdade… Desconfiamos, no final das contas, que esses democratas (liberais), charuto *SG Gentil* no canto da lábia, nos obriguem a agradecer-lhes por podermos dirigir-lhes um punhado de críticas sem que o seu regime repressivo (*português suave... à excepção de todos os outros*) nos mande para o Tarrafal! À mostra, não é demais repetir, fica *o ovo da serpente* do discurso liberal e parlamentar: é de falsas alternativas que vive o poder! Enquanto acreditarmos que, em política, não há mais do que escolher entre a democracia parlamentar liberal e a ditadura, não vamos sair do lugar onde estamos. É que não há *política* onde não há grandeza no adversário. Há apenas a sua corrupção. E o cinismo liberal. É nesta aporia que reside a ilusória igualdade liberal, pedra de toque do neo-liberalismo para perpetuar, sem tensão e conflito, sem superação e utopia, a base estrutural de um poder intocável.

«Os elementos democráticos que subsistem nas sociedades ocidentais ricas de hoje não são produto do capitalismo, mas resíduos das lutas democráticas dos povos, e muito particularmente do movimento operário».

Um sistema que esfola a terra, intoxica o ar, envenena o mar e os rios em nome do Progresso e da Felicidade, impondo uma técnica e ética de vida – o capitaloceno – responsável pela mais do que plausível sexta extinção em massa do complexo organismo Terra.

A publicidade liberal não sustenta a liberdade mas justifica a dominação

Os ideólogos ou publicitários contemporâneos da ideologia liberal jamais sustentam a liberdade política com argumentos. Como demonstra a filósofa Monserrat Galcerán em *Deseo (y) Libertad,* não é a soberania política que procuram defender e justificar, mas justo o seu contrário: a dominação.«O uso ideológico do termo [liberdade] transmite o espelhismo de que nas chamadas «sociedades livres» não existe dominação alguma e que todas as suas dependências são voluntárias e livremente adquiridas. (…) Mais proveitoso seria partir

do ponto inverso e analisar as múltiplas dependências e as capacidades que todos e todas temos para traçar estratégias políticas que gerem laços equitativos de reciprocidade (…) ao invés, querem-nos fazer crer que somos livres num mundo de dominação, o que implica interiorizar a sujeição como única possibilidade de vida, ainda que isso pressuponha pôr em causa o nosso desejo de viver e atente contra a nossa própria sobrevivência.»

Esta sujeição implícita à subjectivação liberal da democracia forneceu a argamassa (mono)cultural para a entronização absoluta da moral capitalista. O capitalismo não se reduz ao reino do mercado e da transacção, mas efectivou-se como uma instituição social – como cultura, formas jurídicas e discursos de *verdade* que produzem subjectividades tecno-capitalísticas –, cujo significado imaginário central é a expansão ilimitada do domínio racional (ou pseudo-racional…). Autores como Horkheimer, Marcuse, Munford, Castoriadis... falam da aplicação absoluta do ideal cartesiano que estabelece como supremo fim humano o alienante controlo e posse da natureza. O que inclui de resto a natureza humana, uma vez que o ser humano não se encontra dela separado e não é invulnerável nem à manipulação da posse nem à escravização… Projecção da *modernidade* à escala planetária e sobre a história global, em menos de três séculos a lógica do Capitalismo e a ideologia liberal delapidaram até à exaustão as reservas naturais. Mas mais do que isso, o projecto «da nulidade ética do Ocidente», como declara a voz do *Comité Invisível*, sustentou-se e sustenta-se na delapidação das reservas antropológicas, constituídas ao longo dos milénios. O colonialismo, a escravização e o extermínio, são as tácticas políticas mais extremas – «centro estratégico da acumulação primitiva», segundo Silvia Federici – para atingir essa miserável meta de instituir um ideal de felicidade...

Cada vez mais diluída num conjunto de instituições (parlamento, partidos e eleições), a democracia foi perdendo o que a define em substância.

Se o Ocidente vive há mais de dois séculos num regime relativamente liberal, não foi por causa desse fetiche do indivíduo autónomo (liberal ou anarco-individualista), da meritocracia ou da substância divina do «povo soberano» ter encarnado na classe regente – por mais que a classe da governação reivindique hipocritamente esta mistificação. Não foi também por causa das ideias expressas por um punhado de filósofos, por mais que a filosofia das Luzes tenha sido «a expressão de certas partes de um novo imaginário», como sublinha o historiador Cornelius Castoriadis. De modo diverso, prossegue o historiador e filósofo grego, «surgiu na vida efectiva da sociedade com as explosões da Revolução Americana, a Revolução Francesa, o movimento operário inglês a partir de 1800». Surgiu das lutas operárias e populares. Porque houve quem não parasse de lutar por um ideal de justiça social e equidade de poder. Porque milhares deram a vida ao longo da história do mercantilismo moderno. Porque milhares de seres anónimos – não filósofos – acreditavam que a liberdade era o nobre fim da política, em oposição ao conceito liberal que postula que o objectivo da política é a felicidade. Este falso dilema da tradição liberal, plasmado na retórica de pensadores como Popper ou Rorty, é, de acordo com Castoriadis, uma «ideia muito perigosa». E justapõe: «Se com efeito o fim da política fosse tornar as pessoas felizes, bastaria votar algumas leis que decretassem a felicidade universal, através, não sabemos bem, da música de Cage, da leitura obstinada dos Upanishad», de *vouchers* para a Disneyland ou da milagrosa *Soma* Huxleyiana. O historiador e animador da revista *Socialisme ou Barbarie*, remata com um exemplo ilustrativo e histórico: «Os dirigentes dos países comunistas estavam dispostos a fazer a felicidade das pessoas ainda que contra elas.»

Qual a melhor forma de governo é a questão a que a filosofia tenta dar resposta desde Platão. Maquiavel, ao que parece maquiavelicamente injustiçado, deu-nos a lição de que o poder governativo não se esgota nem numa concepção autoritária nem idealista, mas que a primeira necessidade do poder é a de que «o governo perdure». Cada vez mais diluída num conjunto de instituições (parlamento, partidos e eleições), a democracia foi perdendo o que a define em substância: a dissolução social de toda a forma de poder de sujeição política, a igualdade radical na participação política e o reconhecimento do poder constituinte como a sua raiz. O projecto da autonomia política, individual e social não advém de uma interpretação filosófica mas está vinculado à história. «Vem de longe, das cidades democráticas da Grécia Antiga, e ressurgiu sob múltiplas formas na Europa Ocidental moderna. Os elementos democráticos que subsistem nas sociedades ocidentais ricas de hoje não são produto do capitalismo, mas resíduos das lutas democráticas dos povos, e muito particularmente do movimento operário», sustenta Castoriadis. A tradição parlamentar representativa não é a única, nem a definitiva, nem sequer a noção central da democracia. A concepção de uma democracia que se reduz ao confronto dos partidos que visam apoderar-se da direcção do Estado, «não é apenas uma concepção restritiva», mas, de acordo com o autor de *La Société bureaucratique,* «uma concepção burocrática da política». Nem a propósito, o filósofo e militante Mario Tronti, comprometido até ao tutano com o marxismo *operaista*, concluiu: «A tragédia protagonizada pelo movimento operário (…) consistiu em ter tido necessidade de um partido político proletário.»

A História contra o Parlamento

Historicamente, a instituição que constitui a origem da democracia moderna, o parlamento, não tem nenhuma origem democrática nem constituinte. Os parlamentos, as *cortes*, eram as instituições estatutárias das ordens medievais enquanto poderes de interlocução com o monarca. O seu aparato estatutário enquadrava as três grandes castas das sociedades europeias desde a Baixa Idade Média, a nobreza, o clero e o terceiro estado, a nascente burguesia. A revolução inglesa do século XVII (e a francesa de 1789) recupera esta câmara de representação destes três poderes separados do resto da população. Em rigor, nessa época que define o enquadramento político da democracia moderna, o poder monárquico e absoluto cede aos interesses da burguesia emergente para lhes atribuir formalidade e legitimidade política através da instituição do parlamento. Legitimidade que vem estreitar os laços que as uniam: estas classes consideravam-se não só as únicas capazes de reger os destinos da nação como também de representar a soberania nacional. Mais, julgavam-se donas do próprio Estado.

A democratização, entre aspas, desta instituição «pseudo-democrática», o Parlamento, que teve uma origem elitista e antidemocrática, dá-se precisamente quando, na transição e dealbar do século XX, um processo de lutas sociais e operárias na Europa e nos EUA veio a desembocar na ampliação do sufrágio ao voto universal masculino e, posteriormente, das mulheres. Um longo trajecto de lutas populares e operárias – e dos primeiros movimentos feministas sufragistas – que carregavam, com os seus equívocos e ilusões, uma visão radical das formas de organizar o poder em sociedade, um modo de entender a democracia que fazia jus à horizontalidade dos poderes, à decisão colectiva e universal.

Porém, seria impreciso historicamente considerar a reivindicação do sufrágio universal como o objectivo orientador do movimento popular e operário. De um modo generalizado, até à segunda década do século XX, a cultura operária continha no seu âmago uma dissensão política e económica radical, no seio da qual a reivindicação do sufrágio constituía apenas um marco processual. Razão bastante – as formas políticas e económicas de ruptura – para que as forças dominantes – o capital e o poder político – se vissem forçadas a incorporar uma representação das classes populares no parlamento para obviar o cisma social, a guerra civil, a latência de processos revolucionários. É arguível que mais de um século de lutas, entre 1789 e 1917, manteve unidas revolução e democracia. «De 1789 à Comuna de 1793, das revoluções de 1830 e 1848 à Comuna de Paris, cada episódio revolucionário pareceu radicalizar o pressuposto do anterior», deduz o historiador espanhol Emmanuel Rodríguez. Nessa longa *Noite dos Proletários*, as liberdades civis e políticas foram-se acrescentando umas às outras porque «provinham de um espectro social que havia irrompido na esfera política (…), esse fantasma não era mais que a revolução enquanto passo necessário (...) de instituir a república capaz de incluir a voz de todos aqueles que até aí não a haviam tido», conclui o autor de *Hipótesis Democracia.* Recordemos que as máximas inspirações teóricas destas correntes multiformes e destas lutas populares que incluíram a reivindicação do sufrágio nas suas lutas, Proudhon, Bakunin e Marx, consideravam que essa «representação» parlamentar não passava de uma forma de justificar e legitimar o governo autocrático da «burguesia».

Historicamente, a instituição que constitui a origem da democracia moderna, o parlamento, não tem nenhuma origem democrática nem constituinte.

De modo diferente do governo do povo que a raiz da palavra democracia subentende, o representante eleito na democracia liberal é muito mais do que um mero *representante* dos seus votantes. Representa algo mais abstracto, tão

abstracto (e absoluto) cuja apreensão se foi esbatendo com o passar do tempo, sobretudo com a hegemonia monolítica do discurso liberal, até se ocultar em projecções fantasmagóricas como «soberania nacional», «soberania democrática», «Estado de Direito»… Este poderoso fetichismo taxonómico reivindicado para justificar a democracia liberal é, de acordo com toda a tradição liberal até aos nossos dias, uma instância transcendente, herdeira dos poderes do monarca.

A soberania política que devia residir em cada ser humano e em cada um deles é entendida como uma categoria de poder transcendente, uma alquimia que a torna numa categoria única e indivisível, omnicompreensiva, qual *vontade geral* (Rousseau) que vem a encarnar em exclusivo na boca da elite que governa, desse modo entronizada como os únicos e legítimos porta-vozes (e porta-fogos) dessa *vontade geral – vontade geral* que passa a confundir-se com os interesses gerais, por sua vez também os únicos e legítimos do Estado. A soberania política é assim não apenas mediada (representada), mas o seu poder é transferido (extorquido) em absoluto de cada ser para uma classe regente. Fiéis depositários da tradição liberal da classe regente (e, por sua vez, do poder de suserania), a actual classe profissional governativa e parlamentar, sem excepções, passa a estar investida do uso de um poder soberano que não corresponde nem à dignidade nem à soberania de cada ser humano, nem à *arché* política que este carrega, aquela que, em teoria, está no fundamento da soberania democrática.

Democracia directa, uma tradição herética

A esta falsificação histórica da *Democracia* opõe-se a tradição da democracia directa. Nesta visão, a palavra autogoverno e, com não menos motivo, soberania, são redundantes entre si. Na democracia directa não é necessário invocar leis transcendentes por de cima do corpo social. Uma tradição de dissenso com o poder dominante que era expressão de um poder político directo e auto-empoderado, não de uma representação deste. «O que se traduziu», sempre Castoriadis, «por aquilo a que devemos chamar formas de criação social – e não de experimentação –, como a constituição dos primeiros sindicatos, das associações mutualistas, das cooperativas». Isto é, uma classe que «não poderia ser apenas um movimento de contestação da ordem estabelecida (…) mas um movimento de auto-organização, uma auto-instituição positiva». Experiências históricas que se estenderam da Comuna de Paris aos sovietes de 1905-1917, aos conselhos revolucionários de 1919-21 na Alemanha, à autogestão da Revolução Social Espanhola em 1936, ao comunitarismo e experiências de autogoverno da Revolução dos Cravos. Tudo criações humanas, *historicizadas* a custo da auto-determinação e da coragem, da imaginação e da cooperação. Uma ética política, herética e antiburocrática, que não vingou no tempo, não por defeito próprio, mas por ter enfrentado a lei da bala, da bomba e da traição. Uma cultura emancipatória e progressista que foi subjugada pela violência e a coação organizadas politicamente pelas forças do capital e pelas classes hegemónicas liberais, mas também neutralizada pela burocratização das lutas levada a cabo pelas vanguardas marxistas, esquerdistas e anarquistas.

> Todos esses democratas (não conhecemos excepções) tratam a democracia liberal como uma obra acabada das formas de organização política da sociedade.

Há outra questão raramente problematizada. No seio destas lutas populares pulsava ainda uma visão ética da vida social inspirada numa cosmovisão absolutamente heterónoma aos valores da classe do poder. Ao analisarmos a pujança da cultura popular durante a Revolução Espanhola ou a Revolução dos Cravos, percebemos que os valores presentes nestas lutas eram irredutíveis aos ideais de vida da classe hegemónica, materialistas e individualistas, de matriz hierarquizante, propensos à escala relacional não-humana e anti-ecológica, produtivista e de cariz providencialista-consumista. Ao fim ao cabo, populações que não apenas lutavam por um ideal secular de comunalidade, de auto-suficiência económica e de reciprocidade, que valorizavam os bens imateriais e espirituais, que transformavam a acumulação na partilha colectiva, na festa e no folclore, mas que no caso particular da Ibéria, alimentaram (até hoje) uma concepção do usufruto colectivo dos bens e dos recursos, relutando por preservar uma sólida herança de deliberação e decisão soberanas, reflectida no duradouro costume das assembleias de compartes ou na instituição do conselho aberto. Enfim, populações, tantas vezes vilipendiadas pela própria vanguarda militante, mas que pareciam incólumes à miséria das promessas do capitalismo cognitivo… Uma perspectiva histórica e uma lição de soberania das sociedades ibéricas ao nível político, económico e ético, que nos parece crucial para superar a promessa capitalista e traçar cosmopolíticas em devir-esperança. A teoria militante, toda ela, não está isenta de responsabilidades na invisibilização desta verdadeira cultura soberana e autónoma. O imaginário militante, tanto marxista como anarquista, colonizado pela ideologia do Progresso, foi enviesado pela narrativa de um paraíso terrestre de abundância material, pelo culto da racionalidade instrumental e por uma concepção antagonista do poder. Cantos de sereia que concorreram para a conformação de um paradigma de existência afim à subjectividade alienante, materialista, dependente, providenciada e estupidificante do capitalismo terminal, que quase elidiram das sociedades uma herança heterogénea, auto-determinada e comunalista, com milénios de história, onde liberdade política e autonomia económica constituíam marcos matriciais.

É por tudo isto que somos levados a concluir que a democracia (liberal) é um campo de tréguas depois de aqueles que almejavam revolucioná-la terem sido derrotados. Castoriadis: «Se hoje vivemos sob um regime liberal, não é porque esse regime foi outorgado pelas classes dominantes. Os elementos liberais presentes nas instituições contemporâneas são os sedimentos das lutas populares no Ocidente desde há séculos, lutas que começam com os combates travados desde o século X pelas comunas visando obter um relativo auto-governo. Se hoje constatamos uma atrofia das lutas, ninguém pode dizer que se trate do estado definitivo da sociedade. Não há nem haverá jamais estado definitivo da sociedade». A assunção desta inverdade «do estado definitivo da sociedade» é aliás um poderoso elemento – quiçá o mais profundo e determinante – de legitimação do regime democrático liberal, contribuindo para espalhar o conformismo e a descrença ao render-se à trama dominante dos coveiros da criação histórica humana e ao divinizar a democracia liberal como um absoluto inultrapassável. Com «a certidão pra nascer e a concessão pra sorrir» (Chico Buarque). O caricato é que encontremos nessa equação, que semeia a resignação e a incredulidade face à forma liberal da política, uma variável improvável: a classe política da esquerda.

É neste ponto que a discussão à esquerda termina de imediato, como aconteceu àquele leitor que com uma só palavra desferiu uma crítica radical ao sistema liberal que, presume-se, elege «cus de boi"» Embora com argumentos distintos, na prática, os defensores do socialismo de Estado e os democratas liberais têm algo em comum, para lá do monopólio de um exército e da violência do Estado. Ambos acreditam que têm a ciência e a legitimidade de decretar o que é bom para o resto da sociedade. Os primeiros sem sofismas e através do totalitarismo ostensivo; os segundos fazendo crer que, quando falam e agem em nome do «povo soberano», fazem-no pelo povo. Mais uma vez, ambos entendem a política não como uma acção que visa a liberdade política de todos e de cada um, mas a felicidade do outro e da sociedade como um todo. Pese embora, prossegue o filósofo grego, «nós nunca teremos a ciência do que é bom para a humanidade. (…) Se houvesse uma, não seria a democracia que deveríamos procurar, mas antes a tirania daquele que possuísse essa ciência.»

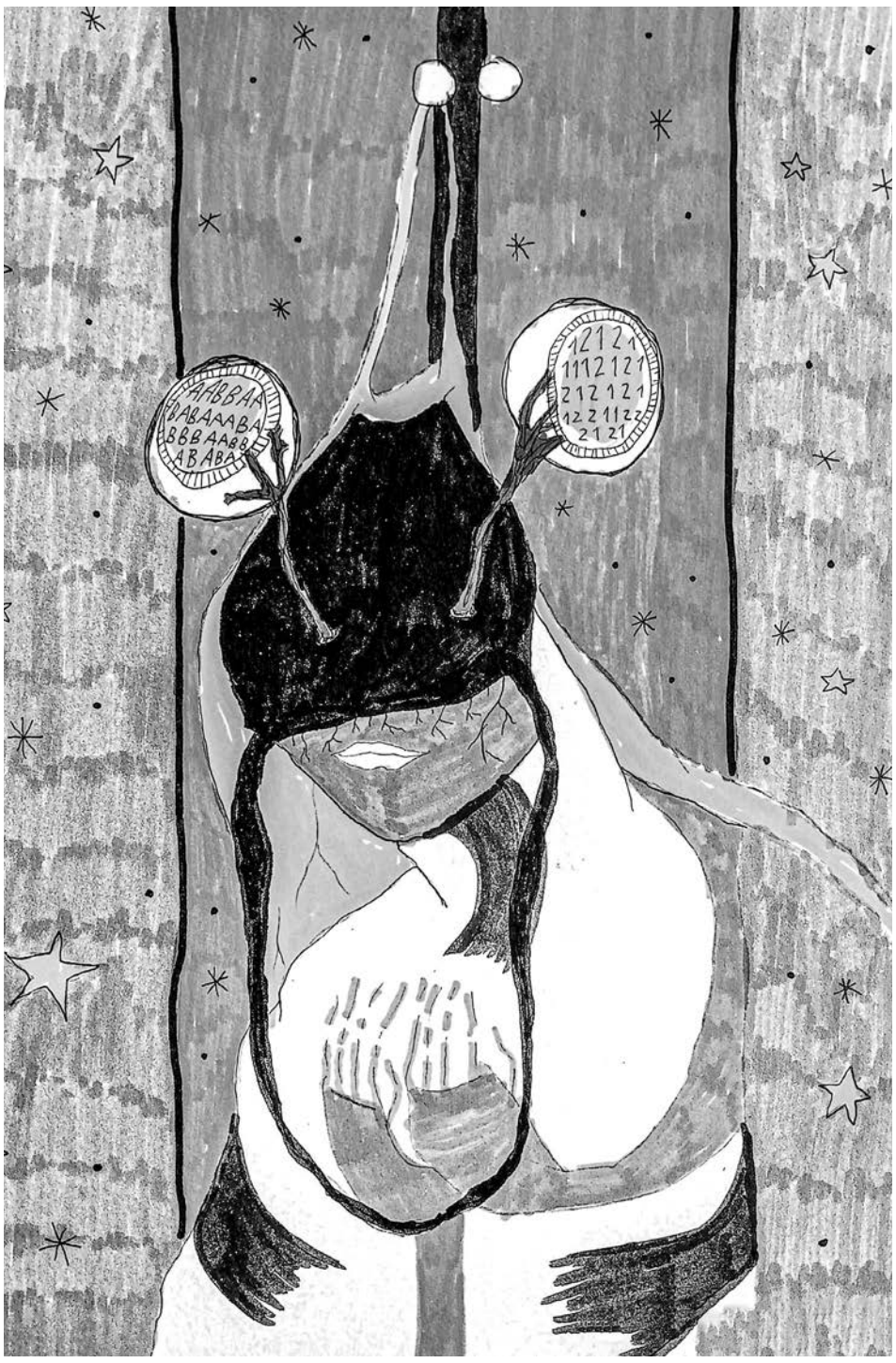
> Para embaraço da esquerda partidária, a crítica ao regime parlamentarista e partidário tem um resoluto e insuspeito defensor: Marx.

Para embaraço da esquerda partidária, a crítica ao regime parlamentarista e partidário tem um resoluto e insuspeito defensor: Marx.[2] Além da crítica à promessa capitalista, é indispensável o regresso de uma crítica à promessa liberal. Não ficar submetido à lógica liberal do poder e da sua dialéctica é abandonar a noção de que a política é a arte de governar e do domínio. Não são leis naturais ou divinas, nem «as inextricáveis leis do materialismo dialéctico» marxista, nem mesmo, como objecta Castoriadis, «a falsa asserção de que os homens foram criados iguais» que podem justificar a igualdade política, porque «a igualdade é uma criação dos homens ao agirem politicamente». Dos homens e das mulheres e de todos os seres que entrem na luta pela liberdade política, dispostos a agirem politicamente *na história*, pensando, construindo e preservando o comum numa base horizontal e igualitária de decidir.

1 A versão integral da Parte II, incluindo as notas e referências bibliográficas, pode ser consultada em breve no *site* do Jornal MAPA.

2 Para uma crítica política ao sistema eleitoral e partidário, em particular aos partidos de esquerda, ver versão integral no Jornal MAPA *online*.

Violência Cistémica e Luta TransFeminista



DANIELA BENTO
ILUSTRAÇÃO **KALI**

Entender o que é violência é um exercício complexo. Não porque o seu significado seja dúbio para uma parte da sociedade, mas porque existem inúmeras formas de violência que não são entendidas como tal. Fala-se de violência física, psicológica, sexual. Já se fala em violência institucional, estrutural, simbólica e sistémica. Falamos, também, de micro agressões e violência normalizada. Porém, o que me traz a estas palavras é outro tipo de violência: a «cistémica». Este modelo de violência é atravessado por todas as violências anteriores, mas de uma forma sistemicamente irreconhecível. E, como tal, tratada de uma maneira enviesada e abstrata. Todavia, as suas consequências práticas são diversas e incontáveis. Mostrando-se de algumas formas, mais ou menos, já conhecidas: transfobia, transmisoginia, cissexismo, …

Quero ir mais longe. Quero estabelecer relações que vão para além destas formas. O «cistema» (sistema «cis-exlusivo») é uma forma organizacional, uma forma de construir o mundo sobre uma visão binária, eurocentrada, colonial, cissexista e cisnormativa. É uma construção que se apoia no patriarcado e nas suas variadas estruturas de poder. A violência «cistémica» é então resultado deste «cistema» e da sua forma de construir o mundo. Entender esta violência é a base para compreender como desconstruir o seu contexto e a sua forma de atuar na sociedade. E, sem lhe retirar significado, perceber como opera é também combater as suas consequências mais e menos imediatas.

O «cistema» exerce controlo sobre a forma como determinadas vivências, experiências e corporalidades são construídas dentro desta sociedade. Transforma estas construções para que sejam vivenciadas dentro do sistema e nega a sua existência primordial. Identidades e corporalidades são atiradas para as margens, para a violência, para o apagamento e invisibilidade. O «cistema» não só dita como são estabelecidas as relações entre as pessoas e de que forma o seu poder é sustentado por um determinado grupo de pessoas (cis), mas também a forma como a história é continuamente escrita e reescrita para apagar estes corpos. Este apagamento não acontece só nos livros do passado e no conteúdo que se produz para o futuro, mas também em todas as estruturas sociais que o sustentam, desde a garantia da autonomia e auto-determinação, à sociedade, à cultura, à saúde, à educação, ao trabalho…

A formulação das palavras «cistema» e «cistémica» potencia a clarificação e dá nome a uma estrutura que está embutida em cada ação do nosso dia. O nosso modelo de pensamento é influenciado por este registo, não nos permitindo simpatizar com facilidade com outras realidades. O discurso científico e o discurso do natural são usados como justificativos para estes mesmos processos discriminatórios. A ciência é, sem dúvida, uma entidade fulcral para a manutenção do «cistema», tal como o é para outras formas de opressão.

É importante clarificar a violência «cistémica»

A transfobia e o cissexismo moldam a forma como a violência atinge pessoas trans, não-binárias e de género diverso. A cisnormatividade molda a forma como as tecnologias de género são aplicadas a toda a população. A violência «cistémica» pode-se resumir à aplicação do «cistema» num dado sistema vigente. E porquê afirmar «violência cistémica»? Porque as vivências dissidentes estão fora deste sistema «cis-exclusivo» de uma tal forma que grande parte da nossa sociedade nem sequer coloca a hipótese de existirem. A «cis-exclusividade» é estrutural e deste modo, pessoas cis não se reconhecem como tal, porque, na sua perspetiva, não existe nada para além das formas de construir sexo/género que lhes são impostas pela cisnormatividade. Quero dizer que, neste sentido, a violência «cistémica»

passa pelo total apagamento de tudo o que está fora da norma cis/binária. Não se trata apenas de dizer que pessoas trans, não-binárias e de género diverso são pessoas de segunda categoria ou doentes. Trata-se de afirmar que, desde esta perspetiva, estas pessoas não existem de todo.

Concretizando a violência «cistémica»

Como transversalmente a outras violências, na violência «cistémica» encarna-se a física, psicológica, sexual, institucional, estrutural, simbólica, as microviolências e a sua normalização, mas aplicada a um modelo «cis-exclusivo». Neste contexto, o conceito de normatividade não existe, porque no «cistema», essa prática é intrínseca ao próprio modelo. A normatividade passa a existir quando questionamos e tentamos desmontar estas formas de construção social. Passa a existir quando nomeamos o «cistema» e a cisnormatividade. Deste modo, a noção de identidade choca com a realidade exterior.

O cistema (sistema cis-exlusivo) é uma forma organizacional, uma forma de construir o mundo sobre uma visão binária, euro centrada, colonial, cissexista e cisnormativa.

O debate público (e não só) continua a ser sobre «se nós existimos e porquê». Esta é uma forma muito clara de entender o «cistema» como organização excludente em relação às identidades dissidentes. Um debate, muitas vezes dominado por argumentação científica, bastante questionável, minando a possibilidade de debater políticas concretas para a diversidade. De uma forma mais geral, a nossa existência não tem valor político e social, pois não existimos. Neste sentido, por exemplo, o intenso debate sobre o reconhecimento de identidades trans, não-binárias e género diverso pelo Estado está influenciado por esta argumentação trans-exclusiva, negando a possibilidade de avançar com leis que sejam realmente inclusivas e que rompam com o «cistema». O *status quo* de pessoas cis não é questionado e, muitas vezes, até é a estas que cabe a validação da nossa existência. Mais do que invisibilidade é não existir.

Da mesma forma, o engajamento de dissidências de género nos espaços feministas é, muitas vezes, conseguido à custa de promover o debate sobre a nossa própria existência. É frequente a discussão académica em nosso torno, como se nós só nos materializásse-mos num grupo após o consentimento da academia. Trata-se, muitas vezes, de discussões que não nos incluem ou, quando incluem, nos obrigam a ter de estar numa posição de defesa permanente. Ou, infelizmente, usarem-nos como forma de manter o *status quo* da inclusividade sem realmente apelar a práticas transformadoras destes mesmos espaços.

Não é só e apenas uma questão de debate político, é uma questão de vivência e sobrevivência de muitas pessoas vítimas de uma sociedade «cis-exlusiva». Vidas contam e não há vidas inválidas nem experiências que não existem. Há vidas e experiências.

O direito à identidade é um Direito Humano essencial, o direito a existir e a ter uma vida plena. De facto, a nossa identidade é a primeira forma de existir que é negada. Negada, muitas vezes, pela família, pelas pessoas próximas, pelos nossos círculos de amizades…

Os problemas e dificuldades que pessoas trans, não-binárias e de género dissidente enfrentam dentro do «cistema» são imensas. A primeira etapa é a falta de reconhecimento da nossa existência, entrando no debate anteriormente referido. A segunda etapa é a violência perpetuada sobre diversas formas de exclusão social, de não dignificação da vida e do próprio atendado contra a vida. A terceira etapa passa pela luta pela conquista de direitos essenciais e basilares. A segunda etapa conecta-se com a terceira através de políticas concretas que tenham um efeito visível na melhoria das condições de vida da comunidade. Não obstante, é importante referir que esta violência atravessa todas as áreas de vida: o direito, a família, a sociedade, a educação, a saúde, a justiça, o trabalho, a política, a economia e a própria construção linguística.

Sabemos que o direito a ser e ao reconhecimento ainda é uma batalha em muitos territórios, colocando a comunidade numa situação de fragilidade estrutural pois condiciona o método de construir políticas públicas concretas: se não existimos, como construímos políticas que nos defendam? Também, muitas vezes, a nossa comunidade é identificada de forma patológica e consequentemente o trato social acompanha essa visão. A nossa identidade é resultado da doença, da malformação congénita, da perturbação e outras variantes médicas. Assim, nunca somos verdadeiramente quem somos, mas sim resultado de uma síndrome que a medicina pretende corrigir. O acesso à saúde é então vinculado por este processo de normalização das identidades/corporalidades. Os corpos diversos têm de ser invisíveis à sociedade, pois nós devemos ser invisíveis. O reconhecimento da existência destes corpos é um atentado à estrutura patriarcal binária em que vivemos. Esta visão binária e normativa tem também implicações no acesso ao trabalho, pois o alto índice de discriminação e pressão social leva estas pessoas a ter dificuldade em manter e/ou procurar um trabalho. O nível de assédio, a gozação, a descredibilização, a infantilização, a agressão são algumas formas bem reconhecidas de violência nestes espaços. Este processo leva à espiral da exclusão social, a falta de rendimento e estrutura económica, dificulta a manutenção de condições mínimas de sobrevivência. A falta de confiança na justiça, que também tem funcionado como mecanismo de controlo, dificulta a reivindicação de melhores condições de vida. Uma justiça que por norma é transfóbica e se limita a negar a existência da violência «cistémica». Poderia dar vários exemplos de experiências marcadas pelo *cistema*, mas acredito que entender onde estamos neste momento já é um passo para reflexão futura.

A violência cistémica passa pelo total apagamento de tudo o que está fora da norma cis/binária.

É bastante clara a necessidade da construção de políticas públicas efetivas, mas também a necessidade de promover uma mudança de paradigma social. Penso que a criação de reformas não é suficiente (pois promove o assimilacionismo ao não haver uma crítica de base trans-inclusiva e interseccional), mas é necessária uma revolução política que abrace a transformação das estruturas sociais e institucionais.

A luta transfeminista passa então também pela crítica e luta contra o «cistema». Entender a violência «cistémica» é não só compreender a transfobia, o cissexismo e a cisnormatividade, mas também a forma organizacional desta sociedade em particular. É entender a «cis-exclusividade», bem como os mecanismos e tecnologias de género que condicionam a sociedade de uma forma proeminente. Partindo de uma realidade na qual pessoas trans, não-binárias e género diverso não existem, a luta transfeminista não é só uma provocação ao «cistema», mas também uma forma de prática de transformação social, movendo a diversidade e as narrativas dissidentes das margens para o centro. Não um centro que coexiste com o tecido social que agora existe, mas com um novo que seja verdadeiramente inclusivo, igualitário e interseccional.

É neste sentido que acredito que a luta transfeminista é uma revolução inclusiva e interseccional. As mudanças estruturais colocam-nos numa posição de fragilidade, de medo e insegurança, mas pelo bem da coletividade e de todas as pessoas: a revolução é necessária.

Humaniza(cão)
Exterminando o Errante defendendo o Puro!

FARRUSCO RAFEIRO
ILUSTRAÇÃO **MIKY MORGADO**

O Cão Cidadão

Em 2017, a lei estabeleceu um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, sendo-lhes reconhecida uma vida e liberdades próprias. Esta humanização do cão não alterou a portaria nr.º 1427/2001, que os classifica segundo a sua utilidade, descrevendo-os como «animal destinado a ser possuído pelo homem para seu entretenimento e como companhia». O cão passou a ser reconhecido juridicamente como ser vivo, dotado de sensibilidade, deixando de ser identificado como «coisa», mas a ética institucional aprova e reconstrói fielmente a moral franciscana da fábula do Lobo de Gúbio, o feroz selvagem que, domesticado, deixou de atacar o rebanho do «Senhor».

Especismo

Grupos de amigos dos animais comem bifes para salvar cães e gatos. Os criadores defendem a procriação de animais de raça como método de conservação. Cidadãos que batem palmas a leis de proteção dos animais domésticos orgulham-se da tradição das touradas, tornando o mundo animal num produto a defender. Para os «Amigos dos Animais», existem as raças e só depois os «outros», que enfrentam um processo de eugenia (termo criado depois do «abolicionismo» da escravatura para defender a superioridade do homem branco). Hoje, os registados cães de raça muito pouco guardam dos genes da raça original e são animais com problemas genéticos que comprometem o seu bem-estar constantemente, encurtando a sua esperança média de vida.

A raiva de grupos de «resgate animal», numa ira... de incompreensão redutora dos animais, criada e lançada pelos moralistas animalistas, ficou bem demonstrada nas reações ao fogo em Santa Maria da Feira, que vitimou 73 animais e revelou sequestros de animais com registo e as péssimas condições de canis que se assemelham a campos de refugiados. Colocou também em evidência a hipocrisia dos amigos de cães e gatos que os utilizam para se promoverem, venderem produtos e soluções egocêntricas e especistas. A perseguição a ciganos e a criadores sem licença, por grupos de resgate animal com colaboradores da extrema-direita, apoiados legalmente por elementos de partidos com assento parlamentar, deixa também claro o perigoso caminho que está a ser tomado pelo movimento de defesa dos animais.

As leis de bem-estar animal mantêm os animais dominados pelo e para o conhecimento humano, para que este os possa explorar. No início da Pandemia, o slogan «Vai tudo voltar ao normal» dava esperança, mas os *Amigos dos Animais* vieram relembrar, no final do confinamento, a obrigação de coleira e a proibição de alimentar animais errantes. Talvez se possa compreender melhor a necessidade de se discutir o especismo se analisarmos a vida animal a partir do ponto de vista do opressor e não das lágrimas dos oprimidos.. Entre os humanos, os principais beneficiados do movimento abolicionista, os escravos, ainda lutam contra a invasão, domínio e exploração. Quanto tempo, ou o que será necessário, para que os animais deixem de ser conformados a estas formas legais, abolindo-se a desigualdade, assente na discriminação?

O Primeiro de Maio no Algarve: entre a política e a primavera

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

O 1.º de Maio foi celebrado como Dia do Trabalhador em Portugal, pela primeira vez, em 1890, após decisão do Congresso Internacional de Paris de 1889, que escolheu a data em homenagem aos trabalhadores de Chicago que morreram a lutar pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Mas, antes desta data, o 1.º de Maio era já um dia em que não se trabalhava, de celebração da chegada da Primavera e de um novo ciclo agrícola.

No Algarve, as pessoas cultivavam práticas que variavam de localidade para localidade, como apanhar flores amarelas nos campos – as maias –, fazer piqueniques, organizar cortejos com crianças ou jovens vestidas de branco e adornadas com flores – a quem também chamavam «maias» ou «maios» -, participar em bailes decorados com motivos florais ou construir bonecos de palha ou trapos velhos, «maios» (se se tratasse de uma figura masculina) ou «maias» (se se tratasse de uma figura feminina).

A forma como o 1.º de Maio foi sendo festejado ao longo das décadas foi variando contextualmente, agregando, em muitos casos, elementos da festividade operária e da primaveril.

Do campo para a cidade

Durante a Primeira República, em várias localidades do litoral algarvio, o dia começava com o desfile de uma banda filarmónica, que percorria as ruas da cidade, entrando por vezes em sedes de associações ou organizações operárias para troca de cumprimentos, bem como para tocar o hino operário e agregar os trabalhadores associados ao cortejo. No final do percurso, ainda de manhã, o cortejo dirigia-se ao cemitério da localidade, levando coroas de flores para homenagear operários ou militantes falecidos; muitas vezes, durante a tarde, grupos de amigos ou famílias deslocavam-se ao campo ou à praia para fazerem piqueniques e merendas. À noite, as pessoas reuniam-se num dos grupos recreativos da zona para assistirem a comícios organizados por sindicatos. Ouviam-se então discursos de reivindicação das 8 horas de trabalho diário, do aumento do salário, do acesso à educação, de melhores condições de trabalho, das liberdades de reunião e associação ou da protecção de mulheres e crianças. O dia acabava com bailes em que se cantava e dançava até altas horas. Normalmente, os locais onde decorriam estes eventos eram decorados com flores.

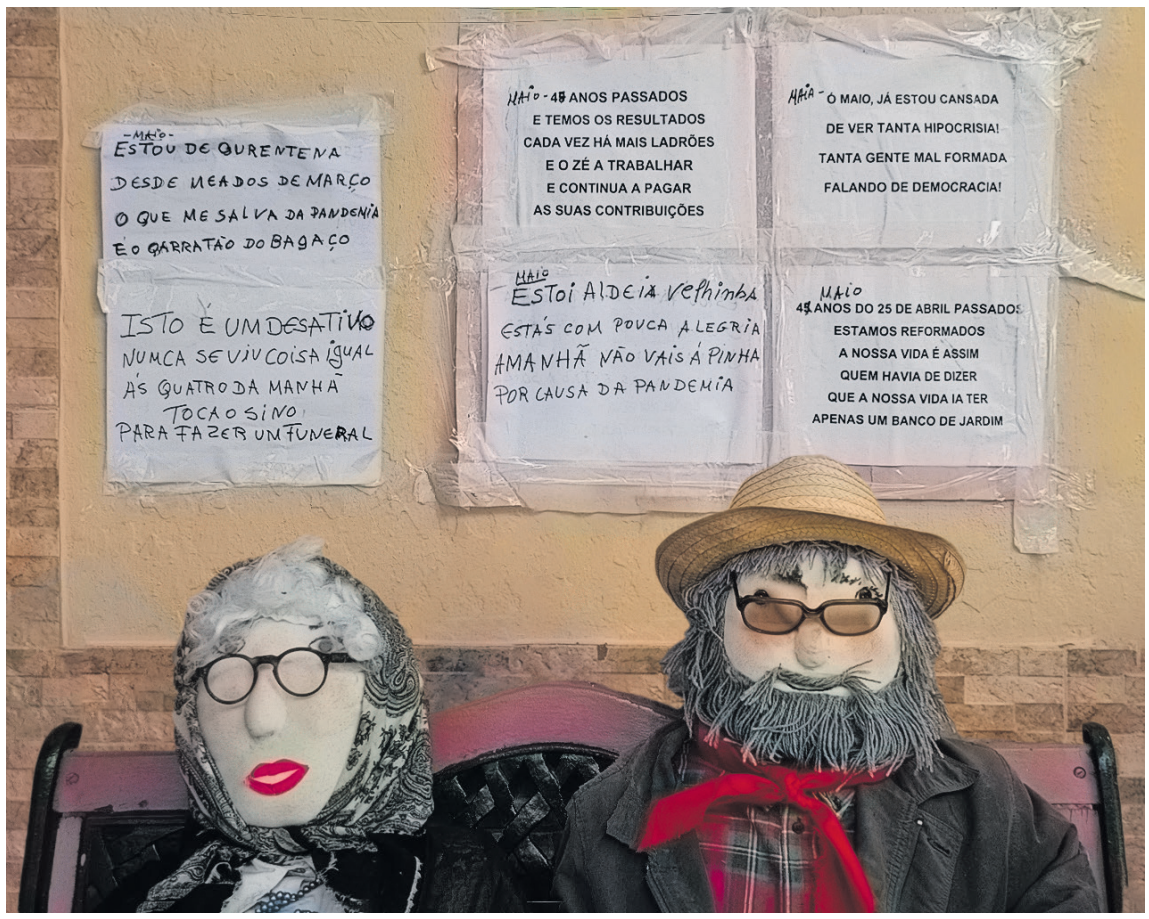
Esta mistura de elementos primaveris e políticos terá sido imposta pelas bases populares que participavam nestes eventos. Inserido num projecto ideológico eminentemente urbano, o 1.º de Maio operário integrava práticas culturais de origem camponesa familiares aos novos migrantes, que vieram dos campos para as cidades do litoral, para trabalhar nas recentes indústrias da pesca e das conservas.[1]

> A forma como o 1.º de Maio foi sendo festejado ao longo das décadas foi variando contextualmente, agregando, em muitos casos, elementos da festividade operária e da primaveril.

Por outro lado, ao Partido Socialista de então, principal órgão responsável pela organização dos festejos do Dia do Trabalhador neste período, seria vantajoso aproximar a celebração política ao festejo da Primavera, cativando essas bases e dando-lhe um cunho festivo e pacífico, que a afastava das organizações também presentes na altura, de anarquistas e antiautoritários, que preferiam acções ilegais, ou mais subversivas, e greves gerais.[2]

Maio, o mês de Maria

No início do Estado Novo, o 1.º de Maio é descrito como a festa do trabalho. O discurso é veiculado de acordo com as orientações emitidas pela FNAT



(Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), que tinham como objectivo representar os trabalhadores como pessoas pacíficas e ordeiras e «eliminar toda a referência à oposição entre classes, ao internacionalismo proletário e aos valores culturais democráticos ou de esquerda».[2]

Porém, mais tarde, o Estado Novo tentou separar a data política da primaveril, combatendo a primeira e permitindo a continuação da segunda. Até 1952, continuaram a realizar-se os piqueniques, os passeios no campo e os bailes populares, entre outras práticas, como as Maias, bonecas ou jovens enfeitadas de flores.

Entretanto, registam-se claras tentativas de apropriação do discurso sobre as festas de Maio, resgatando-as quer do paganismo quer do socialismo, para as aproximar ao Catolicismo – Maio, mês de Maria – e à unidade nacional. Depois de várias tentativas de apropriação do 1.º de Maio, o Estado Novo impôs a proibição de todas as celebrações, incluindo as de carácter mais lúdico. O Decreto-Lei de 4 de Janeiro de 1952 aboliu os feriados municipais e as liberdades regionais das comemorações do 1.º de Maio. O dia 1 de Maio passaria, então, a ser um dia de trabalho.

Todavia, nesse ano, muitos foram os trabalhadores que decidiram folgar e participar nos habituais convívios e piqueniques nos campos. Vários foram os locais de trabalho em que houve uma espécie de greve espontânea nesse dia, em especial nas indústrias ligadas à construção civil e à tipografia.

A década de 50 marcou uma viragem na forma como o Estado Novo passou a reprimir as festas de Maio. Ao aproximar-se a data, o aparato policial reforçava a vigilância nos locais de trabalho e nas ruas, impedindo ajuntamentos de mais de três pessoas nos passeios, principalmente nos contextos reconhecidos como sendo mais «irrequietos». Em geral, houve uma certa resistência ao abandono das práticas festivas desta data, que continuaram com algumas adaptações. Muitas pessoas não iam trabalhar, faziam minutos de silêncio, interrompiam a produção, ou organizavam protestos mais ruidosos. Em muitos locais, os festejos passaram a obedecer a formas mais simbólicas ou codificadas, mas reconhecíveis entre as comunidades operárias, como o uso de gravatas vermelhas, flores à lapela, traje de domingo ou jantares de grupo.[2]

No Algarve, os bonecos maios continuaram a ser construídos e colocados no espaço público. Em geral, eram feitos de uma forma muito simples e representavam um homem embriagado. Colocados nas açoteias, varandas ou à porta da casa das pessoas, eram acompanhados por um garrafão de vinho ou aguardente e um prato de caracóis ou frutos secos. Aquela cena representaria o que no Algarve se entende por «atacar o maio» ou «matar o bicho», um hábito que correspondia a, logo pela manhã, beber um cálice de medronho ou aguardente e comer um figo seco, para dar sorte para o resto do ano.

Num documento de 2015, Manuel Pereira, membro da direcção do Futebol Clube de Bias, clube responsável pela revitalização das festas dos maios nos anos 1980, indica que o costume da construção de bonecos em Olhão teria sido reprimido pelo Estado Novo: «Antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, estas manifestações populares de carácter profano eram pouco viáveis. De facto, as autoridades reprimiam este ritual, na medida em que apresentava duras e jocosas críticas ao regime de ditadura de Oliveira Salazar, e depois de Marcelo Caetano. Mas, ainda assim, no passado era possível ver alguns maios pendurados, como se faz com o Pai Natal, nas fachadas de várias casas dispersas no campo».[3]

Adormecimento e revitalização das festas primaveris

Após o 25 de Abril de 1974, a Junta de Salvação Nacional proclamou o 1.º de Maio como feriado oficial e consagrou-o como «Dia do Trabalhador». Nos anos seguintes, as práticas primaveris parecem ter sido postas em segundo plano, para se favorecer a celebração de um 1.º de Maio militante e declaradamente político. Ocorreram, então, diversas manifestações nas principais cidades do Algarve e actos comemorativos organizados por sindicatos em toda a região, que incluíam actividades desportivas e culturais, e festividades populares.

O espaço rural do Algarve encontra-se, ainda hoje, numa fase de transição, marcada pelo declínio da hegemonia da agricultura e pelo surgimento do espaço rural como espaço de consumo, orientado sobretudo para o turismo e para o lazer.

Após alguns anos de um certo «adormecimento» das práticas associadas aos festejos primaveris, estas foram sendo reavivadas a partir da década de 80 por associações locais, juntas de freguesia ou autarquias. No sotavento algarvio, a construção de bonecos, que durante o Estado Novo era feita de forma espontânea e considerada marginal ou desmazelada pelas instituições de poder, e que no pós-25 de Abril estava praticamente extinta, foi reavivada por uma associação desportiva, o Futebol Clube de Bias em 1984, recuperando, conscientemente, práticas de sociabilidade e elementos discursivos que conjugam as vertentes política e primaveril do 1.º de Maio algarvio. O clube de futebol convidou as pessoas a fazerem os seus bonecos e a colocá-los ao longo da Estrada Nacional 125 (EN125), no troço localizado entre Bias e Alfandanga, na freguesia de Moncarapacho, Olhão, acompanhados por cartazes com versos de crítica social. A partir dos anos 2000, outras localidades (como Fuzeta, Estoi, Montenegro, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Vila Nova de Cacela, Alte e Manta Rota, entre outras) decidiram replicar esta prática e adaptá-la aos seus contextos.

Mais recentemente, as festas dos maios sofrem um processo de institucionalização que supõe o apoio à sua realização por parte de entidades estatais do poder local. Por um lado, esta dinâmica poderá explicar-se através da presença de um Estado social mais forte que, imediatamente após o 25 de Abril, terá permitido melhorias gerais nas condições de vida da população, incluindo o apoio ao associativismo local.[4] Por outro lado, é também neste tempo que a agricultura perde a sua hegemonia sobre a utilização do território algarvio. A partir deste momento, o espaço rural ganha novas funções, abraçando actividades como a produção agrícola intensiva, a silvicultura, a protecção ambiental e a conservação da natureza, mas também actividades associadas ao turismo, ao desporto, ao lazer e ao património. Por outras palavras, o espaço rural do Algarve encontra-se, ainda hoje, numa fase de transição, marcada pelo declínio da hegemonia da agricultura e pelo surgimento do espaço rural como espaço de consumo, orientado sobretudo para o turismo e para o lazer.[5]

«Democracia é não haver nem ricos nem pobres»

Nos últimos dois anos, devido ao contexto pandémico, a celebração dos Maios foi cancelada. Apesar disso, algumas pessoas decidiram construir os seus bonecos e colocá-los na via pública, com os seus dizeres críticos da situação política actual.

Conceição Morais, natural de Estoi, já constrói os bonecos há dezenas de anos. Costuma colocá-los em diversos pontos do centro da localidade, bem como à porta da sua casa. Tem cerca de dez bonecos que vai refazendo a cada ano, com novas roupagens e novos dizeres. Este ano, Conceição colocou um par de maios, representando um casal idoso, em frente à sua casa. A crítica incidia sobre o contexto político actual. A seu ver, a situação deveria, hoje, ser bem diferente: «O 25 de Abril trouxe-nos uma esperança.» No entanto, «já passaram 47 anos e continua-se a ver as desigualdades.» Por isso decidiu escrever nos seus cartazes frases como estas: «Chamam a isto de democracia/Mas é pura hipocrisia/Os factos estão provados/A corja de ladrões/roubam aos milhões/e nunca serão condenados.» E, em entrevista, remata: «Há uma grande disparidade de riqueza. O Estado tira tudo àqueles que menos têm, aos grandes não tira.» Para si, «Democracia é não haver nem ricos nem pobres».

A sua motivação para querer participar na festa tem como base o grande prazer que sente a expressar as suas ideias a cada ano que passa, através dos dizeres e da construção dos bonecos. Testemunha também com agrado a reacção das pessoas que vêem os seus maios e que se identificam com o que escreve. Mas, sobretudo, Conceição afirma que participa nas festas porque «amo as tradições e como amo profundamente a minha aldeia, o lugar onde estou, comecei a fazer e aquilo dá-me um certo gozo».

As tradições, tantas vezes olhadas como costumes imutáveis, cristalizados e virados para o passado, traduzem-se, afinal, como no caso das festas dos maios, em práticas em permanente relação com a realidade que as rodeia: são dinâmicas, sofrem contaminações de outras práticas, e dependem do contexto de onde emergem. Nesse sentido, estas práticas são inventadas constantemente, relacionando-se, mais do que com o passado, com o momento presente em que decorrem e com os desejos que as pessoas têm de futuro.

1 Fernando Catroga, 1989, «Os primórdios do 1.º de Maio em Portugal: festa, luto, luta», in Revista de História das Ideias, Vol. 11, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 445-499.

2 Carlos da Fonseca, 1990, O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990), Edições Antígona.

3 Manuel Pereira, 2015, Os Maios, Um Ritual Tradicional no Concelho de Olhão, Moncarapacho e Olhão.

4 Paula Godinho, 2010, Festas de Inverno no Nordeste de Portugal – Património, Mercantilização e Aporias da "Cultura Popular", Edição 100LUZ.

5 Fernando Oliveira Baptista, 2009, «A transição rural e o património», in Paulo Ferreira da Costa, coord., Museus e Património Imaterial - Agentes, Fronteiras, Identidades, Instituto dos Museus e da Conservação, 33-41.

Vidas Singulares de Resistência e Luta

Adolfo Kaminsky foi um especialista na falsificação de «papéis» e José Hipólito dos Santos [1] foi o único português a quem deu formação nesta arte, em França. A publicação recente da biografia de Kaminsky e a sua relação com Portugal e os movimentos de libertação das ex-colónias são motivos de sobra para uma evocação.

Estojo de falsificação que Kaminsky deu a José Hipólito dos Santos no final da formação. Foto do Centro Documentação 25 de Abril U. C. - Arq. J. Hipólito Santos

IRENE HIPÓLITO DOS SANTOS
FERNANDO SILVA

Adolfo Kaminsky foi um dos mais importantes falsificadores de «papéis» da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, pese embora a sua juventude. Produzia documentos falsos para salvar a vida de crianças e adultos judeus perseguidos e para facilitar a acção clandestina de todos os movimentos de resistência, para os quais trabalhava indistintamente.

Acabado o conflito, manteve esta actividade clandestina nas três décadas seguintes, fornecendo ou ensinando a fazer documentação falsa a lutadores das mais diversas causas, dos movimentos anti-coloniais africanos (Argélia, Guiné, Guiné-Bissau, Angola e África do Sul), aos movimentos revolucionários da América Latina (Argentina, Brasil, Venezuela, Salvador, Nicarágua, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Chile), objectores de consciência norte-americanos durante a guerra do Vietname, até aos opositores das ditaduras instaladas em Espanha, Grécia e Portugal.

Esta actividade foi dada a conhecer publicamente, em 2010, com a publicação do livro *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*, da autoria da sua filha, Sarah Kaminsky, nascida alguns anos depois de o pai ter cessado as falsificações, em 1971, e de se ter instalado na Argélia, onde iniciou uma relação amorosa, que ainda hoje perdura, com a sua mãe, Leïla, uma estudante tuaregue envolvida no apoio aos movimentos de libertação das colónias africanas, que passaram a dispôr de representações permanentes em Argel depois da declaração de independência daquela ex-colónia francesa.

No mesmo ano do lançamento em França desta biografia, Adolfo Kaminsky deslocou-se a Lisboa para participar numa apresentação da obra, a convite de José Hipólito dos Santos[1], «um dos alunos excelentes» que teve e o primeiro português a quem ensinou as artes da falsificação, como conta na entrevista que aqui publicamos. Naquele evento, José Hipólito apresentou-o assim:

«É com grande emoção que me sento aqui ao lado de Adolfo Kaminsky. Conheci-o em 1969. Fora-me indicado por gente ligada à guerra pela independência da Argélia e devia ajudar-me na criação de um serviço de falsificação de papéis para as actividades da LUAR. Só mais tarde vim a saber quem era a personagem, um falsificador pelas boas causas, sempre mergulhado em situações paradoxais: Filho de pais russos, é argentino. Manteve a nacionalidade argentina, mas só lá viveu até aos 5 anos. Foi internado num campo de concentração, em Drancy, França, mas conseguiu escapar à deportação para Auschwitz. Foi oficial do exército francês e até condecorado, sem ser francês e sem ter feito o serviço militar, tinha então 19 anos. Quando acaba a guerra, demite-se. Judeu de nascimento, colaborou com grupos judeus que impuseram a implantação do estado de Israel, mas, quando este se tornou um estado religioso, afastou-se. A sua colaboração inicial fá-lo integrar o quadro dos «justos». Tornou-se herói da guerra da independência da Argélia, um *moudjahidine* condecorado. Casou com uma mulher muçulmana militante anti-colonialista. Militante pacifista, salvou da morte milhares de pessoas, participando em muitas guerras sem usar uma arma. Só tinha a instrução primária, mas foi professor da Escola Superior de Belas Artes de Argel. Falsificou muito dinheiro, ainda que tenha vivido sempre com grandes dificuldades financeiras. Por isto tudo, só conseguiu a nacionalidade francesa com quase 70 anos!».

Neste breve relato Hipólito sintetiza a vida extraordinária deste homem e atiça a vontade de conhecer pormenores. Esta curiosidade pode ser satisfeita na leitura da recente edição[2] em língua portuguesa da obra que nos mergulha no âmago de uma história de clandestinidade, de implicação, de suspense. Em pano de fundo, o espectro de um século em que se confrotam poderes politicos, ódios raciais, ideologias e lutas de povos pela sua liberdade e pela dignidade humana. Adolfo implicou-se nesses combates, arriscando a vida e pagando o preço de grandes sacrifícios, fiel às suas convicções humanistas e à sua vontade de participar na criação de um mundo justo e livre.

Adolfo Kaminsky iniciou-se em 1943, com apenas 17 anos de idade, no fabrico artesanal de documentos falsos, graças aos conhecimentos de química adquiridos nos 3 anos anteriores numa tinturaria. Participa desde então na luta contra o tempo para salvar o maior número possível de judeus do extermínio. Não sabia ainda que entrava numa engrenagem infernal, numa corrida contra o relógio, contra a morte, em que cada minuto tem o valor de uma vida. Poucos meses depois, Kaminsky tinha-se tornado num importante perito em «papéis» falsos da Resistência, na cidade de Paris ocupada pelos nazis, mantendo esta actividade até depois da expulsão do exército alemão. Nos trinta anos seguintes, fazendo justiça ao seu princípio de que «tudo o que foi feito e imaginado por um homem pode certamente ser reproduzido por outro» (pag. 126) executará a actividade meticulosa de falsificador para inúmeras causas, sem nunca tirar proveito económico.

> O meu envolvimento em todas estas lutas foi a sequência lógica da minha acção durante a Resistência.

Àqueles que não compreendem os motivos do seu envolvimento posterior à Segunda Guerra Mundial (o apoio às redes de evasão dos judeus para a Palestina, aos republicanos espanhóis no exílio, a sua integração na rede Jeanson[3] de apoio à independência da Argélia e em todas as outras causas já referidas) e que questionavam: «se já não está em perigo, para quê continuar a arriscar-se a ser preso ou assassinado por causa de conflitos longínquos?», Adolfo Kaminsky responde a fechar esta biografia: «O meu envolvimento em todas estas lutas foi a sequência lógica da minha acção durante a Resistência. Em 1944, compreendi que a liberdade se poderia conseguir com a determinação e a bravura de um punhado de homens. A ilegalidade, desde que não desrespeitasse nem a honra nem os valores humanistas, era um meio sério e eficaz a considerar. À minha maneira e com as únicas armas de que dispunha – as dos conhecimentos técnicos, da invenção e das utopias inabaláveis –, combati, durante quase trinta anos, uma realidade muito penosa de observar ou sentir sem nada fazer, graças à convicção de deter o poder de modificar o rumo das coisas, que havia um mundo melhor para criar e que eu podia contribuir para ele. Um mundo onde ninguém mais precisasse de um falsificador. Continuo a sonhar com ele».

Com a quantidade imensa de seres humanos confinados em campos de refugiados ou deambulando nas imediações das fronteiras por todo o planeta, fica-nos a impressão de que estamos cada vez mais longe do mundo sonhado por Kaminsky e haverá que continuar, como ele, «defendendo firmemente a ideia de qualquer indivíduo, em especial se é perseguido e a sua vida está em perigo, poder beneficiar do direito de circular livremente, atravessar fronteiras e escolher o destino do seu exílio» (pág. 85).

1- *A Constância de José Hipólito dos Santos*. Artigo publicado na edição nº 19 do Jornal MAPA. Pode ler-se aqui: https://www.jornalmapa.pt/2018/02/28/in-memoriam-constancia-jose-hipolito-santos/

2 *Adolfo Kaminsky: o falsificador*, por Sarah Kaminsky. Bertrand Editora. Setembro, 2020. Lisboa.

3 Perante a passividade da esquerda francesa face à guerra colonial declarada na Argélia (o socialista François Mitterrand era o ministro do interior neste período e o Partido Comunista Francês só nas vésperas da independência tomou uma posição clara contra a guerra), a oposição foi protagonizada por sectores cuja influência na sociedade francesa era minoritária. A rede clandestina mais importante de apoio, em França, à FLN (Frente de Libertação Nacional argelina) foi criada por Francis Jeanson e era formada por individualidades anti-colonialistas oriundas da esquerda revolucionária, anarquistas e cristãos. O seu objectivo era «ajudar os argelinos a ganhar a guerra pela independência o mais depressa possível, para poupar às duas partes perdas humanas inúteis». Considerados traidores pelo regime e por uma parte relevante da opinião pública, dedicavam-se principalmente ao apoio logístico, ao fabrico de documentação falsa e a conseguir e transportar fundos.

«Não se tratava de uma trafulhice retorcida, mas de fazer a resistência a um sistema ditatorial»

José Hipólito dos Santos, então refugiado político em Paris, recorreu a Adolfo Kaminsky entre 1969 e 1971. Até Kaminsky largar a falsificação, este forneceu-lhe passaportes, cartas de condução, bilhetes de identidade «portugueses» e um sem número de carimbos. Ainda se encontram em seu poder exemplares desses documentos. Em Julho de 2020, Irene Hipólito dos Santos foi ao encontro do casal Leïla e Adolfo Kaminsky, em Paris, com a intenção de conhecer a relação que estabeleceram com José Hipólito dos Santos, seu pai, e com Portugal, com os movimentos de libertação de Angola e da Guiné-Bissau, e até o apoio a revolucionários brasileiros na época da ditadura. Voltariam a encontrar-se quando a filha, Sarah Kaminsky, quis indagar sobre o passado do pai. Aqui ficam, para já, extractos da entrevista que Irene Hipólito dos Santos realizou ao casal Kaminsky.

IRENE HIPÓLITO DOS SANTOS
FERNANDO SILVA

Adolfo e Leïla Kaminsky, em Argel.

Adolfo: O que José [Hipólito dos Santos] tinha de bom era ser extremamente discreto. Ele não hesitava, quando tinha um compromisso, em deixar os seus documentos no meu laboratório e voltar a buscá-los mais tarde. Entre nós havia uma total confiança.

Como se constrói essa confiança?

Adolfo: Pela regularidade, pelos pedidos, pelas urgências. A confiança era espontânea, mas constantemente posta à prova pela repetição dos pedidos e dos riscos. Conseguimos organizar um sistema com alguma ordem, agrupando os pedidos de acordo com as técnicas. Ao mesmo tempo, o seu pai fez uma formação técnica em fotogravura, impressão, etc., que não foi até ao fim porque, entretanto, parei minha actividade[1], criei uma família com Leïla e dediquei-me a ela. Com José [Hipólito dos Santos] tinha uma relação pessoal desprendida, de confiança total, que nunca foi traída. Estabelecemos um acordo de segurança que ele seguiu escrupulosamente.

Que acordo foi esse que estabeleceram?

Adolfo: Que a segurança geral era mais importante do que a segurança de uma única pessoa, que podia proceder de forma insegura. Não foi dito mas foi feito, não fazíamos discursos. Quando havia um encontro na rue des Jeûneurs, no meu laboratório, tudo tinha que ser feito de forma a que as pessoas acreditassem ser uma clientela habitual de fotografia, como as outras. A técnica devia esconder a política. O laboratório era um endereço parisiense neutro, sem rótulo político. No entanto, a razão de ser do laboratório era a luta do vosso país, a independência de cada país. Não havia razão para que um país fosse colonizado por outro.

Em que consistiu a formação que deu ao meu pai, José Hipólito dos Santos?

Adolfo - O conhecimento da fotogravura, o conhecimento das densidades do papel, das marcas de água... Vê-se nos [meus] arquivos, que [os documentos portugueses que ficaram] serviam para a formação. Também fizemos carimbos de relevo... Tudo foi passado em revista. Sei que, no final, quando tudo parou, ele tinha uma bagagem técnica excepcional.

O objectivo não era apenas fazer documentos falsos, mas torná-los úteis. Não se tratava de uma trafulhice retorcida, mas de fazer a resistência a um sistema ditatorial. E ele tinha o sentido de organização. O principal não era uma ou outra técnica, era o espírito de resistência à ditadura, dar voz ao povo.

O meu pai contou-me que eram necessários documentos para os desertores, pessoas que fugiam de Portugal por não quererem cumprir o serviço militar e, portanto, fazer a guerra. Mas também para aqueles que estavam na resistência, na criação de uma oposição que derrubou a ditadura. Tenho a impressão de que ele se ocupou mais das pessoas ligadas à política e menos dos desertores. Lembra-se?

Adolfo - Sim, foi mesmo pela política, não havia outro interesse da sua parte. Resistência e política, com certeza.

Como entraram em contacto?

Adolfo: Foi ele que veio ter comigo. Primeiro, deu-me garantias sobre quem era, deu-me nomes e conhecimentos. Provavelmente fomos postos em contacto pelo George Matteï [2], que era o meu agente de ligação nessa época. Então, pediu a minha ajuda. Sabia o endereço do laboratório, vinha, entrava e sentava-se na sala de espera. Tinha prioridade sobre os clientes, claro. Mas os clientes serviam de proteção porque a clientela era real. Sentava-se à espera da sua vez com um jornal aberto, de forma a não se lhe ver o rosto [mostra a fotografia de um aprendiz de falsificador[3] na mesma posição]. Esta era a realidade. Foi uma relação positiva, de uma confiança que nunca foi defraudada.

Como é que ele participou na fabricação de documentos?

Adolfo: O trabalho mais importante era o preenchimento. Existem as técnicas de reprodução, mas não é necessário reproduzir tudo. Como esses papéis existem, basta mudar o nome, a data, o local de residência, ou seja, apagar o que está escrito e colocar o que se deseja. É o mais comum. E as técnicas de descoloração e de recoloração eram as principais [tarefas de] fabricação. Não andávamos a imprimir um bilhete de identidade em 25 exemplares, ou 2000. Nós transformávamo-los. Eram documentos reais. Por exemplo, no meu bilhete de identidade, em vez de Adolfo Kaminsky, vou colocar o nome de Julien Legrand. Desta forma, não preciso de o fabricar. Na maior parte dos casos, basta alterar o nome e a fotografia. Para fazer isso, tem de se saber bem como apagar e recolorir. É uma técnica muito delicada. Além disso, o cartão tem um número de registo oficial, que obviamente é falso, mas que consta neste documento. São várias técnicas, efectuamos transformações de alto nível para resistir a todo um conjunto de situações e garantir o dia a dia, uma vida quotidiana com uma nova identidade: cartão da cantina, título de transporte, ... Ou então, é necessário fazer uma pequena modificação num documento, suficiente para permitir uma passagem de fronteira.

Portanto, o meu pai encomendava-lhe documentos?

Adolfo: Sim, ele trazia os pedidos e participava quando podia. Fazia-o sem reclamar, fazia o preenchimento. Teve formação em descoloração de tinta, pois essa era a minha especialidade, e ele fazia-a muito bem. Os papéis falsos não são tarefa fácil, há cinquenta detalhes em que não se pensa de imediato. A minha porta de entrada para os papéis falsos foi a tinturaria. O meu trabalho na tinturaria impulsionou em mim uma curiosidade que me facultou uma formação de base real em corantes. Aliás, foi por essa razão que fui recrutado pela Resistência francesa, durante a ocupação alemã.

O Adolfo e o meu pai, Hipólito, criaram uma cumplicidade, um grande respeito, por uma causa que vos era comum. E formaram uma amizade, que começou nos anos 1970.

Adolfo: Sim, uma amizade sem nome, porque tudo acontecia discretamente. Não era possível envolver um membro da família. Era ele e eu, não em sentido negativo, mas no respeito pela liberdade do outro. O menor erro seria um desastre criminoso, por isso, devíamos assumir, para nós mesmos e para os outros, uma responsabilidade real e profunda.

A sua filha Sarah disse-me que ainda tem em sua posse documentos portugueses?

Leïla: Sim, sim, nós temo-los. Temos impressos de Portugal, da Grécia, mas não temos de outros países. Poucos documentos foram recuperados, o Adolfo esvaziou o laboratório antes de partir [para a Argélia]. Encontrámos restos do que ele deixou, mas não tudo. Tivemos muita sorte. É assim que temos alguns impressos portugueses.

Como os recuperou?

Leïla: Primeiro, pelo gerente do laboratório que o guardou intacto, o que foi excepcional. E também na casa de uma amiga a quem o Adolfo deixou uma caixa de sapatos com uns passaportes e alguns papéis impressos. Na época, comprava-se um impresso de bilhete de identidade. Ele tinha fabricado esses impressos, fabricava os documentos, ficavam prontos para serem usados.

Encontrámos a caixa de sapatos na casa desta amiga muito mais tarde, quando viemos para França. Tínhamos ido almoçar a casa dela e a certa altura ela disse: «Lembras-te de que me deixaste uma caixa de sapatos? Tenho-a aqui mas não sei o que contem.» Os seus filhos foram buscá-la e, juntos, descobrimos o que havia: passaportes, bilhetes de identidade, alguns papéis e selos. E, então, ela devolveu-nos a caixa.

O que aconteceu ao laboratório?

Adolfo: Limpei-o quando decidi ir para a Argélia. Acabava com a fabricação dos papéis falsos. Dei uma mala grande ao Henri Curiel[4]. Deixei-lhe uma mala grande, cheia de papel timbrado, mais um estojo para falsificações, para gravar carimbos, com bastante equipamento.

Leïla e Afonso Kaminsky durante a sua estadia em Lisboa, em 2010.

Positivo de selo branco fabricado por Adolfo Kaminsky

> Os papéis falsos não são tarefa fácil, há cinquenta detalhes em que não se pensa de imediato.

Como o estojo de falsificação que guardava o meu pai? Há um estojo de falsificação que se encontra no Centro de Documentação 25 de Abril. Ao que parece, veio de si.

Adolfo: Haha (grande sorriso).

Leïla: Temos que ir vê-lo. Ele deixou o laboratório como estava, em França, e foi para a Argélia durante 10 anos. E, quando voltaste, o laboratório estava lá, intacto.

Adolfo: Sim, já que o gerente, Monsieur Petit, o manteve tal qual. Era um homem de extrema-direita, mas, como nunca falamos de política, ele pensava que eu era como ele. (risos) Foi muito engraçado quando saiu um artigo no jornal Minute para me denegrir: «ex-membro da Resistência defende os argelinos contra nós, franceses». Era o período em que os franceses estavam a ir embora, os *pieds noirs*[5], e o meu gerente era pelos *pieds noirs*. Quando leu, ficou ultrajado. Mas não me aqueceu nem me arrefeceu (risos). Aliás, ainda tenho o jornal aqui em casa.

Como se conheceram, a Leïla e o Adolfo?

Leïla: Quando conheci o Adolfo, ele trabalhava para o PAIGC [Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde]. Encontrámo-nos no aeroporto [de Argel], ele tinha lá levado uma delegação da Guiné-Bissau e eu acompanhava o grupo do MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola]. Eles apanharam o avião e encontrámo-nos lá.

Adolfo: Foi o Neto [Africano Neto, dirigente do MPLA] quem me pediu para vos trazer de volta, a ti e à tua mãe. Foi assim que nos conhecemos e marcámos um encontro para vires ver o laboratório extraordinário que montei na Argélia, não clandestino, para a reprodução de imagens gigantes, isto é, aquelas que se colocam nas vitrines. Ficava na Companhia Siderúrgica , onde eu trabalhava, e que usava para tudo. Com a serigrafia, criava cartazes e outro material de propaganda para os movimentos de libertação.

O que fazia para o MPLA?

Leïla: Assistia às reuniões, ajudava quando era preciso. Traduzia documentos para inglês ou para o árabe.

Como entrou em contacto com os angolanos, com o MPLA?

Leïla: Assisti a uma reunião onde fui levada por um amigo. Era estudante, solteira, queria descobrir o mundo. Lá, disseram-nos que precisavam de ajuda. A Argélia acabava de ganhar a independência e, enquanto estudantes, estávamos realmente prontos para apoiar. Eu aceitei. Havia, na altura, uma amiga que trabalhava para os *Black Panthers*[6]. Estávamos impregnados por tudo aquilo. Fiquei no MPLA, porque havia muito que fazer.

No livro é mencionado o Luís Cabral, da Guiné-Bissau...

Leïla: Ia ser criada uma gráfica na Guiné-Bissau, ele [Adolfo] ia ocupar-se disso. Estava previsto irmos lá logo em 73, após a independência [declaração unilateral de independência pelo PAIGC, em setembro de 1973]. O Luís Cabral pediu-lhe que tratasse disso. Não pudemos ir, a nossa situação não nos permitiu ir [um acidente incapacitou Adolfo Kaminsky por um ano].

Em Argel estava outro guineense, José Araújo...

Leïla: Araújo! Foi o Araújo que levaste ao aeroporto. O Araújo e os outros foram embora, tu tinha-los acompanhado. Devíamos encontrar as fotografias, temos uma fotografia com a esposa do Araújo e todo o grupo da direção.

Que relações teve com o PAIGC?

Adolfo: Com o PAIGC, muito simpáticas. Eram normais, quer dizer, eu não estava em contacto com um PAIGC clandestino, mas com um PAICG reconhecido pela Argélia.

Leïla: Eram conviviais. Havia pedidos dos movimentos de libertação que estavam na Argélia; eles precisavam de comunicar entre si na Argélia mas também internacionalmente. Precisavam principalmente de artigos ou cartazes, para a propaganda. Era sobretudo nesse sentido.

No livro que fez com a sua filha Sarah mencionou brasileiros para quem também fez documentos.

Leïla: O elo com o Adolfo é Georges Mattei. Houve também a América do Sul, cujo agente de ligação era a Michèle Firk. Para o Brasil foi o Georges, que falava muito sobre a situação daquele pais. Quando voltámos da Argélia, ele continuava a falar muito sobre isso.

O que ficou do jovem tintureiro curioso, da criança, no falsificador altamente responsável? Gostou de fazer documentos falsos e de inventar máquinas?

Adolfo: Não particularmente, porque se travava sempre de uma questão de vida ou morte neste mundo. Todos os sucessos não eram de alegria, eram sobrevivência. Sabe quando aos 14 anos, já tem que enfrentar o racismo quando lhe matam a sua mãe, a cabeça funciona de outra forma.

Como se sobrevive a essas emoções?

Adolfo: Salvando o maior número possível de pessoas... É uma fuga para a frente.

1 No livro *Adolfo Kaminsky, o falsificador*, encontra-se a explicação em detalhe do abandono da actividade de falsificação.

2 Georges Matteï, [jornalista e escritor, fundador da revista Partisans, que tinha cumprido o serviço militar na guerra da Argélia, onde testemunhou práticas de tortura e assassinatos por parte do exército francês, de que deixou relato nas páginas da revista *Temps Modernes*, edição imediatamente apreendida pelas autoridades francesas], substituiu Henri Curiel, depois da prisão deste, na coordenação da rede *Solidarité*, que apoiará nas duas décadas seguintes as causas pela libertação das colónias africanas, os movimentos revolucionários da América Latina e as organizações que lutavam contra as ditaduras da Grécia, Espanha e Portugal.

3 A conversa foi, por momentos, acompanhada pelo comentário a fotografias suas, editadas no livro de fotografias *Adolfo Kaminsky, Changer la donne* (ed. Cent Mille Milliards, 2019).

4 Henri Curiel, egípcio, judeu e comunista que retoma a organização do apoio ao FLN, movimento de libertação da Argélia, após o desmantelamento da rede Jeanson.

5 Literalmente «pés negros», equivalente aos «retornados» portugueses das ex-colónias, termo que identificava os franceses brancos que se fixaram na Argélia durante o tempo colonial.

6 *Black Panthers* (Panteras Negras), organização criada nos anos sessenta nos EUA contra a opressão racial, o supremacismo branco e a violência policial. Reivindicavam, entre outros objectivos, a autodefesa por todos os meios contra os agressores, o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, a liberdade dos negros e dos pobres injustamente encarcerados em condições desumanas e o fim da guerra no Vietname. Mumia Abu Jamal, actualmente a cumprir prisão perpétua depois de lhe ter sido comutada a pena de morte, foi militante dos *Black Panthers* na sua juventude.

Decomposição, recomposição: sobre *Smart Machines and Service Work: Automation in an Age of Stagnation*, de Jason E. Smith

Um estudo recente indica que o salário de jovens licenciados em Portugal caiu cerca de 17% entre 2010 e 2018[1]. Se bem que este dado possa traduzir os efeitos de austeridade económica, sob os auspícios da Troika, durante parte desse período, esta evolução está longe de constituir uma especificidade nacional. Em *Smart Machines and Service Work*: *Automation in an Age of Stagnation* (London, Reaktion Boohs, 2020), Jason E. Smith propõe-se analisar este fenómeno, associando-o à estagnação dos níveis de produtividade do trabalho.

ZNM
LUHUNA CARVALHO
ILUSTRAÇÕES **MARIA LIS**

O autor começa por desmistificar alguns dos argumentos habitualmente apresentados em torno deste tema, em particular o dos efeitos das tecnologias sobre o trabalho. Desde a Grécia Antiga que a relação entre trabalhador e máquina é objeto de reflexão e especulação, não só pela filosofia e/ou pelas ciências sociais, mas igualmente pela ficção científica. Inclusivamente, a imagem de uma sociedade em que o trabalho – ou pelo menos uma boa parte dele – é inteiramente assegurado por tecnologias autónomas continua a inspirar programas políticos de inspiração socialista, como o do *aceleracionismo (2)* de esquerda, popularizado por nomes como Nick Srnicek e Alex Williams.

De facto, a julgar por um passado não tão recente quanto isso, é difícil não atribuir relevância ao fator tecnológico. Tanto a diminuição do número de empregos na indústria, como a posterior absorção da força de trabalho então tornada supérflua por parte do setor dos serviços reflete uma dupla capacidade de destruição e criação de postos de trabalho. Porém, segundo o autor, tal dinâmica veio a sofrer um processo de estagnação a partir de finais da década de 70. Não obstante a sua popularização, dispositivos como o *smartphone* produzem efeitos mais ao nível do *marketing* e da distribuição de mercadorias do que propriamente na sua produção.

Esta estagnação é causa e consequência do declínio do investimento em tecnologias produtivas por parte do capital. Perante a possibilidade de menores retornos, os lucros das grandes empresas acabam por se dirigir para o setor financeiro, inclusivamente para a compra dos títulos e ações das próprias empresas.

O resultado, em termos laborais, é o alargamento desta estagnação ao domínio salarial, com os seus aumentos a permanecerem abaixo do nível da inflação. Ao mesmo tempo, e de forma articulada, verifica-se o alargamento do número de pessoas tornadas supérfluas, cuja relação de exclusão com o mercado de trabalho é igualmente visível (ou, neste caso, invisível) a nível estatístico. O facto do desemprego não apresentar valores tão elevados reflete, essencialmente, as limitações da própria categoria: em Portugal, a título de exemplo, quem não desenvolve uma procura ativa de emprego, eventualmente por ter desistido de o fazer, é definido como *inativo*, não como *desempregado*.

O menor peso do valor dos salários é, segundo o autor, um dos principais indicadores de um processo de *decomposição tecnológica do capital* e, paralelamente, de *decomposição de classe*. Os trinta anos gloriosos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial (1945) foram marcados por um equilíbrio entre o aumento dos salários e dos lucros, conforme determinado pelos pactos sociais firmados entre sindicatos e patronato, ambos suportados por maiores níveis de produtividade que, entretanto, se depararam com limitações estruturais. O aumento do em-

prego tem-se verificado em áreas como o comércio, a educação ou os cuidados, onde a recomposição tecnológico-laboral necessária para uma maior produtividade enfrenta vários obstáculos. Inclusivamente, a própria noção de produtividade é dificilmente compatível com um tipo de trabalho que não gera bens materiais, mas sim elementos e relações imateriais, alguns dos quais nem sequer são objeto de troca no mercado (ex. o funcionário da segurança social). A sua performance, como argumentado, pressupõe uma autonomia relativa por parte dos seus responsáveis, não podendo a atividade dos mesmos ser completamente subsumida (à semelhança do operário sob a linha de montagem) ou substituída por máquinas. Face a estas dificuldades, a tentativa de manutenção de taxas de lucro mínimas passará então pela redução dos salários e/ou pela aplicação de outro tipo de dispositivos, destinados à obtenção do máximo esforço por parte do trabalhador, como a imposição de contratos precários e a correlata imposição de formas de gestão e controlo algorítmicos. Por conseguinte, «*Se ganhos de produtividade têm sido alcançados, tal tem sido fruto não de uma revolução na conceção dos fluxos de trabalho, da substituição de humanos por máquinas, ou de avanços na automação. Os verdadeiros "avanços", tal como se apresentam, têm sido na dominação do processo de trabalho pelos empregadores: na sua capacidade de forçar mais trabalho de uma determinada hora com base na sofisticação da supervisão, vigilância e disciplina no local de trabalho*» (p. 113). A existência de uma força de trabalho intensiva, precária e barata, a par de um exército de reserva permanente, desincentiva, por sua vez, o investimento em tecnologias produtivas.

Neste cenário, assiste-se tanto a uma decomposição técnica e política de classe, fruto do eclipse do movimento operário – do seu saber-fazer, então tornado obsoleto, das suas identidades, instituições formais e informais, reportórios de luta e reivindicações –, como a uma sua recomposição. Apesar dos maiores obstáculos enfrentados (descentralização das unidades produtivas ou fragmentação dos trabalhadores em várias categorias), a possibilidade de mobilização a partir dos locais de trabalho e/ou de problemas associados é, de acordo com o autor, comprovada pelas greves e manifestações dos professores nos Estados Unidos. Neste último caso, os efeitos disruptivos na economia residem mais na forma como a educação se insere numa mais lata *divisão social do trabalho*. Embora os professores não participem diretamente na produção de mais-valia, eles ocupam uma importante posição social, ainda que indiretamente, neste processo, através da formação da força de trabalho e da prestação de cuidados. Assim, uma greve neste setor acaba por ter efeitos generalizados ao nível do mercado de trabalho.

Não obstante a sua popularização, dispositivos como o *smartphone*, produzem efeitos mais ao nível do *marketing* e da distribuição de mercadorias do que propriamente na sua produção.

O menor peso do valor dos salários é, segundo o autor, um dos principais indicadores de um processo de *decomposição tecnológica do capital* e, paralelamente, de *decomposição de classe*.

Ao mesmo tempo, conforme demonstrado pela revolta dos *gillets jaunes* em França, o antagonismo não se limita a um segmento de trabalhadores sindicalizados, mas a uma força de trabalho precarizada ou desempregada que recorre a outro tipo de reportórios no bloqueio da economia. Em suma, neste processo de recomposição de classe, duas formas de luta «proletárias» acontecem em simultâneo: por um lado, as que respondem a uma proletarização que coloca em causa a tal *divisão social do trabalho*; por outro, a revolta e a insurreição daqueles que foram excluídos dela e para a qual a *divisão social do trabalho* é uma das faces da sua expulsão da economia.

Notas conclusivas

Uma das críticas possíveis a esta obra diz respeito, precisamente, à viabilidade desta divisão num tempo próximo. O que a mantém, segundo Jason E. Smith, é o entrave de algum tipo de serviços a uma recomposição tecnológica, o qual, por sua vez, garante a manutenção de empregos neste setor. Se, por um lado, a total substituição de humanos por parte de máquinas não parece constituir um futuro cenário a curto ou mesmo médio prazo, devido aos fatores analisados (redução de custos por via da precariedade e de salários reduzidos); por outro lado, o autor tende a desvalorizar as consequências da aplicação de novas tecnologias digitais nestas áreas. A par da imposição de regimes de trabalho intensivo (como acontece nos grandes centros logísticos), estes efeitos passam pela redução de postos de trabalho e pela concentração de funções num menor número de trabalhadores. Imagine-se, por exemplo, as mudanças na organização do sistema de ensino (em particular, o aumento do número de alunos por turma) proporcionadas pela sofisticação e aplicação de serviços de videoconferência. Apesar de tal não implicar a eliminação completa de empregos nestas esferas, as rotinas de produção derivadas da concentração de funções e a precarização dos vínculos laborais contribuirão para uma maior proletarização dos trabalhadores destes setores. Desta forma, a distância que separa quem se encontra integrado nesta divisão social do trabalho de quem foi expulso da mesma poderá tornar-se cada vez menor, deixando a possibilidade de a revolta de uns se vir a associar à insurreição dos outros.

1 https://www.publico.pt/2021/06/02/economia/noticia/jovens-licenciados-maior-quebra-salarial-decada-passada-17-1964908 (consultado a 13.06.2021)

2 Ver dos autores *Inventing the Future: Postcapitalism and a world without work* (London, Verso, 2016).

Capoeira: a montanha pariu um rato

A bipolarização em torno da Capoeira, nas suas variantes Angola e Regional, adquiriu um novo ênfase com o processo de institucionalização em curso, iniciado em Portugal com a criação da Federação Portuguesa de Capoeira em 2010.

NOÉ ALVES[1]
NOE.ALVES1@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES **CARYBÉ** (1911 – 1997)

«O capoeira é um artista e um atleta,
um jogador e um poeta.»
Dias Gomes

História

A Capoeira é um jogo atlético criado pelos escravos africanos no Brasil. A movimentação da Capoeira baseia-se na *Ginga*, de onde se soltam os golpes de ataque e defesa a par de alguns floreios acrobáticos. O ritual do Jogo da Capoeira é a *Roda*, onde, ao som dos berimbaus e instrumentos de percussão, se executam os movimentos entre dois jogadores.

A origem da palavra «Capoeira» é ainda controversa. A teoria mais aceite é a de que deriva do termo indígena brasileiro c*aá-puera*, que significa «mato cortado». A partir do séc. XVIII, o termo *Capoeiras* serve para designar todo o conjunto de malfeitores e desordeiros que habitavam nas cidades e, já no séc. XIX, define-se como um jogo-luta praticado por vadios e malandros.

A sua história tem três períodos marcantes. No primeiro, que vai do séc. XVI ao fim do séc. XVIII, e que corresponde ao período da escravatura nas sanzalas e dos quilombos de negros fugitivos, o Jogo da Capoeira foi usado como técnica de resistência. Durante o segundo período, entre o séc. XVIII e o início do sec. XX, ou seja, o período do crescimento das cidades e da abolição da escravatura, a Capoeira era proibida. Desde então, está-se num período de legalização da prática capoeirística em espaços de treino (academias).

Concentrando-nos no período mais recente, foi concedida uma licença para treinar Capoeira a um mestre de nome Bimba, em 1937, em São Salvador da Bahia. Este feito foi o primeiro para a racionalização da Capoeira como modalidade desportiva. Bimba criou um sistema de luta que denominou Luta Regional Baiana e, para a admissão de alunos, exigia-lhes uma prova de que trabalhavam ou estudavam.

Quase em paralelo, no início dos anos 1940, o mestre Pastinha recriou uma Capoeira que considerava tradicional, de raízes africanas e que viria a ser chamada de Angola.

Dicotomia Angola/Regional

Estas duas variantes marcaram o desenvolvimento da arte e as diferenças entre elas abriram paixões que ainda perduram nos nossos dias: a Regional focando a luta e a Angola o ritual. A primeira considerada como uma desnaturalização da Capoeira antiga, em que a eficácia dos golpes se sobrepõe ao estímulo lúdico. A segunda como uma arte que cedeu ao turismo em apresentações folclóricas.

Modernidade e tradição são as palavras-chave desta dicotomia. Se, para o Estado brasileiro, havia que limpar o passado da arte como actividade de escravos e malandros, para um conjunto de pesquisadores mais intelectuais, havia que se manter o carácter puro, africano, que lhes parecia ameaçado e a desaparecer.

Na prática, a Regional joga-se com movimentos rápidos e acrobáticos, a Angola pelo solo, lentamente. As roupas usadas nos treinos e Rodas (o *abadá*) são diferentes: na Regional, de branco (e de pés descalços) e, na Angola, com roupa mais informal ou colorida (e com calçado). A posição dos instrumentos musicais (a *bateria*) é diferente: na Regional pode-se usar apenas três instrumentos e na Angola usam-se até sete.

Ressalve-se ainda a existência de um terceiro estilo, criado nos anos 1970: a Capoeira Contemporânea, que se expandiu pelo mundo através da Federação ABADÁ com o mestre Camisa. Neste estilo, mesclam-se a Angola e Regional, num jogo acrobático que se considera uma evolução da Capoeira.

A Capoeira em Portugal

Sabe-se, através dos arquivos da polícia do Rio de Janeiro (durante o séc. XIX), que diversos portugueses foram detidos aí como «*capoeiras*», pois, partilhando os mesmos locais de trabalho e de recreio, contactaram com os grupos organizados desta arte.

A Capoeira enquanto cultura e desporto existe em Portugal desde os finais dos anos 1980. Na actualidade, existem mais de 50 grupos para a sua prática e cerca de 100 professores e mestres,

alguns já formados em território nacional. Todos os anos decorrem encontros, festivais e até competições desta arte. Oficialmente, a primeira associação para a prática de Capoeira foi legalizada em 1991 por mestre Magoo (o nome actual da associação é Capoeira Nagô PT) e ainda mantém as portas abertas.

Outros imigrantes brasileiros conhecedores desta arte se seguiram e a Capoeira, a técnica de luta mas também os seus rituais, cantos e fundamentos, permitiu a materialização de significados e interesses bem díspares, em alguns casos uma profissão e noutros a simples difusão cultural afro-brasileira.

Nos locais de treino, a hibridização linguística e cultural entre portugueses, brasileiros e luso-africanos convoca a criação e troca de identidades. A Capoeira, apropriada como prática lusófona, remete para o imaginário das culturas resultantes do Atlântico negro, do período colonialista.

Alguns estudos decolonialistas apontam que, em relação a África, Portugal ainda está numa fase de transição, já que o 25 de Abril e o fim das guerras coloniais ainda está presente. Também a chamada «lusofonia» é um termo polémico e o seu espaço no planeta, no advento da globalização, é comandado pela burocracia das elites dos países de expressão portuguesa.

Convém referir que a Capoeira se difundiu por toda a *orbe* terrestre, é reconhecida como património imaterial da humanidade e, hoje, é quase vulgar serem organizados encontros europeus, internacionais, norte-americanos, mundiais e, aí, a língua portuguesa e o Brasil são objecto de divulgação.

A Federação Portuguesa de Capoeira

A profissionalização e a intromissão do Estado português no Jogo da Capoeira começa em 2009, com a obrigação de os professores e mestres que não possuíssem formação superior em Educação Física se registarem no Instituto Português do Desporto e da Juventude. Mais tarde procedeu-se à criação de federações para a certificação dos capoeiristas.

Todo este processo de combate à informalidade - e pensado como moderno e civilizacional por parte de um único organismo que trará ao corpo de praticantes um saber e fazer mais homogéneos - foi algo que, no Brasil, não ocorreu: as diversas linguagens do corpo e espírito da Capoeira são materializadas numa diversidade de organizações.

Em 2014, o que é temido no Brasil concretiza-se em Portugal: a Federação Portuguesa de Capoeira consolida-se como órgão regulador da Capoeira neste país. Salienta-se o trabalho de mestre Corisco nesta federação, que se tornou, embora com tensões, na única entidade que confere legitimidade legal aos praticantes, jogadores e mestres do Jogo da Capoeira.

Esta decisão não foi consensual, principalmente entre as associações de Capoeira Angola, que não participam em competições e entendem esta arte prioritariamente como cultura.

Como alternativa, estabeleceu-se entre a comunidade capoeirística a criação de várias federações reconhecidas pelo Estado português.

O momento actual da institucionalização da Capoeira em Portugal apresenta-se contraditório, mas reforçou as ligações entre os professores e mestres de Capoeira, aumentou a capacidade organizativa das associações e obrigou ao diálogo com o Estado e o seu aparelho burocrático.

As actuais modificações institucionais envolvem a acepção da Capoeira como desporto. Um desporto onde se verificava um crescimento económico e que, por isso, mereceu a atenção do Estado e criou relações de poder entre os diversos intervenientes. No fundo, é um jogo com o sistema que abana a vivência dos seus praticantes, mas que deve ser relançado em direcções variadas para a sua própria sobrevivência. De forma a que os valores e fundamentos não possam ser impostos e a que seja encorajada a individualidade e a cooperação.

1 O autor destas linhas joga Capoeira há mais de 30 anos. Treinou com grupos de Regional, Angola e Contemporânea em Portugal. O seu apelido é Mutante.

Correio do Leitor

A fava no topo do bolo porque a coroa teima em reinar

JOÃO FERREIRA

Não consigo esconder o meu desejo secreto de escrever para um «jornal anarca». Também não vou conseguir esconder o meu total desconhecimento face a este movimento que considero anti-político.

Estava eu a apanhar as favas, este ano maiores que eu, portanto e retomando, estava eu numa selva tropical bem no concelho de Alenquer quando o anarquismo, ou melhor, a parca ideia que tenho dele, me surgiu.

A verdade é que faltam mais movimentos que mandem à fava os sistemas instituídos. A verdade é que sinto falta da fava que sempre me calhava no bolo, de que não gostava, mas que comia unicamente pelo prazer da fava. Um bolo que me diziam ser rei numa época de reis e que os berloques em excesso não me deixavam chegar à sua massa.

Este sonho de criança não esmoreceu, mesmo com a retirada da fava do nosso reinado bolo. O sonho cresceu e teve de começar a ser acordado. Deixei de me opor a tudo e a todos (ups... excepto a alguns e algumas coisas) e comecei a semear favas. Favas que pudessem germinar em outras e novas favas e que elas passassem a ser o brinde desejado e não a surpresa mal amada por «todos» – infelizmente a maioria é representada por estes «todos», até as minorias que em oposição estão contra essa representação são absorvidas neste «todos juntos», em que cada um, em rebanho, anda para o seu lado.

Então... estava eu a apanhar favas... porque me dediquei à agricultura já lá vão 6 anos. Este tipo de cultura despertou em mim sonhos que tinham de ser implantados. Depois de algumas experiências, a coisa foi acontecendo. Juntamente com oito famílias, criou-se algo singular. Cada família sustenta-me financeiramente todos os meses com o valor que acorda comigo e com o conhecimento dos outros, e eu entrego-lhes tudo o que tenho nas minhas terras, todas as semanas. Cada família entrega a sua mensalidade no início do mês, e eu trabalho unicamente porque gosto e pela responsabilidade e confiança mútua criada. O nosso elo de ligação é o carro da minha mulher e o jardim de infância onde ela trabalha e estas famílias têm os seus filhos. É neste carro que são depositadas as mensalidades e é neste carro que viajam os produtos das minhas terras e que terão de ser partilhados pelas oito famílias. Se é que isso interessa, tenho «todas» as hortícolas da época, muita fruta, ovos, frangos e patos, quando a harmonia da capoeira exige uns pequenos ajustes.

Criou-se um sistema que está completamente fora ao sistema vigente, mas que não se lhe opõe, não lhe faz frente, não entra em luta. É como um pequeno grande vírus, que pode ou não alastrar-se e minar a podridão que está visível para todos nós.

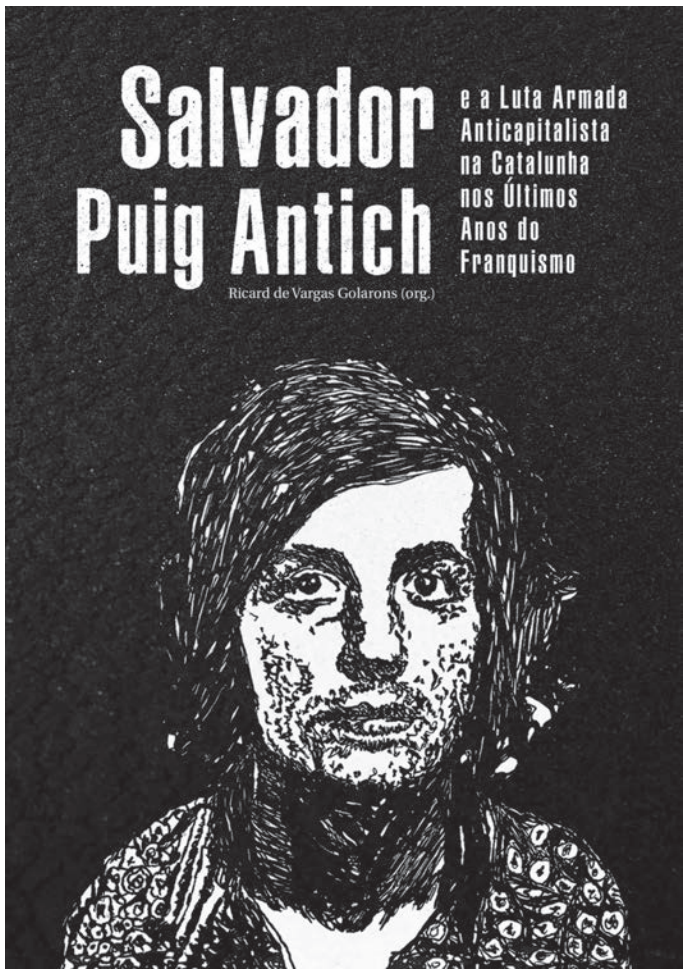
Posso estar enganado, mas parece-me que a anarquia é um sistema sem sistema, um governo sem governador. Se é isto (visão muito simplificada pela minha quase total ignorância), não deveríamos enriquecer-nos como seres humanos? A Liberdade tem um preço alto a pagar. Essa responsabilidade demora a construir. Acredito que tudo é possível quando se faz numa pequena escala, mudando algumas mentalidades tanto na mercearia a que se vai às compras como quando vamos à farmácia. Pequenos gestos fazem enormes diferenças, assim como este jornal, que vai abrindo os olhos daqueles que os querem abrir.

Quando se pretende massificar ideais, eles deixam logo de o ser e tornam-se iguais ou piores ao sistema que se mandou abaixo.

Acredito na mudança, mas ela passa pelo indivíduo. Mudar os outros não leva a lado nenhum e faz de quem tenta implementar a mudança mais um político com as suas politiquices. Que cada um faça em si a mudança e encontre um mundo que, afinal de contas, até estava recetivo a novas ideias.

Abraço,

BENEFIT
mapa: Jornal de Informação Crítica
MUSICA SEM FILTROS
DISPONÍVEL JÁ EM JULHO NO BANDCAMP - https://musicajornalomapa.bandcamp.com



Salvador Puig Antich e a Luta Armada Anticapitalista na Catalunha nos Últimos Anos do Franquismo
Tradução: Pedro Morais e Fernando Silva
Concepção gráfica: Joana Pires
368 páginas
A Batalha, 2021

As Mil e Uma dos MIL

JOSÉ TAVARES

A 2 de março de 1974 Salvador Puig Antich foi garrotado pelo regime franquista, a 6 de abril de 1976 Oriol Solé foi abatido pela Guardia Civil na fronteira franco-espanhola. Estes dois membros do MIL ou 1000 tiveram uma vida, um pensamento próprio e um rosto. Falou-se deles com emoção, mas de passagem. Ocultaram-se as raízes, perdeu-se a memória. Ainda hoje, ignora-se quase tudo da história do MIL (Movimento Ibérico de Libertação). Por isso, a iniciativa de A Batalha em editar no final do primeiro trimestre deste ano, sempre confinados, o mundo parado, o livro *Salvador Puig Antich e a Luta Armada Anticapitalista na Catalunha nos Últimos Anos do Franquismo* é de enaltecer.

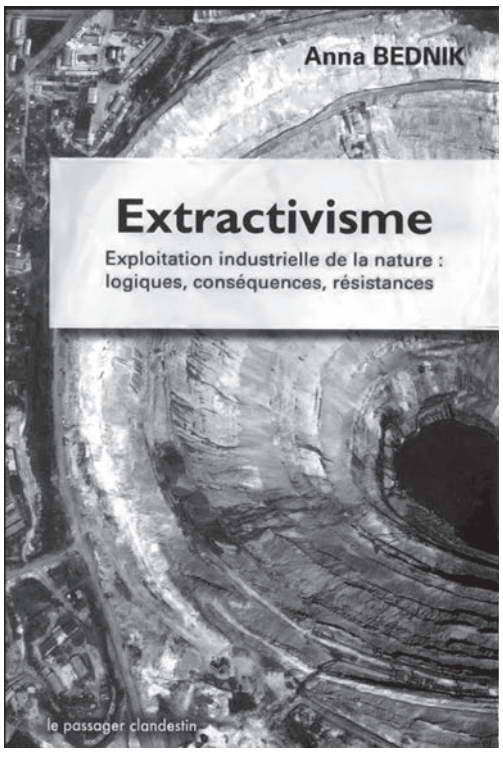
Quando a passividade e o estado de servidão em que sobrevivemos são evidentes e constituem a regra, a norma, a lei, num mundo de lóbis e ideologias duvidosas, em suma, os ingredientes nutritivos da criação de gado em curral, a experiência do MIL nos anos setenta do século passado, em plena ditadura ensina-nos entre outras coisas a resistência e a coragem (gestão do medo). O MIL não se reconhecia na oposição ao *Caudillo* (Francisco Franco), nos que aspiravam a substituí-lo. Recusaram limitar-se aos objetivos antifascistas, recusaram a substituição da ditadura franquista por uma democracia reformista, recusaram a luta pela conquista do aparelho de Estado e defenderam as assembleias operárias clandestinas, a prática da gestão direta pelos interessados na coisa pública. «O nosso programa mínimo é a abolição do trabalho assalariado e da mercadoria», proclamaram.

O MIL mostra-se como herdeiro das melhores tradições libertárias e como iniciador em Espanha das ideias subversivas mais inovadoras. Os elementos que vão constituir o MIL seguiram todas as cisões anti-PC, antileninistas, antigrupelhos da fação radical operária de Barcelona. Durante algum tempo, o movimento define-se como conselhista, libertário ou comunista, para acabar por rejeitar toda a identificação particular.

Para o MIL «o esquerdismo não é mais do que a extrema-esquerda do capital» e Salvador Puig Antich escreve «que todas as formas vanguardistas não são mais do que formas de integração e enquadramento dentro do sistema capitalista, e que o nosso interesse, enquanto classe trabalhadora, é rejeitá-las permanentemente.» Oxalá que os esquerdistas portugueses dos anos setenta tivessem tido a mesma postura. Outro galo cantaria.

Não duvidamos que esta experiência e projeto continuarão a ser difamados e condenados, quer, obviamente, pela direita quer por uma grande parte da esquerda que estigmatiza os radicais supostamente violentos, como se o Estado não possuísse esse monopólio. É necessário explicar e resistir às caricaturas.

Com um bom anexo fotográfico e documental, este livro organizado por quem nessa experiência participou, Ricardo de Vargas Golarons, inicialmente editado em língua catalã, foi traduzido para português por Pedro Morais e Fernando Silva. É um testemunho da memória a preservar. Boa leitura!



Extractivisme. Exploitation industrielle de la nature: logiques, conséquences, resistances
370 páginas
Le Passager Clandestin, 2016

Extractivisme. Exploração industrial da natureza: lógicas, consequências, resistências

JOSÉ TAVARES

Esta obra de Anna Bednik, jornalista independente e empenhada em diversos movimentos e redes anti-extrativistas, começa por descrever os diferentes usos do conceito e as falsas soluções: «desenvolvimento sustentável», «crescimento verde», «desmaterialização». Estudo documentado das lógicas do extrativismo, este livro fala-nos do que se extrai, onde e como, quem o faz, com que objetivos e quais são as consequências reais. Tanto no Sul como no Norte, como mostra o exemplo do gás e petróleo de xisto e do lítio, por todo o lado o extrativismo é sinónimo de transformação de vastos territórios em «zonas de sacrifício» destinadas a alimentar a megamáquina. Assim, o extrativismo tornou-se o nome do adversário comum para inúmeras resistências coletivas e locais que, defendendo os espaços para podermos simplesmente ser, reinventam as formas de habitar a Terra. São razões suficientemente importantes e urgentes para a tradução e edição desta obra em língua portuguesa.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 31
Julho-Setembro 2021

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier *, Aurora Santos, Soberania Alimentaria - Biodiversidad y Culturas, Florian Horn, Caldeira Negra, Fernando Fernandes, Kaya Schwemmlein, Joana Canelas, Pedro Miguel Cardoso, Godofredo Pereira, ZNM, Luhuna Carvalho, Diogo Duarte, Júlio Gomes, Irene Hipólito dos Santos, Fernando Silva, Rubén Báez Fernández, El Salto, Luís Fazendeiro, Tomás Melo, Farrusco Rafeiro, Miky Morgado, Kali, Tania Strizu, Daniela Filipe Bento, Noé Alves, Maria Lis, José Tavares, Sílvia das Fadas, Francisco Norega, Luisa Cunha, Mariana Vieira, o_ph_lia, Pedro Rodrigues, Susana Baeta, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Pedro Cerejo, Diana Dionísio, Teresa Conceição, IX, Joana Félix Mink, Marco Balesteros, Miguel Soares, Inês Viegas Oliveira, Miguel Rondon, Karren Ablaze, Joana Gros, Tiago Mota, Christophe Langer, Alexandre Estrela.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

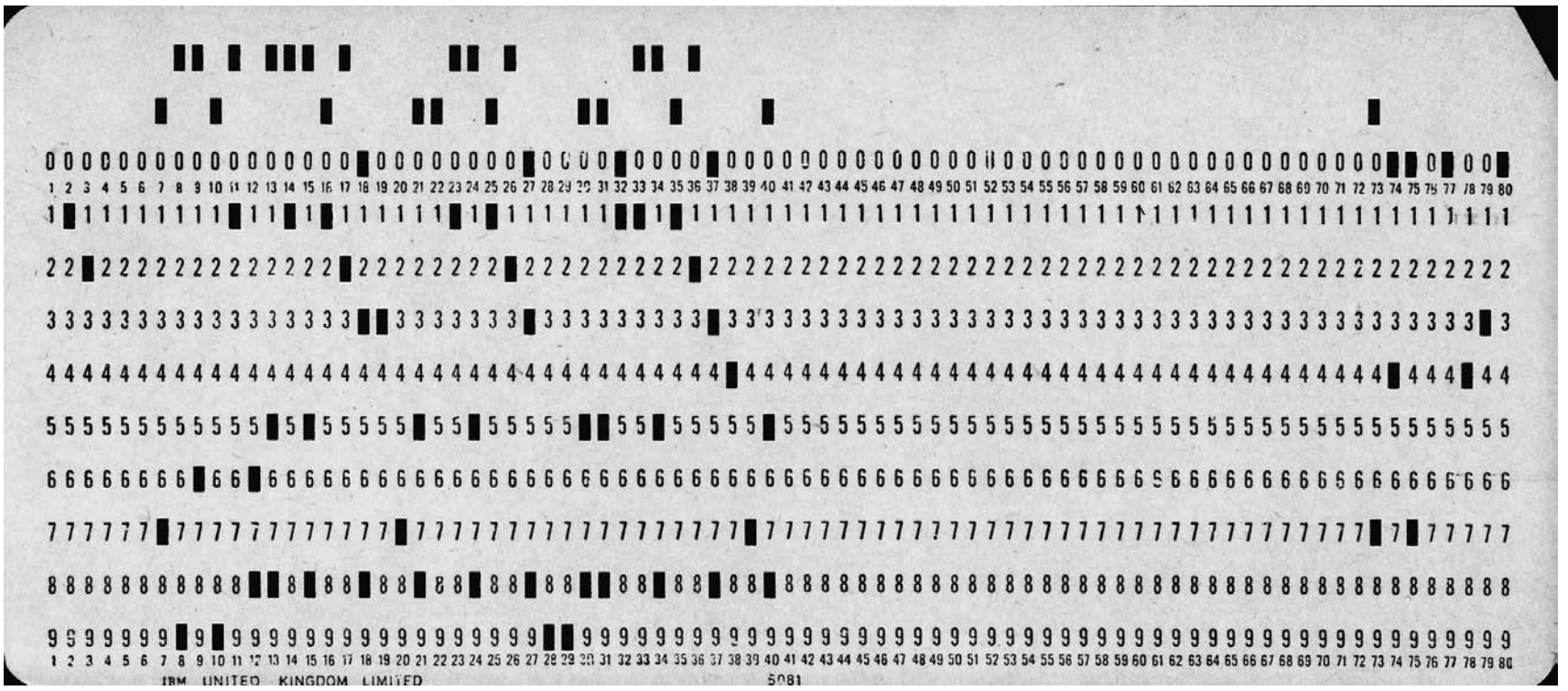
Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa
Jornal de Informação Crítica

A MÁQUINA E EU



A máquina desenvolve,
Friamente,
Longa operação,
Com certeza coerente.
Faz dançar os números:
Inteiros e decimais,
Mas não adianta mais!

Abstractamente,
Fitam meus olhos a máquina,
Fria, inerte
Inerte e fria
Que não resolve o que eu pretendia…
Impávida, continua a calcular.
Parece obra do acaso!
Divide, soma,
Multiplica e subtrai;
Mas não me subtrai
As aflições das contas em atraso!

No meu cérebro os números bailam:
Bailado louco, sem par!
Números, escudos, cifrões,
Importâncias a pagar.
A máquina desenvolve uma divisão.
Automàticamente,
Dá-me o resultado da operação.

Deixo de fitar a máquina, por fim.
Desperto do torpor,
Em que me encontro,
E volto à confusão
Do que se passa dentro de mim

Rolando Pontes (Rolandinho)
1928-2014

Hiroshima Palastina

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

Uma das formas mais eficazes para não ter de tomar posição sobre um assunto é descartá-lo através da fórmula «é uma situação complexa» (como se houvesse alguma coisa simples). Israel devia ter essas palavras escritas na bandeira, tantas são as vezes que servem para relativizar o projecto colonial, o regime de *apartheid* e a limpeza étnica do povo palestiniano por que são responsáveis há décadas. A complexidade desta «situação» particular é adensada por factores emocionais e históricos. Não há como não sentir um misto de perplexidade e de desconforto ao ver o Estado de Israel repetir os mesmos actos que vitimaram o povo judeu ao longo de séculos e séculos de perseguição. E não há como não recordar que o holocausto foi feito mesmo à nossa porta e com a nossa conivência. Foi ontem e os seus fantasmas ainda convivem nas fotos e nas memórias de muitas famílias.

Para além destes complexos de culpa, na tolerância ocidental escondem-se, ainda, com pouca discrição, os mesmos preconceitos e mecanismos de que se fizeram muitos genocídios. O racismo e os processos de construção da identidade que insistem em estabelecer uma diferença entre um «nós» e um «eles» continuam a alimentar comunidades. E a legitimação dos actos mais perversos por via de processos de «racionalização» sinistros não desapareceram. Israel, ainda por cima, parece-se «connosco». É vista como um bastião de democracia num mar de fundamentalismos. Participa na Eurovisão e nas competições desportivas europeias, tem gente jovem e progressista e é um paraíso *queer* e *vegan*. Podia muito bem ser na Europa. No fundo, o que torna a «situação complexa» e faz de Israel um país melhor do que os «outros» é – parafraseando os *punks* israelitas Dir Yassin – «pedir desculpa quando mata inocentes»; é os seus «soldados terem olhos azuis e escreverem poesia»; é usar tecnologia militar avançada e não ter esconderijos nem recorrer a pedras, mísseis toscos e bombistas suicidas (in "All our planes have returned safely").

Nekhei Naatza* – ועידצה שדחה רטשמל (Hail The New Regime)
Beer City Records, 1997

Foi na cena *punk-hardcore* israelita que se concentraram algumas das expressões mais dissonantes.

Talvez ajude deixarmos de nos deslumbrar com alegadas afinidades «identitárias» e largar a insistência em confundir a história do povo judaico com o Estado de Israel. O assunto perde parte da sua complexidade se recusarmos cair na armadilha da «culpa» e da «vergonha» que tantas vezes serve os interesses dos mais poderosos. E é de poder que se trata. Episódios como esses fazem parte de um mesmo contínuo irredutível a religiões ou culturas: fazem parte de uma história de poder. Só a presença de forças mais insidiosas permite compreender que aqueles que ainda têm visíveis as feridas de um passado recente possam fazer do holocausto que as provocou um pechisbeque, como alguém dizia na televisão há dias. Nenhum *Yom HaShoah* (Dia da Memória do Holocausto) evitará que o passado se repita enquanto não forem destruídas as estruturas e os mitos que sustêm a persistência das formas de dominação e de autoridade que alimentaram os actos mais tenebrosos da história da humanidade.

Posto isto, é possível compreender que quem vive num Estado militar e seja doutrinado no ódio para com o vizinho desde que nasce possa acreditar que reside num Oásis protegido por um muro. O que não é tão compreensível é que os cidadãos do «mundo ocidental» dito democrático dêem as cambalhotas mais espalhafatosas para justificar cada crime cometido por Israel. Especialmente quando, há décadas, nos chegam vozes do território israelita que não demonstram a mesma tolerância com o governo do sítio onde vivem e nasceram. Foi, aliás, na cena *punk-hardcore* israelita que se concentraram algumas das expressões mais dissonantes. Particularmente pujante nos anos 90, dela jorraram palavras e acções que poucos no Ocidente se atrevem a pronunciar com medo de serem rapidamente estigmatizados e apodados de «anti-semitas». A banda que mais terá contribuído para a explosão da cena *punk-hardcore* israelita foi Nekhei Na'atza, surgida na primeira metade da década de 90 e movida por um profundo desprezo por um Estado fundado na religião e no militarismo (o primeiro EP, editado 1994, intitulava-se *Renounce Judaism*). Em 1997, tornar-se-ia a primeira banda *punk* a lançar um LP em Israel, *Hail the New Regime*. Na capa, o então recém-nomeado primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, o mesmo que anos depois voltaria a ocupar o cargo e nele permanece até aos nossos dias, aparecia a fazer uma saudação romana. Um dos legados mais importantes de Nekhei Na'atza foi a influência que teve na renúncia e na deserção do serviço militar obrigatório por uma parte da juventude israelita que circulava no meio *underground*, o que a tornou um alvo frequente das autoridades. Das suas cinzas surgiriam os já referidos Dir Yassin, banda que viria a alcançar maior projecção internacional. Formada em 1997, fez de cada uma das suas músicas a garantia de que não soariam apenas «músicas calmas e bonitas» enquanto as bombas continuassem a cair (in "Brotherly Mass Grave"). Na denúncia destemida da ocupação da Palestina pelo Estado Israelita não hesitavam em usar a palavra «genocídio» e em denunciar o «complexo do holocausto» como uma desculpa (in "Independence Day").

Nos dias que correm a virulência da «cena» *punk* israelita parece ter esmorecido. Para isso terá contribuído o crescimento da extrema-direita na sociedade e no Estado israelitas e uma dinâmica demográfica em que muitos dos seus integrantes emigraram para fugir ao serviço militar, para além de um número maior de imigrantes entrou no país em busca da «terra prometida». Para Federico Gomez, vocalista dos Nekhei Na'atza, a sociedade israelita é hoje mais intolerante e racista do que era nos anos 90. Como consequência, a crítica à ocupação da Palestina tornou-se mais dissimulada e a mensagem mais críptica e focada na vida dentro do Estado de Israel. Algumas das excepções podem ser encontradas na compilação *Standing Together Against Annexation*, que foi lançada em 2020 e reúne 38 bandas de *punk* israelitas, na sua maioria com letras em hebraico. Entre elas encontramos nomes como Akrabut, Kids Insane (que já tocaram em Portugal), Useless ID, Deaf Chonky e MooM. No geral, confirmam-se as referências menos directas à ocupação e as críticas dirigem-se mais para a «doutrina do medo» e para a «cultura de violência» de um Estado militar. Mas em bandas como os Akrabut, na música "Hiroshima Palastina" (também nome do EP que lançaram em 2018), encontramos preservada a intransigência dos anos 90. Há pouco, em plena ofensiva israelita, deixavam nas redes sociais uma pequena frase: «ninguém viverá em paz enquanto a Palestina não for livre». O que nos recorda que os bombardeamentos podem ter parado entretanto, mas a paz continua a ser uma miragem.

Bandas e compilações como estas podem parecer pouco mais do que pedras lançadas a tanques. Mas, para além do impacto que têm no próprio contexto asfixiante em que existem, recordam-nos que o Estado de Israel nunca agradou sequer a muitos daqueles que pretende representar. Para os mais púdicos, talvez ajude a classificar aquilo que fazem nos termos adequados e que de complexo tem pouco:«"limpeza étnica», «colonização» e «*apartheid*». Libertem a Palestina!

A edição limitada (300 ex.) do CD «Viver / Festa» de C.O.M.A. (16 temas) ainda está disponível (5€)! »»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»
Pedidos para: geral@jornalmapa.pt

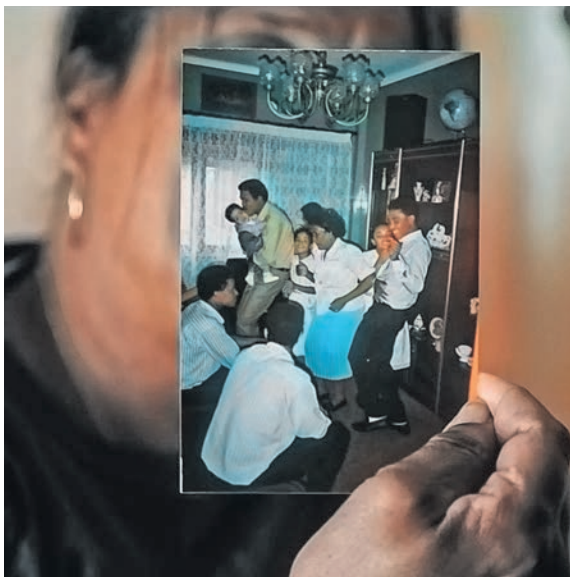
mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 31
JULHO-SETEMBRO 2021
3000 EXEMPLARES

Uma noite do tamanho de um país

Na noite de 10 de Junho de 1995, Alcindo Monteiro era assassinado em Lisboa por neo-nazis, acordando o país para a questão da extrema-direita e do racismo impregnados no(s) Dia(s) de Portugal. Ponto de partida para um filme documental da produtora Maus da Fita e motivo para falarmos com o seu realizador Miguel Dores.



FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O documentário propõe-se descentrar o «caso Alcindo» da violência neo-nazi para dar visibilidade ao entorno de Alcindo. Como se sentiram ao longo dos anos estas personagens, vítimas secundárias ou omitidas na narrativa dos acontecimentos?

O documentário é sobre o processo social do qual decorre o caso Alcindo Monteiro - como uma noite longa, mas também como um despertar. Trabalhar sobre este momento traumático para história da cidade implica focar vítimas e agressores, mas implica também falar da estrutura social. Num breve retrato: um país com o mais longo império colonial, saído há duas décadas de uma guerra de grandes proporções pela manutenção das suas colónias e com acentuados fluxos migratórios vindos dessas ex-colónias, num momento marcado pela assinatura dos acordos de Schengen e por uma série de políticas nacionais de criminalização das migrações, vê, num dia de revisitação solar do seu passado colonial, um linchamento racial de largas proporções ser motivado pelas comemorações da efeméride. De todas as dimensões importantes deste tema, fazer um *close up* nos neo-nazis, subjetivá-los, é talvez a dimensão menos importante. Isso seria, a nosso ver, cair na esparrela dos racistas à paisana como Mário Soares e Cavaco Silva, que, na altura, trabalharam este gesto genocida como uma coisa «importada», «psicótica», «sem representatividade em Portugal». O racismo não é uma psicopatologia individual, nem uma importação, e tem representatividade em Portugal, sim. Como General D dizia na altura: «os neo-nazis representam a ponta de um *iceberg* do que é o racismo em Portugal». O documentário foca-se no *iceberg*. Como tal, as suas interlocuções mais relevantes são com vítimas secundárias e indiretas desse dia, pessoas cuja trajetória é intercetada pelo caso Alcindo Monteiro, seja porque foram à manifestação anti-racista do dia 16 de Junho de 1995, seja por serem amigas ou familiares de Alcindo, seja por terem estado no Bairro Alto nesse dia, etc. Estas pessoas não se sentem necessariamente omitidas da narrativa dos acontecimentos, embora não afaste a possibilidade de que o sintam, mas não acho que procurem ativamente notoriedade. O que sentem sobretudo é trauma, luto e vontade de justiça. Num presente marcado pela higienização completa de projetos fascizantes, por assassínios como o de Giovanni e de Bruno Candé, ou pela retomada de protagonismo de agressores dessa noite, como Mário Machado, João Martins ou Nuno Cláudio Cerejeira, é difícil que se sintam serenos e historicamente reparados.

Colonialismo e «brandos costumes» têm sido um terreno animado de discussão pública. Mas... porque continua a ser tão difícil de digerir?

A criatura ideológica do salazarismo não nasce só em 1933 e, sem dúvida, não termina em 1974 - é a grande tradição de pensamento do Portugal do séc. XX. E, como é óbvio, desmantelar o seu complexo teórico é o grande desafio pós-revolucionário deste país. No que concerne ao projeto imperial salazarista, o mito dos brandos costumes e o luso-tropicalismo (resgatado a Gilberto Freyre) são os seus grandes alicerces. Não apenas como sistemas de significação do seu passado colonial, mas como um arranjo ideológico que legitima, interna e internacionalmente, as continuidades coloniais tardias de Portugal. Salazar chega a defender, durante as guerras de libertação, que Portugal inventou o anti-racismo, e que os verdadeiros racistas eram os movimentos de libertação africanos, visto que não aceitavam o projeto multiculturalista e ecuménico de Portugal. O luso-tropicalismo tornou-se também, e por consequência, um alicerce da auto-amnistia em que Portugal se colocou no período pós-colonial, que se espraia em toda a sua relação com o passado: Dia de Portugal, CPLP, Lusofonia, Expo 98, etc. Há até um arquivo da RTP fantástico, de 1987, em que se mostra uma visita pessoal que Mário Soares fez a Gilberto Freyre em Pernambuco, para lhe comunicar que também os democratas portugueses reconheciam o legado universal do luso-tropicalismo e respeitavam a sua obra. Enfim, faço esta introdução à questão para ilustrar que, apesar de o mito dos brandos costumes e da vocação ecuménica de Portugal poderem parecer ideias fofas, inofensivas, é justamente na sua elasticidade que reside a sua capacidade de regeneração. É por isso que julgo que ainda vivemos num estado permanente de negação e de obsessão pela absolvição histórica - porque foi esse o principal projeto de continuidade imperial portuguesa do séc. XX. Como temos visto com as furiosas cambalhotas que a institucionalidade portuguesa faz cada vez que o Mamadou ou a Joacine assumem qualquer espécie de posicionamento crítico, por mais tático e suave que seja, trata-se não apenas de uma cortina de fumo, mas de uma muralha de aço.

O que mudou hoje na reação da juventude negra em Portugal e no seu posicionamento público?

Acho que mudou muita coisa na reação ao racismo em Portugal, mas é um diagnóstico difícil de fazer. Cada geração tem os seus desafios. Na altura do caso Alcindo, falava-se muito nas novas respostas das segundas gerações de imigrantes africanos - aqueles jovens pioneiros da cena do *rap* - e de como estes pariram uma vaga de insurreição perante o racismo e a reguetização. Talvez o tenham feito de forma diferente das primeiras gerações, que talvez estivessem ainda agarradas a uma postura mais cordata e mais influenciada pela ausência de direitos e pela irregularidade forçada. Hoje, os problemas são outros: temos comunidades negras e afro-descendentes mais sedimentadas em Portugal, com capacidade para construir uma voz pública mais articulada, mas os seus adversários políticos diretos também. A heroica batalha judicial dos jovens da Cova da Moura no caso da esquadra de Alfragide, ou as manifestações dos casos do Bairro do Jamaica, do Giovanni e do Bruno Candé são exemplos disso. Há uma maior articulação e ação reivindicativa, bem como uma clivagem política bastante mais vincada entre anti-racismo e negacionismo. Casos como o do Angoi, do Toni, do Musso, do Kuku, do PTB ou do Snake não aconteceriam hoje sem uma mobilização política muito mais acentuada do que tiveram na altura. Mas tudo isto é um trabalho que tem muito tempo, de muitos militantes e ativistas. Argumento, através deste filme, que as mobilizações em torno do caso Alcindo Monteiro são talvez o seu grande primeiro marco contemporâneo.

MAPA BORRADO